



UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL

V. 01 N. 02 - Janeiro a Dezembro de 2010 - ISSN 2177-7403

V. 01 N. 02 - Janeiro a Dezembro de 2010 - ISSN 2177-7403

UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL



UNIVERSO
DO SERVIÇO SOCIAL

UNIVEN
FACULDADE DE NOVA VENÉCIA

ISSN 2177-7403

UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL

Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN
v. 01 n.02 Janeiro/dezembro – 2010 - Anual

Diretor Geral

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Coordenadora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Coordenador Financeiro

Fernando Bom Costalonga

Sub Coordenadora Acadêmica

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

Coordenadores de Curso

Ciências Contábeis / Petróleo e Gás

Alcione Cabaline Gotardo

Administração de Empresas/ Administração com linha de Pesquisa em Análise de Sistemas

Jaqueline Guimarães

Pedagogia / Letras

Manuela Tiburtino Camata

Direito

Fernanda Mauri Borges

Engenharia da Produção

Roberta Fundão Correia

Serviço Social

Jacqueline Kelly Almeida Cunha

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Kessya Pinitente Fabiano

Viviane Dias de Carvalho Pontes

Endereço para correspondência

Biblioteca Pe. Carlos Furbetta

Rua Jacobina, 165 – Bairro São Francisco

29830-000 – Nova Venécia – ES

e-mail: alexandra@univen.edu.br

Capa: Maico Roncatto

Universo do Serviço Social/ Faculdade Capixaba de Nova Venécia– v. 1. n. 02, 2010 – Nova Venécia: UNIVEN, 2010.

Anual

ISSN 2177-7403

1. Pesquisa científica: Periódicos. I. Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

CDD. 665.05

UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL

ARTIGOS

“DEPOIS DOS 20, A MOÇA NÃO ESCOLHE ELA É ESCOLHIDA”: OS SIGNIFICADOS DOS RITUAIS DE CASAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA PEQUENA COMUNIDADE RURAL 5

Gilmara Gomes da Silva Sarmento

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA – ES..... 19

Sabrina Francischetto Nunes

Samantha Zen Rauta

Zélia Martinelli Xavier

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM PROJETO QUE ATENDE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO DE CASO 34

Marcilene Campo Dall’Orto

Jacqueline Kelly Almeida Cunha

O SIGNIFICADO DE SER UMA CHEFE DE FAMÍLIA: ANÁLISE VIVIDA POR MULHERES POBRES 544

Mônica Reis Cunha

ALCOOLISMO E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER 733

Débora Sousa Charpinel

Jackeline Silva Souza

Jacqueline Kelly Almeida Cunha

O ADOLESCENTE INFRATOR E SUA INCLUSÃO NA SOCIEDADE. ESTUDO DE CASO: CENTRO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE, NO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA-ES..... 800

Ana Paula dos Santos Costa

Andréia dos Santos

Cleuzenir Ribeiro Vieira

Ieda Baptista

Valdirene Partelli

Maria das Graças Santana Fernandes

ISSN 2177-7403

“DEPOIS DOS 20, A MOÇA NÃO ESCOLHE ELA É ESCOLHIDA”: OS SIGNIFICADOS DOS RITUAIS DE CASAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA PEQUENA COMUNIDADE RURAL¹

Gilmara Gomes da Silva Sarmento²

RESUMO

Neste trabalho descrevemos etnograficamente o significado do casamento para as famílias de uma pequena comunidade rural do Norte Fluminense. Nosso estudo apontou que tudo que é tido como essencial para a vida comunitária aparece em relevo nesses eventos, pois se trata de um momento em que a comunidade de forma “inconsciente” potencializa e comunica suas idéias, seus valores, suas preferências, seu estilo de vida, etc., demonstrando assim, aspectos da sua vida social e os seus limites de pertencimento.

Palavras-chave: Casamento. Relações sociais. Família. Mudança.

ABSTRACT

In this work, we can describe ethnographically the meaning of marriage to the families in a small rural community of North Fluminense. Our research indicates that everything that is regarded as essential to community life in this events appears in relief, because it is a time that community in an "unconscious" reinforces and communicates their ideas, values, preferences, lifestyle, etc., thus demonstrating aspects of their social life and their limits of belonging.

Key Words: Marriage. Social relations. Family. Change.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da experiência etnográfica entre camponeses de uma pequena comunidade no Norte Fluminense em 2006, podemos afirmar que o casamento exterioriza inúmeras facetas da vida social daqueles que habitam o pequeno povoado. No espaço de tempo em que realizávamos a pesquisa percebemos que por trás da idéia de casamento (alianças) e de como realizá-lo, as pessoas do lugar acabavam “inconscientemente” expressando um conjunto de idéias sobre a vida, sobre como as pessoas são, como elas devem e deveriam ser etc.. E essas idéias, como verificamos, eram de certa maneira compartilhadas por grande parte dos moradores da comunidade.

¹ A frase entre aspas que faz parte do título desse artigo foi dita por um agricultor durante uma conversa informal sobre casamento.

² Docente do curso de Serviço Social da UNIVEN. Formada em Economia Doméstica pela UFRRJ, em Ciências Sociais pela UNIMES e Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ.

A importância que os nativos dão ao casamento e como exteriorizam o assunto, acabou nos revelando uma parte da história do povoado e de como a comunidade está organizada. Por se tratar de um lugar pequeno em que as relações são do tipo face a face (Thompson, 1998), praticamente todos têm um grande controle sobre a vida dos demais, logo, as notícias, acontecimentos e fatos da vida social se tornam de conhecimento público. Em razão disso, há entre as famílias locais uma grande preocupação com a questão da reputação moral, e percebemos que para conquistá-la e mantê-la em grande medida isso depende do sucesso dos pais na criação dos filhos que inclui aí *casar as filhas direito*, conforme o termo utilizado localmente.

Todavia, quando se fala em *casar direito* há implícito a essa idéia uma série de comportamentos e obrigações sociais que devem ser adotados tanto pelos pais quanto pelos filhos, principalmente, as filhas. E o cumprimento desses “deveres” e ações por parte de ambos é amplamente controlado pela comunidade e dele depende a boa reputação.

Ao referirem sobre o fato de ter casado direito uma filha estão tacitamente informando que esta casou virgem no cartório e na igreja, como eles próprios costumam dizer. Quando fazem isso estão também se opondo a uma série de outros comportamentos indesejados como, por exemplo, a perda da virgindade e/ou a gravidez antes do casamento e a fuga da noiva. Esta última, embora pouco praticada na atualidade ainda acontece, principalmente entre as moças das famílias mais pauperizadas da comunidade.

O curioso é que de acordo com os relatos locais, os pais de agora que temem por não conseguirem realizar a obrigação de casar as filhas *direito*, no passado, a maioria deles próprios não se casou, são unidos maritalmente ou pela fuga ou se juntaram em casa (com o consentimento da família) ou casaram-se apenas no cartório, contudo, a partir de determinado momento da história da comunidade casar direito as filhas, passou a ser uma questão de honra para as principais famílias do lugar.

2 DIALOGANDO COM O CONCEITO DE RITUAL

Por mais estranho ou démodé que pareça o emprego do termo ritual em pleno século XXI frente à racionalidade ocidental capitalista, moderna, tecnológica, informatizada, etc., esses eventos são mais atuais do que possamos imaginar. O que ocorre é que ganham outras roupagens, novos significados e são modernizados, mas a verdade é que apesar de tudo ainda continuam dando sentido à vida das pessoas ou pelo menos, quando apreendidos etnograficamente se mostram como momentos cruciais para o entendimento do conjunto social.

De acordo com o Antropólogo brasileiro Roberto Da Matta, os rituais são fenômenos que dizem muitas coisas sobre a sociedade: sejam elas “sagradas ou profanas, locais ou nacionais, formais ou informais” (Da Matta, 1979: 65), e acrescentaríamos ainda, diz sobre coisas “antigas” e/ou “contemporâneas”. Mariza Peirano (2003), inspirada principalmente em S. J. Tambiah, afirma que os rituais são eventos em que se produzem ou se fazem coisas sociais, de maneira performativa.

Corroborando com tal idéia, podemos assegurar que ao estudarmos os rituais matrimoniais na pequena comunidade de Ladeira das Pedras, verificamos em lócus (PEIRANO 2003, p. 51)

“que por meio da análise de rituais são ressaltados aspectos fundamentais de como uma sociedade vive, se pensa e se transforma”.

No entanto, para entendê-los e apreender os seus significados num contexto de mudança, é necessário compreender a história e as situações sociais específicas das quais os rituais são resultado (Segalen, 2002: 38). E, mais do que isso, é fundamental conceber as mudanças e transformações não como inimigas do ritual, mas como uma potencialidade desse fenômeno (Peirano 2003, p. 50).

Dessa perspectiva, os rituais longe de condenados ao extermínio, como advoga alguns, na atualidade eles não se assemelham com os do passado porque resultam e expressam as profundas transformações pelos quais passam os laços sociais no interior dos grupos ou sociedades, implicando aí mudanças e redefinições sociais (SEGALLEN, 2002).

3 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: REPRESENTAÇÕES, PRÁTICAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES ACERCA DOS CASAMENTOS RURAIS

Na comunidade estudada, a preocupação das famílias em *casar direito* os seus filhos, passa pelo desejo de casá-los dentro de certa tradição religiosa. Para uma parte da população, embora a cerimônia civil seja importante, o seu valor é apenas complementar ao da cerimônia religiosa. E essa concepção difunde-se na comunidade a partir da década de 1980, após a construção das duas principais igrejas locais: a Igreja Católica, e posteriormente a igreja Batista. Pelo que nos foi relatado, a adesão das famílias a essas instituições religiosas foi o principal motivo de muitas mudanças nos padrões de comportamento, principalmente no que se refere às mudanças nos padrões de aliança. Um de nossos informantes quando perguntado como eram os casamentos de antigamente, recorda:

“Não me lembro que antes das igrejas saía casamento assim, não... Naquela época quase ninguém casava assim... na igreja... Naquela época não tinha padre, não... era só escrivão, era só em cartório mesmo... Mas a grande parte mesmo... fugia... Era difícil quem casava assim...” (J.P.S, 75 anos)

De acordo com a memória local até a década de 80, a *fuga* era a forma mais comum de troca matrimonial. Até mesmo os casamentos no cartório eram raros, mas a situação se transformou a partir do momento em que a comunidade passou a ter suas próprias igrejas e que os seus líderes religiosos (padres e pastores) procuram moralizar a conduta de seus fiéis seguidores no que se refere às uniões conjugais. A partir de então, houve uma grande pressão sobre os antigos casais da comunidade para regularizarem a sua situação conjugal. Por um lado, a pressão funcionava no sentido de os convocarem para ser exemplo às novas gerações, por outro porque o casamento religioso, no caso da igreja católica, é um pré-requisito importante para participar de certas atividades e cerimoniais religiosos. Sendo assim, muitos casais que conviviam maritalmente há mais de três décadas procuravam a igreja para se casar.

Desde então, casar-se na igreja passou a ser o padrão de comportamento adequado para as pessoas de boa reputação da comunidade, e para festejar esse acontecimento as famílias começaram a oferecer grandes festas e cerimoniais. Para realizá-las, porém, segundo pessoas antigas do lugar, como naquela época era difícil televisão, as famílias locais se espelhavam nas festas oferecidas por outras famílias ricas da região que então serviam como referência.

O primeiro casamento realizado na comunidade ainda está guardado na memória das pessoas, pois ocorreu no final da década de 1970 e segundo consta foi um grande acontecimento social, uma cerimônia religiosa acrescida de uma festa grandiosa na casa da noiva para o qual todas as famílias locais foram convidadas. Desde então, tendo esta família como modelo, as demais famílias da comunidade passaram organizar as bodas de seus filhos e tentavam se superar mutuamente a cada nova cerimônia.

Ao incorporar um forte conteúdo moral, o casamento dos filhos tornou-se uma obrigação dos pais. Educar as filhas para casar na igreja de véu e grinalda, como se diz, e ter condições para realizar uma grande festa tornou-se o objetivo de todas as famílias que buscavam ou que buscam obter o aval de boa conduta frente à comunidade.

Sendo assim, a *fuga da noiva* que era uma prática bastante corriqueira entre as moças do lugar, passou a representar uma ameaça à reputação, sendo, pois, severamente combatida pela igreja e pelas próprias famílias da comunidade.

Segundo relatos, as cerimônias que se difundiram na comunidade eram verdadeiros rituais de comensalidade, que tinha início uma semana antes da data prevista para a cerimônia religiosa, e na maioria dos casos ultrapassavam essa data. Muitos chefes de família tinham que se esmerar para casar suas filhas “direito”, chegando até vender pequenas parcelas de terra ou outros bens (motos, maquinários agrícolas, etc.) para realizá-los.

“Na época que as meninas lá de casa (casa paterna) se casou, quase todas que casava papai vendia um pedaço de terra pra fazer o casamento, gostava de dar uma de rico. Ainda bem que ele casou só quatro, senão ela tinha ficado puro. Hoje se for dizer isso a ele, ele fica bravo, mas é verdade eu me lembro direitinho” (Depoimento de G.G.S., agricultor 50 anos).

Enquanto para alguns o fato de vender terra para realizar um casamento é visto como desnecessário uma forma de ostentação: “dar um de rico”. Os pais de família mais antigos quando interpelados costumam justificar tais atitudes da seguinte maneira: “quando uma filha quer se casar direitinho os pais tem que fazer de tudo pra realizar o casamento, porque casar uma filha é mais do que uma honra, é uma obrigação de todo pai de família”³.

Isso significa que para cumprir a “obrigação” de pai e sentir-se publicamente honrado, todo empenho familiar para casar uma filha se justifica, até mesmo a perda de patrimônios com a venda de terras que é um bem considerado bastante precioso da perspectiva camponesa.

Apesar das famílias empenharem significativas somas para realizar uma cerimônia de casamento, no passado, a família em questão contava com a cooperação de uma extensa rede de solidariedade formada por familiares, vizinhos, compadres e amigos que ajudavam nos preparativos do evento.

Essa particularidade concedia ao casamento o caráter de um grande mutirão e isso reforçava os laços sociais entre as pessoas e outras famílias nele engajado. O fato da família da noiva conseguir agregar grande número de colaboradores e de convidados de dentro e de “fora” da comunidade para ajudar no evento, conferia-lhe grande prestígio e a singularizava dentro da comunidade (Marques, 2002).

3 Depoimento J. M. F., agricultor e chefe de família de 45 anos.

Para reforçar o prestígio conquistado, as famílias que tinham condições, a cada casamento realizado tentavam superar a si próprias e a outras. Logo, os gastos com esse cerimonial só cresciam, e quanto maior eram os gastos, maior se tornava a fama da família. A disposição de gastar com o evento, de certa forma dimensionava o valor simbólico que o casamento possuía para cada família. Afinal! Casar “direito” os filhos era mais do que uma questão de honra como já fora mencionado.

Sendo assim, os rituais matrimoniais até a década de 1990 pareciam verdadeiros potlatch⁴, lutas simbólicas nas quais os chefes de família mesmo sendo amigos, compadres e/ou vizinhos, rivalizam-se e competem por prestígio social tendo a comida como principal “mediador ritual”.

Nos casamentos da comunidade, a comida era servida com abundância e isso simbolizava fartura e reforçava a generosidade do pai de família e a sua condição social. Nesse banquete, que era um grande almoço, a comunidade toda se reunia para celebrar não só a união dos noivos, a aliança entre as famílias em jogo e a passagem de status do jovem casal (Van Gennep, 1978), como também para celebra os seus próprios laços sociais (Segalen, 2002).

Com o decorrer do tempo, as mudanças sociais, econômicas e culturais foram alterando a forma de realizar casamentos na comunidade. As famílias camponesas ao invés de progredir economicamente, enfrentaram uma série de dificuldades econômicas em decorrência de alguns fatores como a ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura, a conseqüente falta de trabalho no campo, a fragmentação das terras⁵, etc. A pauperização das famílias locais acabou provocando o fenômeno da migração. Fenômeno este que se intensificou a partir da década de 1990 alterando bastante o antigo cenário social.

Para completar o quadro de transformações sociais, fomos informados que ao passo que algumas famílias foram embora e venderam suas propriedades, outras famílias “de fora” se estabeleceram na localidade. E essas famílias mais recentes têm muita dificuldade para se integrar à comunidade. Primeiro porque não possuem uma trajetória em comum com as famílias mais antigas do lugar, e segundo, porque nem sempre pertencem às religiões tradicionais (Católica e Batista) na comunidade, e, portanto, não compartilham da mesma moral religiosa tão arraigada nestas famílias mais antigas. E, assim essas diferenças acabam gerando tensão e desconfiança na relação entre elas.

Por outro lado, as pessoas da comunidade que migram para regiões vizinhas retornam freqüentemente ao lugar para visitar seus parentes e amigos, e também os recebem em sua nova moradia no centro urbano periodicamente. Sendo assim, o que fazem e como se comportam na cidade é noticiado na comunidade e impacta a vida social dos que

4 Cerimônia praticada entre tribos indígenas da América do Norte, como os Haida, os Tlingit, os Salish e os Kwakiutli, estudada por alguns antropólogos e retomada por Mauss (1974) na sua teoria sobre o dom -, que consiste em inúmeros festejos de homenagem que envolve banquetes, feiras e mercados, etc., cuja característica é uma renúncia a todos os bens materiais acumulados pelo homenageado – bens que devem ser entregues a parentes e amigos. Desse modo, o potlatch se caracteriza como um ritual de oferta de bens e de redistribuição da riqueza, em que expectativa do homenageado é receber presentes também daqueles para os quais deu seus bens, quando for a hora do potlatch destes. No entanto, o valor e a qualidade dos bens oferecidos como presente são símbolo de prestígio do homenageado. E devem ser retribuído a altura.

5 Após a morte de alguns dos pais de família, suas pequenas propriedades, seus sítios ou médias propriedades foram divididos entre os herdeiros e perderam o seu potencial produtivo, pois fragmentada em muitos terrenos de pequena dimensão, dificilmente era suficiente para garantir o sustento do herdeiro, quando este já possuía sua própria unidade familiar.

permaneceram no lugar. Isso significa que mesmo geograficamente “fora” da comunidade, muitas pessoas precisam manter certo padrão de conduta para não manchar o nome da família na comunidade, pois permanecem ligadas a esta no plano moral.

Em decorrência da migração e da manutenção dos laços entre os que saíram e os que permaneceram na “roça”, atualmente há uma grande circulação de pessoas entre o mundo rural e o mundo urbano. Esse rearranjo social somado ao maior acesso aos meios de comunicação na contemporaneidade, também tem contribuído para as transformações nas cerimônias de casamento, pois possibilita um fluxo contínuo de novas idéias, valores e estilos de vida para o interior da mesma, porém, é importante ressaltar que embora a forma de celebrar os casamentos esteja mudando, o fato das famílias conseguirem realizá-lo ainda é visto como de extrema importância social. E mesmo que as condições econômicas atuais e as mudanças nas redes de relações locais, dentre outras questões, não permitam a realização de grandes rituais de comensalidade em festas de casamento como no passado, o casamento “direito” como concebido pelas pessoas da comunidade, ainda é um importante demarcador social.

Assim, apesar das famílias contemporâneas não se diferenciarem em condições econômicas, estão segregadas no que se refere ao plano moral. Casar-se direito, manter-se casado e a família sob controle é fundamental para manter o bom nome da família e se distinguir na comunidade.

Durante o trabalho de campo, percebemos que as famílias mais antigas do lugar mesmo divididas entre si pelo credo religioso, que em alguns momentos as tornam rivais, de certa forma se respeitam pelo fator antiguidade e pelas experiências vivenciadas em comum (Elias e Scotson, 1998), e em certos momentos se unem para excluir os novatos da comunidade. Todavia, o fato de estarem divididas no quesito religioso, por mais que se respeite também se rivalizam, e estão sempre competindo por superioridade moral.

Quando ocorre uma gravidez antes do casamento, uma fuga da moça ou uma separação entre pessoas das famílias recentes, por exemplo, a notícia não possui grande impacto, pois estes já estão à margem da pequena sociedade local. Mas, se algum desses fatos acontece no interior das famílias tradicionais, torna-se a notícia mais comentada, discutida e analisada pelos demais, virando motivo de vergonha, chacota e desmoralização dos envolvidos frente à comunidade. E estes não são desmoralizados apenas como família, mas também como membros de tal ou qual religião a que pertencem. Daí mais uma vez a importância de controlar suas unidades familiares e “casar direito os filhos”⁶.

Na comunidade estudada há um nítido cenário de disputas por reputação moral e honra, pudemos notar que aquelas que se consideram “boas famílias” fazem o que podem para manter-se nesse patamar. Sendo assim, as antigas famílias católicas e batistas que ainda habitam a localidade, estão sempre procurando articular o “antigo” ao “atual”, a “tradição” à “mudança” (Segalen, 2002) para continuar casando os seus filhos “direito” como “manda o figurino” local. Para tanto, se controlam mutuamente e pressionam os membros dos seus respectivos grupos a se adequarem às suas expectativas. Esse controle e pressão são tão intensos que ultrapassam as fronteiras da comunidade, formando uma comunidade no sentido moral, o que significa nos termos de Bailey (1971) que esse conjunto social se define

⁶ Durante as pesquisas, nos relataram casos em que famílias mudaram-se da comunidade não por dificuldades econômicas, mas em decorrência desse tipo de desmoralização e por vergonha diante de tais acontecimentos.

independentemente dos seus limites geográficos, pois em alguns momentos envolve, influencia e é influenciada também por aqueles que migraram do lugarejo.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRÁTICAS EM TORNO DA REALIZAÇÃO DE UM CASAMENTO

Para as unidades familiares que descendem das antigas famílias da comunidade e estão associadas a uma das igrejas locais, a realização de um casamento é uma questão de obrigação, de honra familiar e de conduta cristã. Conduzir uma filha até o altar significa cumprir um dever paterno, reproduzir-se em boa reputação moral, em respeitabilidade e em padrões de comportamento ligados a um universo religioso.

Realizar um casamento na família, por mais simples que seja, sempre está associado a uma pequena festa, e para conseguir concretizá-lo muitas famílias locais se veem obrigadas a tomar uma série de decisões, fazer cálculos, escolhas e realizar as mais variadas estratégias econômicas, sociais e emocionais.

Para realizar a cerimônia de suas filhas, alguns chefes de família chegam a ser “obrigados” a trabalhar em dobro, a assalariar-se na roça ou na cidade, a migrar temporariamente, etc. Porém, não medem esforços para realizar tal empreendimento, pois conforme fomos informados, uma cerimônia civil e religiosa realizada mesmo que em condições mais modestas, é sempre preferível a qualquer outra forma de coabitação. Casar uma filha nos tempos atuais é considerado uma conquista.

Se a família não tem condições para realizar um grande cerimonial e nem pode contar com uma rede de parentesco que a auxilie, e mesmo assim realiza o casamento são elogiados por isso como pode ser verificado no diálogo abaixo extraído de uma conversa entre duas agricultoras:

- O casamento estava bem bonzinho. Não teve almoço nem nada, mas como uma família humilde eles ainda fizeram muita vantagem. Como pobre, só em fazer o casamento já é uma vantagem. Por que hoje em dia não é fácil fazer um casamento não.
- Eu também achei bonzinho, porque pelo sacrifício que o pai dela passa, cortando cana e tudo, trabalhando a dia... foi uma luta! A festa foi muito boa até... Não é mole mesmo não! (N.G.S.F de 42 anos e M.N.S de 50 anos)

Por outro lado, quando a família é simples, mas possui uma grande parentela local, há fortes possibilidades de se realizar um grande evento, pois se espera que o grupo familiar “chegue junto” o que nos termos locais significa colaborar financeiramente e no preparativo do evento. Se isso não acontece, a consideração familiar é questionada e os parentes, principalmente os que têm uma condição melhor são criticados por não cooperarem com a família num momento como esse.

Quando a festa de casamento está para ser realizada por uma família mais remediada, se forma uma grande expectativa em torno desse evento, pois se espera a realização de um casamento “tradicional” com um grande almoço de casamento, uma bonita e bem elaborada cerimônia religiosa seguida de uma grande festa de recepção para os noivos. Se porventura a festa se realiza aquém do esperado, o chefe familiar é severamente criticado, acusado de mesquinho e a festa passa a ser motivo de chacota para as pessoas do lugar como demonstra o diálogo a respeito do assunto:

- Era melhor que não tivesse jantar porque não deu pra nada.

- Pois é! Dessa vez que todo mundo achava que ia ser melhor porque era da caçula... Se matou meia dúzia de galinhas foi muito!.

Mas também quando uma família realiza uma grandiosa festa de casamento sem possuir uma condição financeira compatível ou se for pobre, e fizer isso sem que tenha recebido ajuda financeira para tal, geralmente é censurada, pois as pessoas consideram um “verdadeiro amostro” como se diz, em referência a aqueles que querem demonstrar ter ou ser o que não possuem ou são. Na opinião de boa parte das pessoas que conversamos, contrair dívidas para realizar esse cerimonial é uma atitude desnecessária.

Contudo, se levarmos em conta que há pouquíssima diferença econômica entre as famílias do lugar, esse tipo de opinião e as expectativas frente à realização de um ritual matrimonial podem ser bastante contraditórias, pois estão presentes nas falas, mas estas muitas vezes não correspondem à prática.

Notamos que na atualidade o empenho para realizar uma grande festa de casamento, em grande medida está mais relacionado com a importância moral e social que o mesmo possui para a família que o realiza do que relacionado a sua conta bancária. Notamos ainda que os “tradicionais” rituais matrimoniais nem sempre têm sido reproduzidos pelas famílias com melhores condições financeiras, mas por aquelas que mesmo não possuindo tais condições desejam reproduzir a “tradição” familiar e moralmente o seu grupo de parentesco ou nome de família. Sendo assim, apesar de no discurso praticamente todos se opuserem à gastança por ocasião dos eventos, na prática ocorre o oposto, muitos se endividam, pegam empréstimos, contraem prestações ou do contrário realizam múltiplas estratégias econômicas para conseguir realizar o cerimonial.

5 ESTRATÉGIA ECONÔMICA PARA A REALIZAÇÃO DE UM RITUAL

Durante o trabalho de campo pudemos acompanhar a estratégia de um pai de família para conseguir realizar a boda de sua filha conforme narraremos. Alguns meses antes de começar a pesquisa, a filha do mencionado agricultor noivara e pretendia se casar no final do ano, isso ocorreu no início de 2005. Meses depois, o pai nos informou que tendo ele “tirado algumas roças de mandioca”⁷, resolvera abrir uma conta poupança onde depositaria parte do dinheiro da colheita para a realização do cerimonial. Disse ele ainda, que a outra parte do dinheiro utilizaria para aplicar no cultivo de novas roças e nas despesas da unidade doméstica, até que as novas colheitas pudessem ser realizadas.

Depois de algum tempo, percebendo a proximidade do evento e que o dinheiro reservado para os gastos familiares não fora suficiente para cobrir as necessidades. O agricultor se viu em situação bastante complicada, porém, recusando-se comprometer o dinheiro reservado para o cerimonial, lembrou-se do convite de um conhecido que morava na cidade que havia lhe oferecido um emprego. Tempo depois o próprio agricultor relatou que não desejava sair da comunidade, mas aquela fora a única saída, no momento, para realizar a *sua obrigação*: prover o sustento da família e realizar o casamento de uma de suas filhas. Sendo assim, entrou em contato com o tal conhecido e pediu que lhe arrumasse o emprego. Em curto espaço de tempo, o emprego fora arrumado e mesmo diante de certa resistência da família, o agricultor decidiu deixá-la temporariamente e partir para a cidade.

⁷ Colhido os produtos da safra de suas lavouras.

Durante o período em que esteve fora, retornava à comunidade com frequência para visitar a mulher e os filhos e levar o dinheiro para o sustento deles. Segundo ele, quando faltavam poucos meses para que sua filha desse entrada nos papéis do casamento, em uma de suas idas à comunidade ela o interpelou no sentido de realizar o casamento apenas em cartório para diminuir o gasto que teriam com a cerimônia. Ele, porém, nos disse não ter aceitado a proposta, pois se “estava trabalhando fora, justamente pra não gastar o dinheiro do bolo e do boi, que já estava reservado”, não tinha cabimento não realizar a cerimônia. E assim foi feito, seis meses depois, o evento foi realizado na comunidade com toda a pompa para os parâmetros locais e só depois de saldar seus compromissos financeiros decorrentes do cerimonial, o agricultor retornou para o seio da família na comunidade.

Essa atitude do agricultor pode parecer a muitos, descabida e até mesmo irracional, mas a luz das análises de Wolf (1976, p.28) estudioso de sociedades camponesas, na verdade foi a racionalidade que orientou esse agricultor, pois ele “é a um só tempo agente econômico e o cabeça de uma família” e quando decidiu migrar temporariamente para trabalhar na cidade tinha como objetivo a manutenção da sobrevivência do grupo familiar, isto é, [...]“a manutenção do mínimo calórico [...]” do grupo, evitando com isso comprometer as economias destinadas aos “[...] gastos para cerimônia indispensável à garantia da ordem social de seu pequeno mundo [...]”. Sendo o referido agricultor descendente de uma das famílias consideradas “tradicionais” na realização desses rituais, e também um integrante fervoroso de uma das igrejas locais, desde o começo havia demonstrado grande preocupação em realizar uma cerimônia “tradicional”: cerimônia religiosa, casamento civil e festa.

Como havia nos revelado sua própria esposa: “Fica muito feio pra gente que é religioso, as pessoas saberem que alguém da família da gente não se casou”. Ela disse isso em referência ao casamento sem cerimônia religiosa, pois, a idéia de morar junto, *fugir* e casar apenas em cartório incomoda a todas as famílias mais “tradicionais” (antigas e religiosas), que temem que esse tipo de comportamento afete a reputação familiar na comunidade.

Dessa maneira, quando uma ou outra moça ligada a esses grupos familiares decidem casar apenas no civil, o que dificilmente acontece, a família precisa ter sempre motivos fortes o suficiente para justificar essa decisão⁸.

Diante do que foi exposto, pode-se dizer que a pertença familiar e/ou religiosa tem um peso grande nas escolhas pessoais e nos julgamentos morais sobre pessoas e famílias. Em razão disso, as decisões tomadas por elas nem sempre correspondem a suas próprias vontades, mas são tomadas de forma a corresponder à vontade e as expectativas dos grupos a qual pertencem.

6 CASAMENTOS E MUDANÇA

Como mencionado anteriormente, os casamentos tiveram uma importância simbólica muito grande para as famílias locais a partir da década de 80. A princípio eles surgiram em decorrência das exigências da igreja católica com intenção de “moralizar” as uniões e disciplinar os fiéis na doutrina religiosa, uma vez que os pais daquela época dificilmente haviam sido casados oficialmente (no civil ou no religioso). Assim, as uniões que até então não eram celebradas, pois a grande parte das moças *fugia* ou se casavam apenas no civil

⁸ Durante o trabalho de campo, soube de um caso de casamento apenas no civil, no entanto, as pessoas justificavam essa decisão em função de uma grave doença com um dos principais membros da família.

(apesar da distância do cartório mais próximo), passaram a ser realizadas no civil e no religioso. A partir de então, a fuga da noiva – troca matrimonial muito comum na época - deixou de ser um acontecimento natural e a realização de tais cerimônias uma questão moral; e, portanto, um ideal perseguido por grande parte das famílias da comunidade. As mais remediadas procuravam a todo custo celebrar as bodas de seus filhos com a maior pompa possível, e para isso contavam com uma rede de vizinhança que em mutirão ocupavam-se na organização da festa durante longos dias.

A movimentação que ocorria na comunidade durante o casamento e os convidados que vinham de fora e circulavam no lugar durante esses dias eram uma espécie de atração a mais nessas festas. Quanto maior o número e a importância social desses “forasteiros” – se políticos, fazendeiros, comerciantes bem-sucedidos, etc. – convidados para a cerimônia de casamento, maior representava o prestígio da família dos noivos.

Os festejos em si duravam cerca de uma semana, e no dia do casamento geralmente além de ocorrer as duas cerimônias: a civil e a religiosa, a família da noiva oferecia um grande almoço de casamento e a noite outra grande festa. Durante o evento, a casa da noiva se tornava um espaço público por onde circulava uma infinidade de crianças, jovens e adultos da família e “de fora”.

Nos dias seguintes ao evento, esse era o assunto principal nos círculos sociais. E os comentários iam desde a família em questão, passando pela organização do evento, às famílias envolvidas, os noivos, às testemunhas (padrinhos de casamento) e o evento de uma forma geral. Por esta razão, os casamentos se tornaram centrais para formar opiniões sobre pessoas e famílias, para além do que já fazem no cotidiano.

Apesar de todas as informações coletadas durante a pesquisa, alguns nativos afirmaram categoricamente que “quase não se têm casamentos ultimamente” devido à migração e demonstravam grande preocupação com a possibilidade desses rituais acabarem. Atentos a esse tipo de comentário, mapeamos os casamentos locais realizados desde o estabelecimento das famílias até a atualidade. Desta feita, obtivemos os seguintes resultados: primeiro, que a média de cerimônias realizadas até meados de 1990 era praticamente a mesma, dois casamentos por ano. Segundo, que após esse período houve certo refluxo na realização destas cerimônias que vai até o ano 2000. E terceiro, que embora tenha havido um intervalo na realização dessas cerimônias isso não significa que não houvesse uniões, mas apenas que as uniões fora dos padrões considerados ideais (casamento religioso e civil) eram contabilizadas pelas pessoas do lugar. Ou seja, isso significa que a coabitação não oficializada religiosamente não é considerada um casamento legítimo. O que demonstra a forte ideologia religiosa que marca a importância e os significados dessas cerimônias no âmbito local.

A referência à “falta de casamento” nesse caso pode estar relacionada a três fatores: redução no número de rituais durante o período acima referido; a persistência de padrões de trocas matrimoniais (casamento civil e fuga) censurados por parte das famílias da comunidade e um aumento significativo no período de namoro, pois se considerarmos os casais que se casaram a partir de 2000, todos tinham acima de cinco anos de namoro, o que aumentava o intervalo de realização de cerimônias em anos. E vale ressaltar que namoros muito “longos” (mais ou menos acima de dois anos) são desaprovados por determinada geração da comunidade.

Todavia, além da “falta de casamento” algumas pessoas lamentam a perda de certa “tradição” no que diz respeito às cerimônias atuais. Segundo elas, a *falta de consideração* entre as famílias do presente em comparação ao passado tem prejudicado estes rituais, pois atualmente já não se convida toda a comunidade como antigamente e dificilmente os famosos almoços de

casamento são realizados, em consequência disso, dificilmente as famílias cooperam entre si na realização desses eventos. Percebemos, no entanto, que as mudanças apontadas por essas pessoas não dizem respeito apenas aos rituais, mas às transformações socioeconômicas e culturais, e, conseqüentemente, nos laços sociais da própria comunidade.

Se no passado a antiguidade, as experiências comuns, a interdependência e a igualdade de instrução e religião motivavam as famílias a desenvolverem laços sociais, independentemente da ligação de sangue, atualmente, o processo de mobilidade social e geográfica expresso pela migração geográfica, pela mudança religiosa (mudança de igreja), pelo aumento no nível de escolaridade (em alguns casos), etc., tem provocado o enfraquecimento ou rompimento de alguns desses laços entre as famílias, quando isso ocorre, naturalmente também essas pessoas e famílias já não se sentem tão unidas como antigamente se sentindo mais livres e desobrigadas de cumprir certos códigos de comportamento, tais como, o de convidar toda a comunidade para participar de um casamento ou convidar a vizinhança para preparar o ritual.

O distanciamento social ocasionado pelas mudanças supracitadas se “agrava” com as “facilidades” e exigências do mundo moderno. Como exemplo podemos citar a entrada e atuação das equipes de cerimoniais na comunidade. Essas equipes ao mesmo tempo em que trazem a modernidade em termos de ritual e de etiqueta e aproximam os casamentos realizados na “roça” daqueles realizados na cidade (visto como positivo para os moradores locais), também contribuem para que a ajuda da vizinhança que há bem pouco tempo era essencial na organização dos casamentos locais, aos poucos seja substituída por uma relação comercial (Segalen, 2002, p.124).

Por outro lado, essas equipes minimizam a questão econômica no que se refere à realização de um ritual, pois oferecem uma variedade de serviços e muitas facilidades na forma de pagamento que possibilita as famílias mais empobrecidas a realizarem esses eventos com alguma pompa, reduzindo as diferenças entre o casamento “de rico” e o casamento “de pobre” como certa dia nos comentou um morador da comunidade.

Todavia, a comida que durante muito tempo teve um papel fundamental na mediação desses eventos, tem ganhado relevância secundária frente às “modernas” decorações de festas. O que ocorre é que as famílias acabam valorizando o aspecto visual do ambiente da festa, pois este aparece como uma atração a mais para quem dele participa, porém, as pessoas têm se queixado que embora as festas estejam ficando cada vez mais bonitas, as famílias têm deixado a desejar no que se refere ao cardápio oferecido aos convidados, uma vez que a maioria possui poucos recursos.

Informaram-nos ainda que após as cerimônias, os noivos passam a maior parte do tempo posando para fotografias e fazendo filmagens que serão exibidas pela posteridade, fato que corrobora com a tese de Segalen (2002) de que o vídeo e as fotografias têm representado um importante papel nos rituais de casamento contemporâneo, pois por intermédio desses recursos modernos e tecnológicos afirma ela, o “casamento-espetáculo atinge nova dimensão nos rituais, a da autocelebração” (p.139).

De acordo com as pessoas do lugar, atualmente “não se convida mais todo mundo” para estas cerimônias como antigamente, em compensação a lista de convidados se torna uma “complicação”, pois por mais que a configuração social tenha mudado e que as pessoas não possuam laços de proximidade com tantas outras da comunidade, algumas vezes isso não

significa que não desejam ser convidadas para essas cerimônias. Assim, na ausência do convite os excluídos do evento podem se tornar extremamente críticos com relação ao mesmo.

Além das pessoas que residem na comunidade há ainda outra complicação, a família dos noivos deve estar atenta para as inúmeras outras famílias que estão residindo fora, mas se sentem parte da comunidade. Pois se por ocasião de um casamento elas porventura se esquecem de convidar tais famílias, isso pode provocar muitas tensões e boatos, pois tudo que é feito na comunidade e sabido fora dela, e vice-versa.

Como pudemos notar, apesar de algumas mudanças, os casamentos continuam sendo um assunto de grande interesse local, e pelo fato de todas as famílias da comunidade possuir uma determinada quantidade de parentes que mora fora, esses eventos são uma oportunidade importante para reuni-los no lugar. Desse modo, o evento se transforma também num espaço para ver, trocar informações e se controlar mutuamente, tanto no que se refere às pessoas de dentro quanto às pessoas “de fora” da comunidade. Assim, a partir dos casamentos locais se forma uma rede de comunicação que se estende por muitos dias e transcende as fronteiras da comunidade.

Como comprovado, ao contrário do que se pensa ou supôs alguns informantes esses rituais estão longe de acabar, o que ocorre é que estão redefinido-se no tempo e no espaço e, portanto, assumem novos códigos de comunicação, novos significados e dimensões. São transformações que passam pela maneira como gerenciá-los e que refletem as atuais relações econômicas e sociais das famílias em jogo e a sua resposta as exigências da sociedade de consumo ou do “centro”⁹, pois parte das atualizações destes rituais têm inspiração nos meios de comunicação (televisão, etc.) e nos estreitos e atuais laços entre o meio rural e o urbano, ou seja, entre a comunidade e a cidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho e no processo de análise dos dados e das experiências de campo, foi possível esboçar algumas considerações acerca do significado do casamento na comunidade estudada. Percebemos, por exemplo, que quando as famílias expressam o desejo de *casar direito os seus filhos* não estão preocupadas apenas em cumprir mais um ritual, mas em se reproduzir como família moral pois em grande medida, a reputação e a honra familiar são feitas e continuamente refeitas nesses momentos da vida.

Notamos que um casamento coloca em relevo a relação das famílias dos noivos entre si, os graus de proximidade, *consideração e obrigação social* com relação a outras famílias da comunidade e aquelas “de fora”, e especialmente o prestígio daquela família que comemora os novos laços matrimoniais. E que diante dos rituais matrimoniais, as pessoas se sentem estimuladas e/ou “forçadas” a trocar informações sobre o evento, sobre pessoas e famílias, sobre atitudes e comportamentos das mesmas, etc., gerando e “reforçando” um processo de construção de opiniões por meio das quais as expectativas da comunidade se verbalizam.

Nesse sentido, entre as regras de como “jogar o jogo social e vencê-lo” (Bailey, 1971), saber gerenciar esses rituais nos parece ser uma das mais importantes tarefas. Gerenciá-los não

⁹ A relação entre “centro” e “periferia” ver Shis, 1992.

significa apenas organizar o casamento dos filhos, mas casá-los *direito e* saber trazer para perto, retribuir e obrigar, envolver e aproximar outras pessoas e famílias da comunidade.

Vimos que nessa dinâmica social, nem sempre cordial e muitas vezes conflituosa, a dimensão econômica e moral funcionam na prática de modo indissociável nesse universo social, pois a sobrevivência econômica passa pela sobrevivência moral, fato que leva as famílias a estarem a todo tempo tentando equilibrar essas duas dimensões. Ao mesmo tempo em que buscam garantir a viabilidade econômica de suas unidades ou grupos familiares, também ou talvez com maior intensidade buscam construir suas reputações frente às outras famílias. Desse modo, é preciso realizar inúmeras estratégias – migração temporária, assalariamento, migração “definitiva”, etc. - tanto para mobilizar os recursos para a manutenção das necessidades básicas do grupo, quanto para realizar os seus rituais.

E embora se queixem da falta de um ou outro rito – como os almoços de casamento, por exemplo -, muitas mudanças do ponto de vista dos “nativos” são consideradas positivas, pois diminuem a distância entre os casamentos do *interior*, e os casamentos da cidade, conectando assim, a comunidade ao mundo externo – urbano, ainda que esse mundo esteja situado para além de suas fronteiras. Nesse aspecto, demonstram certo apreço pelos “valores do centro”, e têm assumido padrões de casamento que de certo modo reproduzem esses valores na “periferia”, Shils (1992).

Enfim, analisar os significados dos rituais de casamentos foi extremamente útil para entender a vida na comunidade, pois aquilo que é tido como essencial para essa vida comunitária aparece em relevo nesses eventos. As pessoas não se casam para se avaliar, mas como essas necessidades inescapáveis são ritualizadas – ou seja, postas em destaque, ordenadas – com isso se tornam necessariamente um momento privilegiado de construção de interpretações e avaliações sobre a vida social, as relações internas, os limites de pertencimento da comunidade, e os ideais de vida compartilhados pelas pessoas dali.

8 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAILEY, Frederic. G. Gifts and Poison: The Politics of Reputation. Oxford: Basil Blackwell, 1971.
2. CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. In: Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 9, n.1, 2001.
3. COMERFORD, John. Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NuAP/UFRJ, 2003.
4. DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
5. _____. A casa e a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
6. ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

7. GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LCT, 1989.
8. MARQUES, Ana Cláudia. Intrigas e questões. Vinganças de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP:UFRJ, 2002.
9. MOURA, Margarida M. Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.
10. MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU, vol. 2., 1974.
11. PEIRANO, Mariza G. A análise antropológica de rituais. In: PEIRANO, Mariza G. (org). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NuAP/UFRJ, 2002.
12. _____. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
13. SEGALLEN, Martine. Ritos e rituais contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
14. SHILS, Edward. Centro e periferia. Lisboa: Difel, 1992.
15. THOMPSON, Edward. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
16. VAN GENNEP, Arnold. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes. 1977.
17. WOLF, Eric. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
18. WOORTMANN, Ellen. & WOORTMANN, Klass. "Fuga a três vozes". Anuário Antropológico, 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

A PRÁTICA *PROFISSIONAL* DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA – ES.¹

Sabrina Francischetto Nunes²
Samantha Zen Rauta³
Zélia Martinelli Xavier⁴

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi compreender como a autonomia do assistente social afeta sua prática profissional e, conseqüentemente, as relações sociais que a envolvem. Para compor esta pesquisa desenvolvemos uma breve análise sobre os fatores influenciadores do cotidiano da prática profissional, como: identidade, alienação, burocracia, correlação de forças, envolvendo assim jogo de interesses e vontade política, destacando os entraves e desafios da contemporaneidade. Assim, diante das novas configurações que o trabalho do assistente social vem assumindo, percebe-se a necessidade de uma identidade profissional reconhecida com um pensamento crítico-reflexivo e um comprometimento com o interesse coletivo.

Palavras chaves: Correlação de forças. Burocracia. Autonomia. Identidade.

ABSTRACT

The objective of this research was to comprehend how the social assistant autonomy affects his professional practice and, consequently, the social relationships that involve it. To compose this research we developed a brief analysis about the everyday professional practice influential factors, like: identity, alienation, bureaucracy, Power correlation, involving interest game and political desire, highlighting the hamps and contemporaneity challenges. This way, before the new configurations the social assistant work has been assuming, we realize the necessity of a recognized professional identity as a reflexive critical thought and a compromitment with the collective interest.

Key words: Correlation of forces. Bureaucracy. Autonomy. Identity.

¹ Artigo realizado através de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia no ano de 2010.

² Graduada em Serviço Social em 2010/1 na Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN) e acadêmica do curso de Especialização em Planejamento de Projetos Sociais – UNIVEN.

³ Graduada em Serviço Social em 2010/1 na Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN) e acadêmica do curso de Especialização em Planejamento de Projetos Sociais – UNIVEN.

⁴ Docente do Curso Superior de Serviço Social da UNIVEN. Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo.

1 INTRODUÇÃO

O Plantão Social, sendo um dos campos de atuação do Serviço Social, desencadeia várias questões que envolvem o trabalho profissional. O relacionamento com a diretoria, clientela e colegas de trabalho abarcam algumas questões como, autonomia e correlação de forças, que podem interferir na verdadeira atuação do Serviço Social. Assim, questões políticas e burocráticas podem impedir o atendimento às famílias usuárias do Plantão Social. Desse modo, Amador (2009, p. 125) esclarece: “O exercício profissional é desenvolvido no espaço comum do cotidiano, junto à população usuária que busca satisfação de suas necessidades sem se dar conta do complexo de questões que envolvem o cotidiano”.

O artigo 2º do Código de Ética⁵ assegura “ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções”. Apesar de possuir um Código de Ética, o Serviço Social possui uma ação imbricada, envolvendo questões políticas e burocráticas em quase todo tempo de seu cotidiano.

Com uma ação muitas vezes rotineira e apenas executadora, o Assistente Social do Plantão não planeja suas ações executando apenas o que lhe é demandado, não desenvolvendo a verdadeira identidade profissional, estagnando, assim, sua atuação profissional.

A pesquisa buscou identificar a relevância da autonomia no cotidiano da prática profissional do Assistente Social atuante no Plantão Social. Mas, para adquirir esta autonomia, o profissional se defronta com várias questões como: correlação de forças, burocracia e identidade alienada. Dessa forma, tivemos a pretensão de revelar a importância de uma visão totalista da profissão, um pensamento crítico-reflexivo, mostrando os entraves existentes e as barreiras a serem superadas. Deste modo Faleiros (2009, p. 20) afirma:

Esta reflexão a partir do trabalho concreto e abstrato do assistente social foi levado a novos impasses [...] Viu-se a necessidade de repensar as mediações da atuação profissional numa perspectiva mais global, a ponto de situá-las no contexto do Estado capitalista.

Ao longo dos anos, o Serviço Social sofreu muitas transformações em seu campo profissional, como no Movimento de Reconceituação⁶, passando por lutas e conquistas que ecoam até hoje. Sobre isso, Iamamoto (2007, p.19) ressalta:

Estão todos convidados a pensar as mudanças que vêm afetando o mundo da produção, a esfera do Estado e das políticas públicas e analisar como elas vêm estabelecendo novas mediações nas expressões da questão social hoje, nas demandas à profissão e nas respostas do Serviço Social.

Analisando a profissão, percebe-se que o Serviço Social, sendo uma profissão recente, possui desafios e entraves a serem vencidos; assim, este trabalho destacou a autonomia profissional,

⁵ Código de Ética profissional dos assistentes sociais, aprovado em 15 de Março de 1993, com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS N° 290/94 e 293/94.

⁶ Movimento de Reconceituação busca a ruptura com as ações de cunho paternalista e assistencialista que proliferaram no passado e denegriram a imagem social e acadêmica da profissão (IAMAMOTO, 2007, p. 303).

uma vez que, na atuação profissional do assistente social, ela se faz relevante e envolve, de acordo com Bueno (2000, p. 103), a capacidade de se organizar, tomar decisões e/ou autodeterminar.

Destacamos a autonomia no Plantão Social⁷, pois é um dos campos profissionais no qual ocorrem questões como: correlação de poderes, ideologia e alienação, burocracia e outros fatores que alteram ou mesmo omitem a autonomia do assistente social.

No Plantão Social, ocorrem diversas situações e um dos seus principais atendimentos são os benefícios eventuais⁸, os quais são: auxílio-natalidade, auxílio-funeral, cesta-básica, passagens. Esse campo de trabalho requer um profissional autônomo para que os programas e projetos desenvolvidos dentro desta esfera ultrapassem a barreira da burocratização e as relações de poder.

Assim, o interesse pela temática partiu da observação em campos de estágio e em falas profissionais durante a graduação do curso, envolvendo os entraves e desafios existentes em instituições públicas e privadas que impedem o atendimento das necessidades dos usuários e garantia dos seus direitos.

Uma das questões que já incomodaram o profissional é que o assistente social inserido no Plantão social era apenas um executor do processo terminal; no entanto, atualmente está ocorrendo uma alteração dessa concepção, não sendo agora apenas um executor, mas também um importante participante das propostas, assim Iamamoto afirma (2007, p. 20):

O assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais especialmente políticas públicas. Ou nos termos de Netto, um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Mas, hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais.

Dessa forma, a relevância da pesquisa para o Serviço Social surge a partir do momento em que nos leva a refletir sobre a realidade da prática profissional, repensando as ações e desafios postos aos assistentes sociais na contemporaneidade.

Segundo Fonseca, (2005, p. 3):

Compreender a prática profissional requer do assistente social um exercício de reflexão contínuo e um aprimoramento teórico constante sobre as particularidades que envolvem o fazer profissional. É necessário levar em conta os condicionantes internos, aqueles que se referem ao desempenho do assistente social, e os externos, que dizem respeito ao contexto social onde se dá a prática.

⁷ É justamente neste espaço contraditório e seletivo de espoliação da força de trabalho e exclusão social que os trabalhadores recorrem à assistência social, através do plantão social - espaços que acabam por tornarem-se verdadeiros espaços de triagem e encaminhamentos de demandas para garantia de suas necessidades básicas (SARMENTO, 2002, p. 120).

⁸ Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, que integram organicamente as garantias do [Sistema Único de Assistência Social \(SUAS\)](http://www.mds.gov.br/portalfederativo/asocial/pag/programas/beneficios-eventuais). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/portalfederativo/asocial/pag/programas/beneficios-eventuais>> Acesso em: 07 nov. 2009.

Portanto, passa a ser exigido do assistente social “um novo perfil profissional, cujas características principais são a flexibilidade, resolutividade, agilidade e polivalência”, para que possa responder às questões sociais⁹.

Tivemos por objetivo analisar a autonomia do Assistente Social no cotidiano da prática profissional no Plantão Social do Município de Nova Venécia – ES. Além de buscar Identificar o perfil dos usuários atendidos no Plantão social; verificar autonomia do assistente social em suas ações no Plantão Social frente às demandas que interferem no cotidiano da prática profissional; detectar os principais entraves e desafios que interferem o trabalho do assistente social no Plantão Social do município de Nova Venécia/ES.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

De acordo com Iamamoto (2007, p. 27) “em síntese, o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação desse, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social”.

Sendo assim Iamamoto (2005, p. 72) afirma:

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade.

Ainda para autora, a profissão surge como um mediador de conflitos entre o Estado e a sociedade, uma vez que este é um dos meios da população ter acesso às políticas públicas sociais, e para o Estado um ponto de referência para chegar à população, seja pela regulação ou pela garantia de direitos, assim afirma que:

[...] é vista como uma intervenção mediadora na relação do Estado com os setores excluídos e subalternizados da sociedade, situada no campo das políticas sociais e assistenciais na concretização da função reguladora do Estado na vida social (IAMAMOTO, 2007, p. 304).

O Estado, entretanto, possui uma determinada visão sobre o Serviço Social pautada no sentido de campo de acesso da população a bens e serviços oferecidos pelo Estado. Iamamoto (2007, p. 305) ainda acrescenta que:

Sendo a assistência uma das dimensões em que imbricam as relações entre as classes e estas com o Estado, ela abrange o “conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta e indiretamente junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão”, conformando-se como um campo de acesso a bens e serviços. Enquanto estratégia contraditória da gestão estatal da pobreza das classes subalternas, a assistência é, na óptica do

⁹ Disponível em:

<http://www.inta.edu.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=86> Acesso em 07 de nov. de 2009.

Estado, um “mecanismo de estabilização social” e, para os segmentos subalternos, uma forma de “acesso a recursos e serviços”, parte de gestão estatal da força de trabalho. Entretanto, a assistência também, abre um espaço de resgate do seu protagonismo na luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania social, atribuindo às demandas dos subalternos uma legitimidade política.

A autora explana sobre a função do Serviço Social frente ao Estado e a população, uma vez que para o Estado ele se apresenta como mediador responsável pela estabilidade social, já para os segmentos subalternos uma porta de acesso aos recursos e serviços. Além dessas visões a assistência social também é um espaço de lutas pelo reconhecimento dos direitos de cidadania social. Isto mostra a diversidade de conceitos acerca do Serviço Social.

Assim, comparado com as demais profissões, o Serviço Social possui um histórico novo apesar das contradições e pensamentos críticos e reflexivos, tecendo ainda uma gama de desafios e mudanças que são necessárias na profissão para responder às devidas questões trazidas pelo sistema societário (FALEIROS, 2009).

Saber utilizar os recursos institucionais em função dos interesses da população vem se tornando um desafio cada vez maior da atuação profissional. Exige-se hoje do profissional não mais uma competência individual, que o marcou outrora como o bom profissional, mas uma reflexão coletiva para saber o momento oportuno de avançar e de recuar na sua estratégia institucional e em relação aos grupos populares. (FALEIROS, 2009, p. 28).

O Assistente Social, tendo domínio da teoria que permeia as relações sociais, possui grande chance de se situar na conjuntura político-econômica que está vivendo, facilitando assim a execução de seu trabalho de forma crítica, e mais ampla da realidade (FALEIROS, 2009, p. 140).

Apesar de ser uma profissão amparada por lei, necessita de um órgão empregador para desenvolver seu trabalho. O Estado é um dos maiores empregadores da profissão, mas devido à privatização têm surgido novos segmentos de empregos para os profissionais, assim, Faleiros (2009, p.19) destaca:

O Serviço Social não é uma profissão liberal. O próprio desenvolvimento do capitalismo vem levando o assistente social a incorporar-se em diversas tarefas como um assalariado. A condição de trabalho do assistente social é de assalariado. Esta realidade concreta levou-o a questionar-se sobre a compra e venda de sua força de trabalho, de sua utilidade para o capital, de sua produtividade e improdutividade.

Faleiros demonstra a realidade do assistente social dentro do campo de trabalho, como assalariado necessitando assim de um órgão empregador. O capitalismo não permite que o assistente social se torne um trabalhador autônomo, pois na grande maioria, a demanda atendida faz parte da população subalterna, que por sua vez não tem condições de pagar pelos serviços.

Vale destacar ainda que com as mudanças históricas e estruturais ocorridas, exige-se do profissional um aprimoramento de seus conhecimentos e instrumentos de trabalho, assim descreve Yamamoto (2007, p. 49):

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história.

Pensar na prática profissional requer um profissional crítico com um olhar mais apurado para a realização de um trabalho que não esteja apenas embasado nas relações e entraves existentes no cotidiano, mas atuar de forma a responder às demandas e executar uma ação pautada na ética e proporcionar à população usuária o acesso aos seus direitos.

Sendo assim, iremos realizar um breve desenvolvimento para tratar de alguns itens relevantes da prática profissional relacionados diretamente à autonomia.

2.1 Analisando autonomia e entraves existentes no plantão social do município de nova venécia

Realizamos entrevista com a Assistente Social responsável pelo Plantão Social do município de Nova Venécia, objetivando coletar dados de seu cotidiano a fim de sustentar nossa pesquisa relacionada à autonomia do assistente social e seus entraves profissionais.

Para Martinelli (1993), é quase impossível distanciar os dois assuntos, identidade e alienação, pois ambos contornam o mesmo ângulo de debate, envolvendo assim o sistema capitalista e seus jogos de interesse.

A autora traz o debate do tema “Identidade e alienação no Serviço Social”, fazendo lembrar a influência capitalista existente na profissão e resgatando a importância de “compreender o real significado da profissão na sociedade do capital e sua participação no processo de reprodução das relações sociais¹⁰”.

Para Iamamoto (2007), o Serviço Social surge num cenário histórico onde a identidade atribuída expressa práticas controladoras e regressivas como mecanismo e estratégias da classe dominante sobre a classe dominada. Com este pensamento alienador presente na sociedade e no histórico da profissão, “penetra a consciência dos agentes” erigindo-se como “sério obstáculo” imbricando a construção de uma consciência crítica social e política. Isto se conduz no fortalecimento de uma identidade atribuída pelo capitalismo, afirmando “sua função econômica de fundo ideológico, mais que a função social”. Sendo assim, os resultados são práticas burocráticas, alienadoras e reducionistas, pois o profissional não possuía esta consciência para superá-la.

¹⁰ Neste processo se reproduzem concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrimo o antagonismo que as permeia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 30).

O Serviço Social uma vez criado no cenário capitalista possui algumas características peculiares a este sistema. Diante das grandes demandas que o assistente social necessita atender, desenvolver um pensamento crítico-reflexivo se torna difícil ou quase impossível, fazendo com que o profissional atenda as necessidades apenas econômicas.

As condições peculiares que determinam o seu surgimento como fenômeno histórico, social e como atividade profissional, e em que se produziram seus primeiros modos de aparecer, marcaram o Serviço Social como uma criação típica do capitalismo, por ele engendrada, desenvolvida e colocada permanentemente a seu serviço, como uma importante estratégia de controle social, uma ilusão necessária, para juntamente com muitas outras ilusões por eles criadas, garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica (MARTINELLI, 1993, p. 66).

Dessa forma, o Serviço Social já surge com sua identidade marcada pelo capitalismo além de mecanismos e estratégias produzidos pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do capitalismo (MARTINELLI, 1993, p. 66).

Martinelli (1993) ainda ressalta que “a ausência de identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional”. Essa superação de alienação, por sua vez, só seria possível através da ruptura do Serviço Social com as origens burguesas.

Portanto, como um conjunto de características de um indivíduo, a identidade se faz relevante, uma vez que, na construção profissional traz consigo o reconhecimento de uma prática legitimada, baseada numa prática crítica reflexiva, resultando no desenvolvendo de uma consciência social. Sendo assim Iamamoto (2007, p. 286) afirma que:

Trata-se da construção de uma identidade da profissão em conexão com a prática e consciência social de seus agentes, que contribui para construção de novas alternativas de prática que legitimem o Serviço Social como prática de caráter popular, capaz de somar-se “às formas revolucionárias que lutam pela superação da sociedade capitalista”.

Vale destacar ainda, que além de estar à mercê de uma “identidade alienada”, a prática do Serviço Social também está imbricada nas relações de poder existentes na sociedade. Dessa forma, o Serviço Social atua na luta cotidiana das classes subalternas pelos seus direitos.

Para Iamamoto (2007, p. 299):

[...] a relação do assistente social com a população se processa no “campo da política do cotidiano”, isto é, nas relações entre mudanças societárias e aquelas que têm lugar na vida cotidiana. Elas implicam relações de saber e de poder voltadas à superação de um problema, o que requer estratégias e táticas voltadas à articulação de novas relações dos sujeitos entre si e com a estrutura para operar mudanças na situação apresentada.

É com base nesta análise que compreendemos que o Serviço Social pode contribuir para a conquista de uma nova correlação de forças, na qual as classes dominadas poderão lutar pelos seus direitos a partir de uma consciência de classe formada (IAMAMOTO, 2007, p. 296). Com isso podemos fazer a seguinte conclusão acerca do objeto de trabalho do Serviço Social:

O objeto de trabalho do Assistente Social é uma questão disputada, um objeto de luta formado pelas relações de força, de poder e de saber

para a conquista pelas classes subalternas de lugares, recursos, normas e espaços ocupados pelas classes dominantes (FALEIROS apud IAMAMOTO, 2007, p. 296).

No que diz respeito aos interesses políticos, Faleiros, 2009, p. 80, afirma que “As elites do poder pensam que o povo não pensa”. E prossegue dizendo que “Os partidos políticos são os canais tradicionais para organizar a participação política, mas esta, em geral, fica restrita a eleições e favores [...]”.

Diante do exposto, Faleiros (apud IAMAMOTO, 2007, p. 296), diz que o desafio do profissional consiste:

[...] na reorientação de seu cotidiano de acordo com a correlação de forças existentes, para facilitar o acesso da população ao *saber* sobre elas mesmas, aos *recursos* disponíveis e ao *poder* de decisão. A relação de saber produz um efeito ideológico de desocultação (oposto à camuflagem), enquanto o acesso aos recursos facilita a reapropriação dos excedentes retirados da população e o acesso ao poder produz efeitos políticos de auto-organização.

Finalizando esta análise da correlação de forças, concluímos que é necessário que o Assistente Social no cotidiano da prática possibilite aos seus usuários atingir a “consciência de classe” - para que estes se entendam como pessoas possuidoras de direitos, bem como o empoderamento¹¹ - para que dessa forma reconheçam seus próprios poderes de voz, assim como o poder de se auto-organizarem na sociedade em busca do reconhecimento das políticas sociais enquanto direitos enquanto cidadãos.

Sobre isso, Martinelli, 2009, nos fala que é dentro de si que cada indivíduo deve buscar o rompimento com a alienação, para assim entender as relações sociais existentes e criar a consciência de classe ,entretanto um dos principais entraves que o profissional de Serviço Social encontra no cotidiano da prática está relacionado à burocratização dos serviços, que por sua vez impede o bom desenvolvimento do trabalho frente às demandas emergentes.

Segundo Weber (apud SOUZA, 2007, p. 04):

[...] a burocracia implica dominação na medida em que ela é uma estrutura administrativa e, para ele toda a administração é dominação, pois remete à obediência.

E de acordo com a Assistente Social do Plantão, a Burocracia envolve os “brios”, os orgulhos e a vontade política, por isso atravanca os trabalhos.

Resumidamente, Souza afirma que “[...] a **burocracia** é uma **estrutura administrativa racional de dominação**” (grifo do autor), sendo assim, sabemos que o trabalho do Assistente Social está diretamente ligado a questões burocráticas, sendo que, este é um profissional assalariado que vende sua força de trabalho, e por isto está sujeito a tal dominação. O Assistente Social, porém, não pode se deixar influenciar pelo sistema burocrático, mas sim deve criar mecanismos como forma de controle da dominação, desenvolvendo sua autonomia no cotidiano profissional, em busca de sucesso na realização das ações desenvolvidas. Como

¹¹ A defesa consiste na ajuda que se dá ao cliente na interação com as organizações burocráticas, como defesa de seus direitos, apoio no desafio das regras estabelecidas, questionamento do saber profissional (por exemplo, médico), recusa de encaminhamento a determinada instituição considerada inadequada, encorajamento à auto defesa. (FALEIROS, 2007, p. 52).

forma de estratégias, o assistente social deve adquirir um caráter participativo, estar envolvido com diversos setores de seu campo profissional para desenvolver legitimidade e obter espaço profissional.

Outro entrave encontrado é o jogo de interesse político – partidário. Muitos políticos ainda fazem a política do favor, usando de favores para ganhar votos, e alguns tentam utilizar dos benefícios eventuais para tal ato. Isso fica bem nítido em período eleitoral, assim como coloca a assistente social do Plantão Social:

“As pessoas querem fazer jogo político com as cestas básicas, com as urnas, com tudo. Eles são incapazes de orientar os usuários como que faz para conseguir um benefício. Eles mandam um assessor para conversar com a AS, e garantir que o benefício seja concedido.”

Sabemos que ainda existem pessoas que não reconhecem seus direitos e deveres na sociedade, sendo assim alvo de jogadas como acima exposto. Pessoas que acham que estão recebendo um favor do governo, ou do município, mas na verdade, é um direito. Isso mostra a alienação que permeia os usuários da Assistência Social.

Assim, como elemento fundamentador da prática profissional, a autonomia se faz relevante, sendo que esta, uma vez conquistada, implica superação de desafios e entraves existentes no cotidiano das ações desenvolvidas pelo Assistente Social. Ela faz com que identidade alienada, correlações de força, e burocratização sejam vencidas relativamente, conquistando assim espaço em seu campo profissional.

Portanto, o assistente social dispõe legalmente de autonomia em seu cotidiano profissional, mas esta, por sua vez é relativa por também fazer parte da reprodução da força de trabalho assalariada. Desse modo, o profissional está sujeito à subordinação do poder diretivo que exige um profissional flexível e polivalente, assim como assinala Simões (2009, p. 413):

[...] esse processo implica exigência de uma força de trabalho igualmente flexível, polivalente, mais qualificada, que deve ter várias preocupações e apta a realizar vários tipos de tarefas, com mais iniciativa pessoal e adaptabilidade, mais capacitação para novas situações, tornando dispensáveis algumas das funções de chefia ou gerência [...].

No plantão Social, identificamos que a Assistente social possui autonomia para realizar seu trabalho, isso, pois, a mesma nos afirma, dizendo:

“No plantão é a capacidade de decisão. É basicamente isso, a sua capacidade de decisão que muitos profissionais não têm por uma questão de gestor. Você acaba às vezes atendendo uma coisa que você não concorda porque “A ou B” mandaram que você atenda . Então nesse sentido, eu digo que eu tenho, completa e total autonomia.”

Vale ressaltar que ela deixa bem claro que sua autonomia está diretamente ligada ao fato de ter como gestora, uma Assistente Social.

Questionada sobre a questão da autonomia, frente ao Plantão Social, a assistente social ressalta: “Há uma autonomia relativa. Em que sentido? Você tem autonomia até o ponto que a burocracia não te amarra, neste sentido falo burocracia formal, não a questão da burocracia política, no Plantão tem muita política partidária.”

A assistente social deixa bem claro que há uma autonomia relativa no Plantão, mas há dois tipos de entraves: a burocracia política partidária, esta relacionada a jogo de interesses e relações de poderes, e a burocracia legal, aquela que advém do próprio sistema, onde não há parâmetros legais para o desenvolvimento de determinada ação, mesmo que o usuário esteja necessitando. A exemplo disto temos, a lei dos benefícios, onde ele própria acaba excluindo conscientemente ou inconscientemente.

Vale salientar que o Assistente Social atua na execução e gestão das políticas sociais, que por sua vez “são ações governamentais desenvolvidas em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma equânime e justa”. Dessa forma, tais políticas sociais “asseguram à população o exercício de direito de cidadania: Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Previdência Social, Ambiente”¹².

Desse modo, a Política de Assistência Social envolve as funções de proteção básica e especial, sendo assim, o Plantão Social está no âmbito da proteção básica, pois abarca as necessidades da população em estado de vulnerabilidade social¹³.

Portanto, a prática profissional neste campo de atuação se relaciona com a população usuária atendendo suas necessidades básicas¹⁴. Assim, “o exercício profissional é desenvolvido no espaço comum do cotidiano, junto à população usuária que busca a satisfação de suas necessidades sem de dar conta do complexo de questões que envolvem” (AMADOR, 2009, p. 125).

Assim como observamos em estágios e falas profissionais o profissional trabalhador do Plantão Social está à mercê de uma prática não reflexiva e muito menos crítica de sua ação, isso pode ocorrer por diversos motivos, entre eles a devasta demanda possuindo escassos recursos, limitando sua ação apenas na preocupação de atendimento à demanda e não na busca por uma ação crítica baseada em um planejamento. Assim, podemos observar o histórico do Plantão Social, como afirma Amador (2009, p. 129), [...] o plantão foi pensado e trabalhado visando ao atendimento emergencial e burocrático das demandas trazidas à instituição”.

Ainda para o autor (2009, p. 130):

Tal perspectiva tem como parâmetros, o “bom atendimento” dos “clientes” na rotina institucional, cabendo ao assistente social apenas “averiguar” se aquele pedido

¹² Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/novo/leis-e-decretos/pagina-1178741643/>> Acesso em 27 de Jan. de 2010.

¹³ Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>> Acesso em 25 Mar. 2010.

¹⁴ Segundo Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em concepção mais larga (PEREIRA, 2007, p. 26).

poderia ou não ser atendido de imediato pela instituição ou deveria ser encaminhado à outra “obra social” que pudesse atendê-lo no seu pedido de auxílio.

Sendo assim, analisando a história do Plantão social, observa-se que:

A prática profissional dos assistentes sociais no plantão é conservadora, tendo em vista que o controle e o poder coercitivo sobre os usuários são estratégias utilizadas na condução das ações cotidianas, visando apenas ao bom andamento da rotina institucional, sem um comprometimento com a população usuária (AMADOR, 2009, p.131).

Quando questionada sobre o reconhecimento da profissão e se acredita que há uma identidade profissional ela afirma: “Sim! Tem que reconhecer. Eu me faço reconhecer [risos] com minha ousadia, com minha petulância (risos)”. Diante do exposto percebemos que a postura profissional, ousadia e a coragem de encarar os entraves e desafios, resultam em uma identidade profissional reconhecida. Sendo assim, ela cita algumas estratégias para obter autonomia e identidade profissional: “Estas estratégias são exatamente você ocupar espaços na instituição enquanto profissional para gerar o convencimento, participar de conselhos, participar de fóruns, com os usuários, apesar disso no Plantão não ser muito possível, criar reconhecimento e uma mente consciente, gerar cidadãos”. Isso mostra a relevância de participação, conhecimento, estratégias de negociação, etc.

Sobre o Plantão Social, especificamente, ela esclarece algumas questões relacionadas diretamente ao seu cotidiano profissional:

“No Plantão é aquela rotina assim, do bate e volta, bate e volta você não cria vínculo, né. Aí até vejo uma necessidade de ser feitos um trabalho em rede para que em outros locais onde seja possível estabelecer vínculos com essa família, que consciência seja criada para ampliar o atendimento, para garantir o acesso efetivo, superando essa visão de favor, né, aí tem que funcionar com outras políticas, não só essa questão de benefício eventual, mas basicamente fazer uso desses espaços legítimos, né, que são conselhos, que são conferências, e se organizar profissionalmente também. Essas seriam uma das estratégias”.

Isto demonstra mais um desafio para a profissão, pautada na luta pela garantia de direito e desenvolvimento de sua autonomia rompendo assim com a ação conservadora. Para buscar na nova realidade a participação das esferas envolvidas em busca de ação assistencial efetiva. Envolvendo poder público, sociedade e o profissional.

2.2 Características gerais do município e secretaria de assistência social, objeto de estudo da pesquisa

O Município de Nova Venécia está localizado no estado do Espírito Santo, possuindo, de acordo com o IBGE¹⁵, 46. 354 (quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro) habitantes, dados estes referentes ao ano de 2009.

Apesar do crescente desenvolvimento de atividades minerais e agroindustriais na região, o café continua sendo o principal produto da economia do município. São 20 mil hectares de

¹⁵Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 19 de maio de 2010.

conilon que produzem aproximadamente 500 mil sacas por ano. A pecuária de corte e leite é outra atividade econômica importante, reunindo 3.607 propriedades rurais com rebanho estimado em 100 mil cabeças. A agricultura do município é bastante diversificada, destacando-se também a produção de pimenta-do-reino, banana e seringueira. Já a Cooperativa de Laticínios Veneza tem a capacidade para receber e beneficiar cerca de 120 mil litros de leite por dia, produzindo queijos, manteiga, leite empacotado e doce de leite, ocupando uma área de seis mil metros quadrados e conhecida pela marca Veneza, a indústria de laticínios abastece os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Bahia, e Espírito Santo. Prefeitura Municipal de Nova Venécia¹⁶.

Para Entendermos melhor sobre a criação da secretaria Municipal de Assistência Social em Nova Venécia, realizamos um breve relato sobre a Instituição da Assistência Social no Brasil.

A Constituição Federal de 1988, marcada pela intensa participação da sociedade no processo constituinte, optou pela articulação entre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico e um regime de proteção social. Como resultado desse processo, a Seguridade Social foi incluída no texto constitucional, no Capítulo II, do Título “Da Ordem Social”. O financiamento da Seguridade Social está previsto no art. 195, da Constituição Federal de 1988, instituindo que, por meio de orçamento próprio, as fontes de custeio das políticas que compõem o tripé devem ser financiadas por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais.

Tendo sido a assistência social inserida constitucionalmente no tripé da Seguridade Social, é o financiamento desta a base para o financiamento da política de assistência social, uma vez que este se dá com:

- **A participação de toda a sociedade.**
- **De forma direta e indireta.**
- Nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Mediante contribuições sociais:
- Do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; a receita ou o faturamento; o lucro.
- Do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social.
- Sobre a receita de concursos de prognósticos.
- Do importador de bens ou serviços do exterior ou de quem a lei a ele equiparar.

E ainda conta com o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) que é um recurso Federal.

O município de Nova Venécia ao longo dos anos promoveu Leis que viabilizaram a promoção de Direitos com prioridade nas famílias e focando-se principalmente nas crianças e adolescentes em situação de risco.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.novavenecia.es.gov.br/economia/economia.htm>> Acesso em: 19 de maio de 2010.

No ano de 1982, foi criado o setor de Saúde e Assistência Social, que através da Lei nº 1.395/86 de 22/01/1986 foi transformado em Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, posteriormente as Secretarias foram desmembradas mediante a Lei nº 1.643/89 de 17/08/1989 que criou a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Venécia.

Em 23/07/1992, através da Lei nº 1.845 foi criado o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, regulamentado através do Decreto nº 3.193 de 28/08/1998 e o Conselho Tutelar.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 concebe a Assistência Social como Política de Seguridade Social de responsabilidade do Estado e Direito do cidadão (arts. 203 e 204 CF). Este fato rompe com a concepção de Assistência como benemerência social e dos seus destinatários como tutelados.

Regulamentando os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, criou-se a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742 de 07/12/1993). A LOAS representou a maioria jurídica da Assistência Social, na história brasileira.

Embora previsto em Lei, o perfil dos usuários atendidos pela secretaria de Assistência Social de Nova Venécia, são pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade social, ou ainda em extrema miserabilidade social. Atualmente a Secretaria de Assistência Social depara-se com uma grande demanda por atendimentos nos programas, isso ocorre devido ao aumento das questões sociais no município de Nova Venécia, que se multiplicam ferozmente devido às influências capitalistas/neoliberais.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Venécia, desde 1989, ano de sua criação, trabalha de forma organizada e sistematizada com relação aos seus objetivos, seguindo todas as leis que norteiam o seu funcionamento e o regimento. Sempre divulga os resultados de suas ações à comunidade, no intuito de mostrar e comprovar a transparência de um trabalho sério e comprometido com a sociedade, levando em consideração as necessidades dos usuários.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como finalidade buscar conhecer melhor a realidade do Plantão Social do Município de Nova Venécia/ES levando em consideração a autonomia do assistente social relacionada diretamente a relações de poder, burocracias, identidade e alienação. Destacamos também os entraves existentes no cotidiano profissional, assim como a grande demanda atendida.

Assim concluímos que há uma autonomia, só que esta por sua vez, está pautada em dois tipos de burocracias. A primeira está ligada a questões de hierarquia, sendo que sua gestora é uma assistente social, portanto permite o desenvolvimento da autonomia no seu cotidiano. A outra está relacionada à burocracia legal, ligada à gestão da política municipal, pois após a elaboração dos projetos pela Secretaria, estes são analisados pelos órgãos públicos competentes para aprovação e liberação de convênios e contratos. Este processo é burocrático, requer tempo e vontade política, envolvendo assim o jogo de interesses.

Sendo assim, há uma autonomia relativa, pois comprovamos que a assistente social do Plantão Social é autorizada a participar do planejamento e elaboração dos projetos além das decisões de atendimento das demandas, mas na execução esta autonomia é repensada, sendo que o processo burocrático para aprovação e liberação é lento, em contrapartida a demanda só aumenta.

Esta autonomia adquirida pelo assistente social se faz por meio de seu perfil profissional, partindo de uma identidade, participação e vontade política para realizar e negociar situações que sejam voltadas para o bem comum dentro de sua ética profissional.

O trabalho não se encerra, abre novos horizontes, pautados na superação dos desafios como a construção de uma equipe multidisciplinar para melhorar o atendimento do Plantão Social.

4 REFERÊNCIAS

1. AMADOR, Josy Ramos de Oliveira. A prática do serviço social no plantão: limites e desafios para a efetivação de direitos. **Revista serviço social e sociedade**. São Paulo, Ano XXX, n. 97 – Cortez, Jan-Mar, 2009.
2. BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social 21º região. **O que são políticas de assistência social**. Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/novo/leis-e-decretos/pagina-1178741643/>> Acesso em 27 jan. 2010.
3. BUENO, Silveira, 1898-1989. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. - ed. rev. e atual - São Paulo: FDT, 2000.
4. FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**, 7 Ed, São Paulo: Cortez, 2007
5. _____. **Saber profissional e poder institucional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
6. FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. Reflexões acerca da assessoria como contribuição e competência do assistente social. **In Revista Angra: políticas e serviço social**, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005. Disponível em
7. <<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em 31 out. 2009.
8. Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Benefícios eventuais: o que é?** Brasília, 07 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/portalfederativo/asocial/pag/programas/beneficios-eventuais/>> Acesso em: 07 nov. 2009.
9. IAMAMOTO , Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005
10. _____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
11. _____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

12. _____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18 ed. São Paulo: Cortez; [LIMA, PERU]: CELATS, 2005.
13. **Instituto brasileiro de geografia e estatística IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 19 de maio de 2010.
14. MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
15. NUNES, Sabrina Francischetto. **Relatório semestral de estágio III**. Nova Venécia, 2009, 23 pg. Trabalho Acadêmico (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Capixaba de Nova Venécia, Nova Venécia, 2009.
16. PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
17. Política Nacional da Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>> Acesso em 25 Mar. 2010.
18. **Prefeitura Municipal de Nova Venécia**. Disponível em: <<http://www.novavenecia.es.gov.br/economia/economia.htm>> Acesso em: 19 de maio de 2010.
19. SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sóciopolítica. **Revista katálysis**, Florianópolis – SC, v. 5, n.2, jul/dez. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6034/5603-sarmento.07/11/2009>>. Acesso em: 07 nov. 2009.
20. SIMÕES, Carlos. Na ilha de robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo. **Revista serviço social e sociedade**. Ano XXX – n. 99 – São Paulo, Cortez – Jul-Set, 2009.
21. SOUZA FILHO, Rodrigo de. O fenômeno burocrático e a universalização de direitos. **Libertas: revista do programa de pós-graduação em serviço social**, Juiz de Fora – MG, v.1, n.2, p.1-20, jun/2007.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO NOVO HORIZONTE LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ - ES: UM ESTUDO DE CASO¹

Marcilene Campo Dall'Orto²
Jacqueline Kelly Almeida Cunha³

RESUMO

O estudo em questão é resultado de nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Ele parte do pressuposto de que o profissional de Serviço Social tem sua autonomia limitada no desenvolvimento de seu trabalho, devido à falta de conhecimento sobre suas funções específicas por parte dos demais profissionais que com ele atuam e que a sobrecarga de trabalho sobre o assistente social interfere em seu desempenho laboral. Assim, para responder a questão “Quais fatores interferem no desenvolvimento do trabalho do Assistente Social em um projeto que atende crianças e adolescentes?”, procedeu-se ao desenvolvimento de uma pesquisa de natureza exploratória, empregando-se quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Utilizou-se a entrevista como instrumento para coleta de dados junto à Assistente Social e a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), para análise e compreensão dos dados coletados. Verificou-se que existem elementos que contribuem para o processo de precarização do trabalho do assistente social, no nível macro ou microestrutural, quer internos ou externos à instituição, com prevalência dos primeiros sobre os últimos.

Palavras -chave: Assistente social. Trabalho. Crianças e adolescentes. Projetos sociais.

ABSTRACT

This study is the result of our graduation paper. It assumes that the Social Service professionals have their working development autonomy limited, due the fact that they are not oriented by their co-workers about their specific responsibilities and also because they are overburdened, interfering, thus, in their professional performance. Hence, to answer the question “What facts interfere in the development of the Social Assistant professional in a project that serves children and teenagers?”, an exploratory research was carried out, using as technical procedures the bibliographical research and a study of case. An interview was used as a tool to collect data from the Social Assistant professional and the content analysis (BARDIN, 2009) was used to comprehend the collected data. This study showed that there are elements that contribute for the deprivation process of the work of the Social Assistant professional, both in the macro and micro structural level, in or out of the institution, prevailing the former ones over the latter ones.

¹ Artigo realizado através de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado curso superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia no ano de 2010.

² Bacharel em Serviço Social graduada em 2010/1 na Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

³ Bacharel em Serviço Social graduada na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Especialista em Gestão de Serviços de Saúde com Ênfase em Programas de Saúde da Família. Docente e coordenadora do Curso Superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

Key words: Social assistant. Work. Children and teenagers. Social projects.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho do assistente social em programas e projetos que atendem crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social não é um assunto que tem sido muito pesquisado nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no país, tendo em vista as duas últimas décadas⁴. A situação identificada revela que há uma quantidade significativa de estudos que tratam do trabalho do assistente social nas instituições de modo geral, e nas instituições públicas de modo particular. No entanto, as produções que tratam sobre a atuação do profissional do serviço social em instituições públicas que atendem crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social é significativamente menor (DALL'ORTO, 2010).

Identificada a carência de estudos acima mencionada, optou-se por desenvolver uma investigação sobre o trabalho do assistente social considerando-se, especificamente, sua atuação em um projeto público que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o Projeto Novo Horizonte, localizado no município de Jaguaré situado no norte do Estado do Espírito Santo. Buscou-se com o mesmo, responder a questão “**Quais fatores interferem no desenvolvimento do trabalho do assistente social no Projeto Novo Horizonte?**”

O objetivo era conhecer os fatores que interferem no desenvolvimento das ações do profissional de serviço social junto aos usuários do Projeto Novo Horizonte. Partiu-se da hipótese de que o profissional de Serviço Social do Projeto tem sua autonomia limitada no desenvolvimento de seu trabalho, devido à falta de conhecimento sobre suas funções específicas por parte dos demais profissionais do Projeto. Outra hipótese considerada foi que a sobrecarga de trabalho sobre o assistente social do Projeto Novo Horizonte, interfere no desempenho laboral do respectivo profissional no projeto em questão.

Optou-se por desenvolver uma pesquisa exploratória (GIL, 1999), empregando-se como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Com base nos procedimentos técnicos apresentados, as técnicas utilizadas para coleta dos dados neste trabalho foram a técnica da documentação indireta, por meio da pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, que foram lidos, fichados e analisados e a técnica da documentação direta intensiva, por meio do emprego da entrevista, para a obtenção das informações específicas sobre o trabalho do assistente social no Projeto Novo Horizonte⁵. Assim, os dados foram extraídos de fontes primárias e secundárias e foram interpretados à luz da teoria da análise de conteúdo, de Laurence Bardin (2009), mais precisamente na análise categorial.

⁴ A autora Marcilene Campo Dall'Orto realizou um levantamento consultando o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que disponibiliza os títulos e resumos de todas as dissertações e teses defendidas no Brasil, de todos os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. De posse desses dados, buscaram-se os textos na íntegra junto às instituições de ensino superior para a leitura dos trabalhos e realização da revisão. A partir dessas informações, elaborou um artigo do tipo “Estado da Arte” sobre as produções discentes em nível de Mestrado e Doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, conforme pode ser constatado em Dall'Orto (2010).

⁵ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido onde a Assistente Social do Projeto Novo Horizonte autoriza a realização da entrevista encontra-se anexado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Os resultados obtidos estão apresentados a seguir. Acredita-se que o presente estudo se justifica por, entre outros motivos, contribuir para a ampliação das discussões sobre o trabalho do profissional do serviço social nas instituições públicas que atendem crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social, favorecendo um movimento de discussão, compreensão e análise do trabalho do profissional do serviço social nas mesmas, bem como poderá ser compreendido como um sinalizador, não só dos entraves que se apresentam para o desenvolvimento autônomo do trabalho do profissional do serviço social na instituição em questão, mas também e principalmente, como indicador de possibilidades de superação deles.

2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O Projeto Novo Horizonte foi criado no ano de 1997 a partir de uma proposta apresentada por profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e tem como base legal a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Seu objetivo é atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Atendia em 2010, a 72 (setenta e duas) crianças e/ou adolescentes com idade entre 07 e 16 anos, que participam de oficinas diversas como Artes, Artesanato, Informática, Sucata, Flauta, Violão, Bateria, Orquestra, Educação Física, Dança, Teatro e Higienização. Os usuários frequentam as atividades do Projeto no período inverso ao horário escolar, sendo oferecido diariamente café da manhã, almoço, lanche e jantar. A maior parte dos recursos (cerca de 90%) é proveniente do município. O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente controla, por meio de mecanismo fiscalizador, as verbas destinadas ao Projeto. A equipe técnica que atua diretamente no Projeto é composta por uma coordenadora geral, uma pedagoga, uma assistente social, uma psicóloga, seis educadores sociais, uma auxiliar administrativa, três serventes, duas cozinheiras e um auxiliar de serviços gerais.

Entre as atividades que a profissional do Serviço Social do Projeto desenvolve no mesmo, junto às crianças e adolescentes e suas respectivas famílias estão: a) triagens, mediante visita domiciliar e entrevista, para ingresso dos alunos no Projeto; b) visitas domiciliares de acompanhamento às famílias dos alunos do Projeto; c) elaboração de Estudo Social dos alunos e candidatos a serem ingressados ou não no Projeto; d) realização de encaminhamentos dos alunos e suas famílias de acordo com as demandas identificadas; e) atendimento a alunos e seus familiares de acordo com demanda dos profissionais da instituição, e identificadas pelo serviço social; f) realizar, com profissional de Psicologia, as atividades com grupo de adolescentes; g) manter contato com a rede de atendimento à criança/adolescente e família (Escolas, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos, Centro de Referência de Assistência Social, e outros); h) participar de reuniões de equipe técnica; i) participar de reuniões de pais; j) trabalhar de forma interdisciplinar e; k) supervisionar o Estágio de Serviço Social na Instituição.

2.1 Apresentação dos dados

Para compreender o trabalho da assistente social que atua em um projeto (Projeto Novo Horizonte) que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, optou-se, como já fora mencionado, pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Seguindo esses procedimentos, de posse dos materiais a serem analisados, passou-se à primeira etapa, a saber: a **organização da análise**. Inicialmente, a entrevista gravada com a assistente social foi transcrita (digitada) para, posteriormente, proceder-se à exploração do material propriamente

dito. O passo seguinte foi retomar os *objetivos e as hipóteses* levantadas e verificar sua pertinência. O passo seguinte, referente à organização da análise, consistiu *na referenciação dos índices e na elaboração de indicadores*. Para a referenciação dos índices, considerou-se a menção explícita ou implícita de um tema numa mensagem. Quanto à elaboração de indicadores, empregou-se como regra de enumeração, ou seja, o modo como foram contadas as unidades de registro, a *frequência* (medida frequencial simples).

Uma vez realizado o trabalho de organização da análise, passou-se à **codificação**. Esta se constitui na segunda etapa do processo de Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (2009, p. 129), “a *codificação* corresponde a uma transformação [...] dos dados em bruto do texto [que] permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão [...]”. Nela devem ser definidas as unidades de registro que podem ser constituídas por palavras, conjunto de palavras ou temas. De acordo com Oliveira e outros (2003, p. 7), “alguns pesquisadores poderão ainda adotar, como unidade de registro, um personagem, um acontecimento ou até mesmo um objeto”.

No estudo em questão, optou-se pelo tema como unidade de registro. O tema é, segundo afirma Moscovici (apud OLIVEIRA et al., 2003, p. 8), “uma proposição tipo que exprime toda uma família de proposições tendo relação com um mesmo conteúdo diversamente formulado [...]. Sua função é a de resumir o conteúdo”. Segundo D’Urung (apud OLIVEIRA et al., 2003, p. 8), “o tema pode [...] aparecer sob forma de uma alusão em um detalhe [...] ou estar presente, difuso, dentro de uma passagem”. Nesse sentido é que considerar-se à, como já exposto, a menção explícita ou implícita de um tema numa mensagem.

Definida a unidade de registro, determinou-se, para o estudo em questão, que a unidade de contexto a ser considerada fosse o parágrafo.

Também como já explicitado anteriormente, **considerar-se -á** como unidade de enumeração a *frequência* (medida frequencial simples). Nela, “a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição” (BARDIN, 2009, p. 134), uma vez que se considera, para este estudo, que todas as unidades de registro têm o mesmo valor. Assim, “[...] a aparição de um item de sentido ou de expressão será tanto mais significativa [...] quanto mais esta frequência se repetir” (*idem, ibidem*, p. 135).

Considerando o exposto até o momento, também é importante ressaltar que não foram definidas temáticas e/ou categorias *a priori*. As mesmas emergiram a partir da ação sobre o material (entrevista) que constitui o *corpus* de análise, onde foram definidas as unidades de registro (temáticas), considerando-se as unidades de contexto (vinte e dois parágrafos) da entrevista. Assim, nos 22 (vinte e dois) parágrafos da entrevista que constituem a análise de contexto, foram extraídas 13 (treze) unidades de registro (temas), apresentados no Quadro 01, a seguir, com seus respectivos indicadores de frequência (medida frequencial simples).

As análises referentes às unidades de registro e seus respectivos indicadores de frequência serão apresentadas no item “2.2 Análise dos dados”.

Por **categorização**, compreende-se “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2009, p. 145). Ela constitui-se na terceira etapa da Análise de Conteúdo.

A categorização comporta duas etapas: a) o inventário, no qual se isolam os elementos e; b) a classificação, na qual os elementos são repartidos, procurando-se impor uma certa organização.

Unidades de registro (temas)	Indicadores de frequência
Sobrecarga de trabalho do Assistente Social, por atendimento a demandas de outros órgãos/setores.	03
Trabalho realizado pelo Assistente Social.	03
Atitude de resignação do Assistente Social.	02
Desconhecimento do trabalho do Assistente Social (contratantes e gestores).	02
Falta de autonomia no desempenho da profissão.	02
Insuficiência de instalações físicas no Projeto.	02
Quadro incompleto de profissionais.	02
Parcerias externas que comprometem o desenvolvimento do trabalho do Assistente Social.	01
Falta de comunicação interna eficiente.	01
Falta de equipamentos / recursos materiais.	01
Falta de registros das ações até então realizadas.	01
Falta de um trabalho coletivo / colaborativo.	01
Trabalho coletivo envolvendo outros profissionais.	01
TOTAL DE UNIDADES DE REGISTRO (TEMAS)	22

Quadro 01 – Unidades de registro e indicadores de frequência.

As categorias aqui estabelecidas foram obtidas pelo procedimento “acervo”, onde “o título conceptual de cada categoria somente [foi] definido no final da operação” (BARDIN, 2009, p. 147). Assim, a partir das unidades de registro, foram “construídas” as categorias, conforme apresentado no Quadro 02, a seguir:

Unidades de registro (temas)	Categorias
Sobrecarga de trabalho do Assistente Social, por atendimento a demandas de outros órgãos/setores.	Sobrecarga de trabalho do Assistente Social, por motivos externos ao Projeto.
Trabalho realizado pelo Assistente Social.	Atitude, desempenho e exercício profissional do Assistente Social.
Atitude de resignação do Assistente Social.	
Falta de autonomia no desempenho da profissão.	
Trabalho coletivo envolvendo outros profissionais.	
Desconhecimento do trabalho do Assistente Social, pelos demais profissionais ligados ao Projeto.	Desconhecimento do trabalho do Assistente Social (contratantes e gestores).
Insuficiência de instalações físicas no Projeto.	Problemas estruturais /gerenciais do Projeto.
Quadro incompleto de profissionais.	
Falta de comunicação interna eficiente.	
Falta de equipamentos / recursos materiais.	
Falta de registros das ações até então realizadas.	
Falta de um trabalho coletivo / colaborativo.	
Comprometimento do desenvolvimento do trabalho do Assistente Social.	Parcerias externas que comprometem o desenvolvimento do trabalho do

	Assistente Social.
--	--------------------

Quadro 02 – Elaboração das categorias de análise a partir das unidades de registro (temas).

Definidas as categorias, foram assim, reunidas em dois grandes agrupamentos: 1) elementos de origem externa ao Projeto e; 2) elementos de origem interna ao Projeto, sendo:

Elementos de origem externa:

- a) Sobrecarga de trabalho do Assistente Social, por motivos externos ao Projeto;
- b) Parcerias externas que comprometem o desenvolvimento do trabalho do Assistente Social.

Elementos de origem interna:

- a) Atitude, desempenho e exercício profissional do Assistente Social;
- b) Problemas estruturais /gerenciais do Projeto;
- c) Desconhecimento do trabalho do Assistente Social por parte do empregador público/gestor do Projeto.

2.2 Análise dos dados

Inicialmente, **far-se-á** uma análise das unidades de registro e dos indicadores de frequência, apresentados no Quadro 01. A partir dele pode-se observar que a Assistente Social entrevistada deixa bastante evidente em sua fala que a sobrecarga de trabalho devido ao atendimento de demandas externas de outros órgãos/setores, públicos municipais ou não, apresenta-se como um dos principais fatores comprometedores do desenvolvimento de seu trabalho no Projeto Novo Horizonte. Em termos percentuais, a menção que ela faz a essa temática em sua fala corresponde a 13,5% do total de temáticas abordadas na entrevista.

Possivelmente, o desconhecimento do real trabalho de uma Assistente Social em um projeto que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por parte dos gestores do referido Projeto (9,2%), a falta de autonomia que tal desconhecimento tem favorecido (9,2%), associada à sobrecarga de trabalho, tem gerado uma atitude de resignação desse profissional em seu espaço de trabalho e diante dos demais profissionais (9,2%).

Outros elementos apontados como comprometedores da realização do trabalho do Assistente Social no Projeto tem sido a insuficiência das instalações físicas (9,2%); a ocorrência de um quadro incompleto de profissionais (9,2%); a falta de uma rede de comunicação interna eficiente e clara (4,5%); a falta de equipamentos/recursos materiais, tais como um veículo do Projeto para a realização das visitas domiciliares (4,5%); a falta de registros anteriores ao ano de 2009 (4,5%) e a falta da realização de um trabalho efetivamente coletivo/colaborativo entre os profissionais do Projeto (4,5%). Também foi mencionada a existência de algumas parcerias externas (frágeis) que atrapalham o desenvolvimento do trabalho da Assistente Social, uma vez que ela depende das mesmas (4,5%).

Até o momento, foram apresentadas as temáticas abordadas pela Assistente Social que tem contribuído para comprometer (negativamente) o desenvolvimento de seu trabalho no Projeto. É interessante observar que representam 82,0% da frequência das temáticas abordadas na entrevista com a profissional em questão. Aspecto esse que merece ser levado em consideração.

Os demais 18,0% referentes aos aspectos considerados positivos nas temáticas apresentadas, dizem respeito à realização de diversas ações pela Assistente Social, no desenvolvimento de seu trabalho (apesar das dificuldades) (13,5%) e a ocorrência de alguns trabalhos coletivos entre os profissionais (Assistente Social e Psicóloga) (sobretudo quando realizados em ações fora do espaço do Projeto) (4,5%).

As informações acima podem ser melhor visualizadas no Quadro 03, a seguir:

Unidades de registro (temas)	Natureza da ação	Indicadores de frequência (em %)
Sobrecarga de trabalho do Assistente Social, por atendimento a demandas de outros órgãos/setores.	Negativa	13,5%
Trabalho realizado pelo Assistente Social.	Positiva	13,5%
Atitude de resignação do Assistente Social.	Negativa	9,2%
Desconhecimento do trabalho do Assistente Social (contratantes e gestores).	Negativa	9,2%
Falta de autonomia no desempenho da profissão.	Negativa	9,2%
Insuficiência de instalações físicas no Projeto.	Negativa	9,2%
Quadro incompleto de profissionais.	Negativa	9,2%
Parcerias externas que comprometem o desenvolvimento do trabalho do Assistente Social.	Negativa	4,5%
Falta de comunicação interna eficiente.	Negativa	4,5%
Falta de equipamentos / recursos materiais.	Negativa	4,5%
Falta de registros das ações até então realizadas.	Negativa	4,5%
Falta de um trabalho coletivo / colaborativo.	Negativa	4,5%
Trabalho coletivo envolvendo outros profissionais.	Positiva	4,5%
TOTAL DE UNIDADES DE REGISTRO (TEMAS)		100,0%

Quadro 03 – Unidades de registro e indicadores de frequência (em %), segundo a natureza da ação (positiva ou negativa).

Ao se considerar as temáticas que dizem respeito às questões internas e externas ao Projeto, é possível reconhecer uma ampla desvantagem das últimas em relação às primeiras. Enquanto os elementos de ordem externa que comprometem o desenvolvimento do trabalho da Assistente Social no Projeto Novo Horizonte dizem respeito a 18,0% das temáticas abordadas na entrevista, os de ordem interna totalizam 82,0%. Essa ampla diferença sinaliza que os entraves estão postos no próprio local de trabalho, sendo eles relacionais /comunicacionais, **físico-estruturais** e materiais, conforme pode ser visualizado no Quadro 04.

Esse fato deve ser encarado com seriedade e preocupação, pois sinaliza que há problemas gerenciais no Projeto, uma vez que determinados profissionais contratados para desempenharem uma função não o fazem, ou não o fazem satisfatoriamente, outros acabam sendo sobrecarregados, uma vez que acabam acumulando, além de suas funções, a desses outros profissionais, mesmo sem ter a competência técnica e a formação necessária para tal. Ao mesmo tempo, esse fato deve ser encarado como uma grande possibilidade, uma vez que a resolução da maior parte dos problemas apontados quanto ao desempenho da função do profissional do Serviço Social no Projeto coloca-se como de responsabilidade do próprio coletivo do Projeto em resolver.

Tendo apresentado e discutido, mesmo que de forma superficial, os significados das unidades de registro e seus indicadores de frequência, **passar-se-á** à análise das categorias estabelecidas a partir deles.

Unidades de registro (temas)	Local de ocorrência da ação	Natureza da ação	Indicadores de frequência (em %)
Sobrecarga de trabalho do Assistente Social, por atendimento a demandas de outros órgãos/setores.	Externa	Negativa	13,5%
Trabalho realizado pelo Assistente Social.	Interna	Positiva	13,5%
Atitude de resignação do Assistente Social.	Interna	Negativa	9,2%
Desconhecimento do trabalho do Assistente Social (contratantes e gestores).	Interna	Negativa	9,2%
Falta de autonomia no desempenho da profissão.	Interna	Negativa	9,2%
Insuficiência de instalações físicas no Projeto.	Interna	Negativa	9,2%
Quadro incompleto de profissionais.	Interna	Negativa	9,2%
Parcerias externas que comprometem o desenvolvimento do trabalho do Assistente Social.	Externa	Negativa	4,5%
Falta de comunicação interna eficiente.	Interna	Negativa	4,5%
Falta de equipamentos / recursos materiais.	Interna	Negativa	4,5%
Falta de registros das ações até então realizadas.	Interna	Negativa	4,5%
Falta de um trabalho coletivo / colaborativo.	Interna	Negativa	4,5%
Trabalho coletivo envolvendo outros profissionais.	Interna	Positiva	4,5%
TOTAL DE UNIDADES DE REGISTRO (TEMAS)			100,0%

Quadro 04 – Unidades de registro e indicadores de frequência (em %), segundo a natureza da ação (positiva ou negativa) e local de ocorrência

Como já mencionado anteriormente, as mesmas foram agrupadas em duas naturezas: os 1) elementos de origem externa ao Projeto e os; 2) elementos de origem interna ao Projeto Novo Horizonte, que interferem no desenvolvimento/desempenho do profissional do Serviço Social. Utilizar-se-á **fragmentos** da entrevista concedida, com a finalidade de justificar, ilustrar, exemplificar e/ou confirmar as afirmações empreendidas.

Iniciar-se-á discutindo os elementos de origem externa ao Projeto. Assim sendo, **a sobrecarga de trabalho do Assistente Social, por motivos externos ao Projeto** coloca-se como o primeiro deles. Como já expresse, este foi o item nas unidades de registro que mais foi apontado pela Assistente Social como negativo para o desempenho de seu trabalho no Projeto, conforme se pode observar nos relatos⁶ apresentados a seguir:

Além disso, eu não atendia só o Projeto. A semana tem cinco dias... dois dias eu estava atendendo a [outro projeto da Secretaria Municipal de Assistência Social], e três dias atendendo o Projeto e, nesses três dias, além de atender a demanda do Projeto, eu atendia os relatórios do Fórum, do Conselho Tutelar e algumas outras coisas que não eram específicas do Projeto [“A”]. Tudo que era demanda que aparecia relacionada à criança e ao adolescente, tínhamos que atender, mesmo que

⁶ Será utilizada a fonte Times New Roman, tamanho 10, em itálico nos fragmentos do relato da Assistente Social do Projeto Novo Horizonte, para diferenciá-los das citações dos autores utilizados no presente estudo.

não fosse para incluir [a criança ou o adolescente] no Projeto, ou que fosse referente ao Projeto (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Os relatos da assistente social indicam uma clara falta de delimitação do espaço de atuação desse profissional. Não é objetivo desse trabalho verificar se essa falta de delimitação é proposital ou não. O fato é que com a realidade posta, a profissional em questão tem sido cobrada a dar conta de trabalhos/funções que não estavam previstos na ocasião de sua contratação conforme o Regimento Interno da Instituição.

Já a concentração da carga horária de trabalho em alguns dias da semana (três dias) no Projeto Novo Horizonte, não só dificulta a ação profissional, como freqüentemente impede o contato dos integrantes das equipes multiprofissionais, o oferecimento sistemático e continuado de determinadas ações e o contato sistemático e continuado, necessário, com os usuários (VASCONCELLOS, 2007).

A Assistente Social tem clareza da situação mencionada acima. No entanto, adota um discurso justificador diante da não realização de funções inerentes ao Projeto. Pode-se perceber ainda, associado ao mesmo discurso, um sentimento de impotência diante das pressões externas postas pelos órgãos/setores.

[...] não acontece do jeito que deveria acontecer... [...] Porque não dava tempo, porque tinha outras demandas e sempre ia ficando coisas muito atropeladas. Por isso que não dava tempo de fazer, de atender a família como ela tinha que ser atendida, de ir lá e acompanhar a família que a gente percebia que tinha mais dificuldades. Não tinha o tempo, porque não era só para o Projeto. Então, acabava que ficava tudo assim... Igual no início desse ano... [2009]. Só sei que as coisas ficavam pela metade, mas ficavam pela metade porque eu terminava de fazer uma coisa, já tinha outra (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Segundo Vasconcellos (2007), fica evidente a subordinação da assistente social às demandas dirigidas ao Serviço Social. Mesmo a contragosto, aceita realizar todas as atividades “possíveis” para dar atenção a todas as demandas, em detrimento de um estudo do conjunto de demandas dirigidas ao Serviço Social, o que permitiria, a partir do estabelecimento de prioridades, planejar as ações profissionais destinadas aos usuários.

Por fim, é importante salientar que, apesar das situações até então descritas, é possível perceber-se uma atitude de consciência por parte da profissional, de como essas demandas têm prejudicado o seu trabalho no Projeto.

O trabalho do Assistente Social dentro do Projeto [“A”] ficou muito aquém do que deveria ficar, porque eu não o atendia praticamente, eu não o atendia. Eu atendia outras demandas... Igual, no final do ano: a gente ficou três semanas praticamente, fazendo a pesquisa, sendo uma semana antes preparando, para fazer uma pesquisa no [nomes das comunidades onde a pesquisa foi realizada]. Então, quando você volta para o Projeto, tem relatórios do Fórum todos atrasados, porque enquanto você está fazendo isso, o tempo está correndo... (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

O segundo elemento de origem externa a ser discutido tem relação direta com o anterior. Refere-se às **parcerias externas que comprometem o desenvolvimento do trabalho do Assistente Social** no Projeto. Para o desempenho de seu trabalho, o profissional do Serviço Social necessita da existência de uma ampla e sólida rede de relações. Assim, outros assistentes sociais, conselheiros tutelares, promotores, juízes, advogados, professores, entre

outros profissionais, são necessários e, até mesmo, indispensáveis, no exercício profissional do Assistente Social.

O problema apresenta-se quando essa rede (ou um de seus fios) é ou torna-se frágil pelos motivos mais variados. No estudo em questão, a Assistente Social refere-se ao trabalho desenvolvido pela Promotoria de Justiça do município, uma vez que ocorrem problemas com a clientela atendida pelo Projeto, que fogem à competência dos profissionais do mesmo resolverem, por questões éticas e, sobretudo, legais. O relato a seguir denota a situação em discussão:

Mandamos relatórios de dois irmãos e o Ministério Público não se manifestou e não fez nada; o Conselho Tutelar foi até onde ele podia; a gente foi até onde a gente podia e o Ministério Público não fez o que ele deveria, não se manifestou. O relatório chegou lá e mais nada. Em relação a questão legal, o que atrapalha é que hoje é um Promotor, amanhã é outro e a semana, mês que vem é outro. Então sempre é Promotor substituto, nunca um titular quer ficar aqui um tempo maior. Quando você pensa que vai caminhar, aí o outro assume e aí ele já começa pegar o que chega novo [em relação às demandas] e o que não tem processo legal ele não volta para mexer (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Fica exposto assim, uma situação de precariedade em um órgão externo ao Projeto, mas que tem relação direta com o mesmo, pois este depende daquela para que parte de suas ações ocorram. Com a situação de descontínuismos que reiteradamente tem marcado o judiciário e o Ministério Público brasileiro, principalmente nos municípios no interior dos Estados, muitos problemas que poderiam ser entendidos como de fácil solução se resolvidos com rapidez acabam por ganhar um vulto muito maior com o passar do tempo.

Nos aspectos de origem interna, tem-se elementos que comprometem negativamente o trabalho a Assistente Social no Projeto, mas também, é onde encontram-se ações (apesar das dificuldades apresentadas) desenvolvidas e que demonstram uma atuação consciente por parte da profissional em questão.

Assim, discutir-se-á a primeira categoria: **Atitude, desempenho e exercício profissional do Assistente Social**. Nela encontram-se elementos negativos e positivos que serão abordados separadamente.

Quanto aos primeiros, destacam-se, na fala da profissional, de acordo com as unidades de registro, uma atitude de resignação (ou talvez se possa falar mesmo em passividade) diante da situação de precarização de sua atuação, visualizadas nas questões de sobrecarga de trabalho.

Na maioria das vezes, esperávamos a demanda da família, porque nem sempre era possível identificar e mandar [atender a demanda] lá no projeto porque era muita coisa para fazer e não tinha como ir lá procurar o problema. Então esperava a família chegar. Só que, como as famílias não conheciam o Serviço Social no Projeto [Novo Horizonte], então elas demoram muito para procurar (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Então como não tinha só o Projeto [Novo Horizonte] para atender eu também não ia atrás. Então, eu fiquei mais fazendo trabalho interno do que o trabalho com a família propriamente dito; as famílias mais acompanhadas foram poucas (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Ao mesmo tempo em que se pode perceber nas falas da profissional uma consciência de quais as funções relativas ao seu trabalho, também pode-se visualizar (não só nas falas acima apresentadas) uma série de argumentações justificando as ações (não) realizadas.

Contudo, vale destacar que seria imprescindível que a atuação da assistente social tenha vinculação com a dimensão da intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal. E dentro deste aspecto se coloca também a dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos(as) usuários(as) e trabalhadores(as) nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e outras políticas públicas (LOPES et al, 2008). Esse princípio também é pressuposto no Código de Ética do Assistente Social/93 (2007, p. 16) quando este coloca a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Essa dimensão reafirma a importância de se trabalhar a participação com os Usuários do Projeto Novo Horizonte, para luta pela efetivação de direitos sociais (também um princípio do Código de Ética/93), uma vez que como percebemos nas discussões anteriores as políticas de enfrentamento às expressões da questão social não estão somente sujeitas a vontade do capital, também sofrem determinações da capacidade de mobilização da classe trabalhadora, impelindo o modo de produção capitalista à conviver com políticas sociais.

Esse trabalho de organização popular não é importante somente para luta de direitos de necessidade imediata dos usuários, como saúde, escola, transporte, mas também para a efetivação de mais um princípio do Código de Ética profissional/93: “Opção por um projeto vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero”. (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 2007, p. 17).

É importante ressaltar que essa atitude de resignação não deve ser considerada isoladamente. Diversos fatores contribuem para isso, entre eles a própria sobrecarga de trabalho e a existência das parcerias (frágeis) com outros setores, anteriormente já mencionadas. Outro elemento que se soma é a falta de autonomia no desempenho da profissão, dentro do Projeto.

Uma coisa que eu achava muito complicado era tudo que eu ai fazer, tinha que falar: “Ah, eu vou visitar fulano”. Eu tinha que falar o que aconteceu na visita. Eu achava que não é tudo que aconteceu dentro do trabalho que você precisa ficar falando para quem é o coordenador [do Projeto] (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

É interessante se observar como as condições acima descritas contribuíram por gerar na profissional um sentimento de impotência e culpa, externado na fala a seguir.

E eu tinha problema de dizer não, e eu pegava outra coisa para fazer. Dependendo da coisa, faz isso, larga aquilo e faz isso, eu largava tudo e fazia. Só que depois, eu fiquei levando a culpa de tudo isso, só que a culpa não foi só minha [...] (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE, grifo nosso).

Na justificativa acima, a profissional revela uma angústia pessoal, frustração, falta de reconhecimento, sentimento de perda e/ou insatisfação relacionada a questões específicas do atendimento: falta de recursos, entraves institucionais, insatisfação consigo e/ou com os colegas do seu ambiente de trabalho (VASCONCELLOS, 2007).

Discutir o instrumental técnico operativo da profissão, ou a intervenção do Assistente Social, é muito mais que debater quais técnicas e instrumentos a profissão vai fazer uso, é discutir qual a teleologia utilizada, e neste sentido, qual projeto de profissão perpassa a ação do Assistente Social. Como bem coloca Guerra (2007, p. 30) “[...] para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender ‘para que’ (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as conseqüências que no nível ‘mediato’ as nossas ações profissionais produzem”.

Apesar das condições adversas apresentadas, dentro da categoria “atitude, desempenho e exercício profissional do Assistente Social”, destacam-se a realização de trabalhos de parceria (mesmo que esporádicos) envolvendo os profissionais do Projeto e os trabalhos realizados. Em relação aos trabalhos de parceria realizados, os mesmos envolvem os profissionais Assistente Social e Psicóloga, nas visitas domiciliares e na triagem das crianças e adolescentes que estão pleiteando acesso ao Projeto.

Eu vou começar desde o princípio. Para uma criança ingressar no Projeto a gente faz uma visita. O psicólogo e o Assistente Social. Analisamos as condições sociais da família, se aquela família realmente necessitava de ser incluída ou não no Projeto. Quando ela era incluída no Projeto a gente passa a acompanhar a criança nas demandas dela. E aí, dependendo da família, fazíamos visita domiciliar para orientar (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

No que se refere à visita domiciliar, Amaro (apud LOPES et al., 2008) afirma que há vantagens e desvantagens do uso dessa técnica e orienta que ela deve ser uma escolha metodológica do profissional. É uma vantagem, segundo ela, pois, permite observar fragmentos do cotidiano do usuário, o que pode facilitar a compreensão de suas dificuldades e pode favorecer o clima de confiança; a desvantagem está na possibilidade de se ajustar às condições existentes. A autora afirma que mesmo após a visita, a realidade pode não ser desvendada, ou por falta de clareza dos objetivos preestabelecidos, ou porque o profissional prefira continuar mascarando a realidade. E finaliza que é preciso romper com a visão falsificadora e parcial da realidade. Mas nos perguntamos: uma Visita Domiciliar tem toda essa capacidade de desvendar a realidade?

Entre as ações efetivamente desenvolvidas junto às famílias, clientela atendida e funcionários do Projeto Novo Horizonte estão o atendimento às demandas mais imediatas, tais como a entrega de cestas básicas, orientações quanto ao acompanhamento dos filhos, realização de exames oftalmológicos e entrega de óculos às crianças/adolescentes. Também a realização de relatórios e o encaminhamento dos mesmos aos órgãos competentes, tais como o Conselho Tutelar, o Fórum e o Ministério Público estão entre as ações empreendidas. O acompanhamento aos educadores sociais do Projeto Novo Horizonte também constituiu-se em uma ação frequente.

Uma série de unidades de registro foram agrupadas e constituíram-se na categoria **problemas estruturais/gerenciais do Projeto**. Entre as mesmas estão questões relacionadas a problemas físicos e materiais; de quantitativo de funcionários, relacionais e comunicacionais.

Iniciar-se-á discutindo os aspectos relacionados aos problemas estruturais (físicos e materiais). Esses problemas constituíram-se em entraves, além dos já mencionados anteriormente, para o desenvolvimento satisfatório do trabalho da Assistente Social no Projeto, como expresso nos fragmentos abaixo:

Alguns meses depois a gente foi para um outro espaço que foi construído e que era maior, mas continuava sem ter uma sala pra mim. Eu só fui ter uma sala lá para o mês de agosto... setembro... Então, eu não tinha como atender porque a sala em que eu estava tinha um monte de gente. Quando precisava fazer atendimento, tinha que utilizar a sala da psicóloga, mas tinha que ficar pedindo licença e não tinha como continuar lá, eu não tinha como fazer um atendimento individualizado.

Quando você precisava fazer uma visita, tinha que agendar o carro na Secretaria [de Assistência Social]. Agendava o carro e, na última hora, não tinha como fazer a visita porque o carro foi para outro lugar. A maioria das dificuldades eram as coisas estruturais (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Pode-se, a partir das falas acima, perceber-se certa desvalorização quanto ao trabalho da Assistente Social, uma vez que a mesma não possuía uma sala, mas a Psicóloga sim. Por quê? Fica a impressão que o trabalho desta profissional teria um peso maior dentro do Projeto que o daquela.

Em relação ao veículo é importante esclarecer que, no período em questão, não havia um carro específico para o Projeto. Assim, ao necessitar-se desse recurso, o mesmo deveria ser agendado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com o setor responsável. No entanto, caso surgisse qualquer outra demanda, o pedido do Projeto era postergado. Aqui cabe questionar qual a ordem de prioridade da Secretaria de Assistência Social em relação aos projetos/segmentos/usuários? Os gestores da Secretaria e do setor de transportes têm conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelos diversos projetos sociais e, conseqüentemente, dos Assistentes Sociais dos mesmos? Compreendem a dinâmica do exercício desses profissionais?

Parafraseando Vasconcellos (2007), percebe-se na fala acima que além dos complicadores colocados pela própria realidade – política econômica, ausência de políticas sociais compensatórias etc. -, a assistente social, objetivando articular sua prática aos interesses e necessidades dos trabalhadores, empreendem sua ação através de entrevistas, priorizando a atenção aos problemas criados pela burocracia institucional, o que dificulta e/ou impede caminhar na direção dos objetivos e metas propostos no Projeto.

Outro elemento que pode ser considerado um problema gerencial no Projeto era a não existência de registros das ações até então realizadas (anteriores ao ano de 2009).

Quando eu fui prá lá o ano passado [em 2009], pois voltei em março e comecei a trabalhar, uma vez que eu estava de licença, comecei a ver o precisava ser feito; só que tive muita dificuldade porque não tinha arquivos de criança, não tinha nada do trabalho que tinha sido feito antes pelo setor do Serviço Social. Tudo estava muito desorganizado, não tinha nada (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

De acordo com Vasconcellos (2007, p. 230),

A documentação dos atendimentos é utilizada, basicamente, para garantir a continuidade das ações por outro profissional – seja ele outro assistente social ou os demais profissionais de uma equipe – ou para registrar os dados necessários as direções [...] para controle da concessão dos recursos materiais viabilizados pelos Programas e Projetos, dando-se prioridade aos dados quantitativos, isoladamente, em detrimento dos dados quantitativos.

A falta de profissionais também se apresenta como um fator comprometedor, sob dois aspectos. O primeiro referente à ausência do profissional do Serviço Social por um período relativamente longo de tempo no Projeto (por volta de dois anos). É interessante pensar como um projeto social que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social pôde abrir mão de tal profissional. Seria isso um reflexo das políticas públicas municipais para

a infância? O segundo, referente à ausência de coordenador para o Projeto, o que, na concepção da Assistente Social, também trouxe alguns percalços para o bom andamento do Projeto.

Ainda dentro dessa categoria, situa-se a falta de integração/articulação entre os diversos profissionais do Projeto. Mesmo ocorrendo trabalhos colaborativos esporádicos, a falta de uma comunicação interna clara e eficiente compromete um desenvolvimento articulado entre os mesmos.

A falta de comunicação era geral. Não só em relação a mim, mas em relação a tudo! E da própria coordenação que não falava o que queria, o que estava esperando. Não se manifestava, deixava as coisas acontecerem e, se estava do jeito que ela pretendia, também não se falava. As comunicações internas mesmo não estavam acontecendo. Se não tivesse reunião, a gente tinha que perguntar se esta acontecendo alguma coisa. E aí vai fazer isso, porque caso contrário você ficava sabendo pelos outros (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Ao se referir ao trabalho em equipe, Vasconcellos (2007), declara que quando o desenvolvimento do trabalho não toma características de trabalho em equipe tanto pelas atividades que os componentes mostram desenvolver nos programas quanto pelas características do chamado trabalho em equipe, passa a significar atender o mesmo usuário.

Por fim, agregadas na categoria **desconhecimento do trabalho do Assistente Social**, situam-se contratantes públicos municipais e gestores do Projeto. Em relação aos últimos, há uma cobrança, por vezes exagerada, de saber sobre o trabalho do Assistente Social, que acaba por invadir (ou tentar) o campo do sigilo que é inerente à profissão. Isso tem gerado incômodo no profissional, como exposto na fala a seguir: “*Você tem que ficar fazendo o trabalho, mas não precisa ficar sempre dando detalhes do que aconteceu; então, eu achava que atrapalhava um pouco*” (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Acredita-se que, diante de tal situação, falta ao profissional do Serviço Social impor-se perante o gestor e esclarecer ao mesmo, caso ainda não saiba, sobre os aspectos específicos de seu trabalho e a dinâmica inerente ao mesmo.

No outro pólo, está o “desconhecimento” por parte dos contratantes que exercem a função de gestores públicos.

Nem você sabia o que quem te contratou queria que você fizesse ali, porque ninguém falava. E aí você fazia as coisas de um jeito e acabou que não era aquilo que eles queriam. O Assistente Social tem que dar condição à família caminhar sozinha; só que as outras pessoas queriam que o Serviço Social carregasse as famílias no colo. Por exemplo: procurar uma casa para alugar. Eu penso que isso não seja função do Assistente Social do Projeto: procurar uma casa para alugar. Porque daí, procurar [casa para alugar] não precisa nem ter ensino médio para fazer, qualquer pessoa pode pegar e procurar uma casa, a gente pode ir lá, conversar com o proprietário, fazer isso. Igual marcar uma consulta, se a família não conseguiu marcar uma consulta, a gente intervinha, agora se a família nem foi lá procurar... (ASSISTENTE SOCIAL DO PROJETO NOVO HORIZONTE).

Segundo o depoimento da assistente social, fica claro em determinadas ações, a ausência de sua autonomia profissional no Projeto. Contudo, de acordo com o art. 2º do Código de Ética profissional dos assistentes sociais (Resolução Conselho Federal de Serviço Social n.º 273/93 de 13 de Março de 1993), constituem direitos do assistente social, no item h, “a ampla

autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções”.

Conforme afirma Vasconcellos (2007, p. 244),

A contribuição do Serviço Social no processo de desmobilização popular é agravada quando não assume a liberdade de organização do seu trabalho, a definição e priorização da sua demanda e sua autonomia. Autonomia assegurada pelo Código de Ética (ainda que seja uma relativa autonomia a ser conquistada a partir da correlação de forças existentes) na criação de espaços internos e externos [...] espaços de debate, de questionamentos de análises, de democratização de informações.

A ausência de o que fazer e como fazer nos faz refletir sobre o desconhecimento do Regimento Interno da Instituição que diz claramente o papel de cada técnico no Projeto. Fica a interrogação se há, de fato, um desconhecimento da função do profissional do Serviço Social ou se pretende-se, com o mesmo, pôr em prática uma série de ações de cunho populista e assistencialista junto à população mais carente do município.

Segundo Vasconcellos (2007, p.226),

É notável como os assistentes sociais realizam seu trabalho sem que eles mesmos ou os próprios usuários tenham conhecimento do porquê deste serviço, quais seus objetivos, o que podem esperar deles. Assim, o Serviço Social passa a ser reconhecido, frequentemente, tanto pelos usuários como pelos profissionais, a partir daquilo que estão oferecendo/usufruindo no atendimento – em sua maioria, uma informação, um esclarecimento, um encaminhamento.

Entende-se que este é um aspecto que deverá ser melhor investigado por outros trabalhos de pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados obtidos a partir da aplicação do instrumento para coleta de informações (entrevista) e analisados por meio da análise do conteúdo, buscou-se verificar se haviam fatores que interferiam no desenvolvimento do trabalho do assistente social no Projeto Novo Horizonte e, em caso positivo, quais eram esses fatores, conforme questão proposta para investigação.

Diante disso, foi possível detectar que existem elementos que contribuem para o processo de precarização do trabalho do assistente social, sendo que as condições materiais de trabalho são as mais evidenciadas. Dentre elas, estão a insuficiência de instalações físicas, o quadro incompleto de profissionais, falta de equipamentos/recursos e ausência de registros dos casos das crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto, em anos anteriores. Esses itens correspondem a 27,4% das temáticas abordadas pela assistente social em sua entrevista. Suas condições são precárias conforme explicitado em trechos da entrevista transcritos no capítulo três.

As análises apresentadas pretendem provocar, mas não responsabilizar a Assistente Social do Projeto Novo Horizonte. Tem também a pretensão de provocar e instigar a categoria profissional, em todos os âmbitos. É preciso não se conformar, não aceitar pacificamente a

realidade dada. É preciso deixar claro que a Intenção de Ruptura⁷ ainda vive, ainda é capaz de dar respostas.

Mesmo com o processo de precarização apresentado, a assistente social tem buscado desenvolver seu trabalho, por meio da realização de alguns trabalhos conjuntos com outros profissionais do Projeto, com especial destaque para a psicóloga, além de visitas às famílias, acompanhamentos às crianças e aos adolescentes, entre outros. Essas ações têm contribuído para garantir a efetivação das políticas públicas relativas às crianças e aos adolescentes no município, apesar de todas as dificuldades já apresentadas.

Ao considerarmos que o processo de implantação de um Estado Mínimo implantado no Brasil de modo acelerado a partir da década de 1990, tem reiteradamente influenciado o assistente social e o desempenho de seu trabalho. Assim, a precarização do trabalho da assistente social (mas não só dela), associado a outros processos tais como a sobrecarga de trabalho pelas exigências que são postas a esse profissional por outros órgãos externos, o desconhecimento de sua função enquanto profissional, por parte dos contratantes públicos que veem esse profissional como uma peça chave na manutenção de seus governos populistas (apesar de seguidores das ideias de um Estado Mínimo), atendendo a demandas sempre imediatas e remediadoras da população mais carente tem interferido na elaboração e implantação de políticas públicas para a infância e adolescência em âmbito municipal.

A instituição pode levar o assistente social à posição de conformismo, assumindo totalmente os objetivos da instituição (WEISSHAUPT, 1988), ou ainda, na relação de poder (institucional) e saber (profissional), as demandas dos usuários podem ser despolitizadas, aparecendo como solução técnica do profissional (FALEIROS, 1985, p.38). É preciso, assim, que o assistente social crie mecanismos que possibilite a ultrapassagem dessa cotidianidade, sem desconsiderar a sua condição de assalariamento, uma vez que é a instituição que a emprega e remunera.

O desafio com que o profissional se defronta na sua prática é a divergência de concepções sobre o seu trabalho, bem como de interesses quanto a sua ação. Este conflito fica explícito no depoimento da assistente social acerca do processo de trabalho relatado.

De acordo com Vasconcellos (2007, p. 510),

As concepções dos assistentes sociais em relação ao seu papel profissional, a qualidade de sua preparação teórica, técnica, política e ética e a forma de organização de suas ações no atendimento as demandas dirigidas ao Serviço Social – resultante dessas concepções – contribuem para impedir que os sujeitos envolvidos neste processo, assistentes sociais e trabalhadores, se apropriem dos fundamentos desta ordem social, para que ela tome visibilidade e se torne compreensível, revelando possibilidades de crítica, contestação, resistência e enfrentamento rumo a radicalização da democracia.

⁷ Conforme Netto (2005), a Intenção de Ruptura, busca um rompimento definitivo com o Serviço Social Tradicional, através de uma crítica a seus pressupostos teóricos, metodológicos e ideológicos. Essa vertente se conforma no período de crise da autocracia burguesa, com um forte clima de efervescência política, com diversas mobilizações e lutas dos trabalhadores. A partir desse movimento os Assistentes Sociais desenvolvem um intenso debate interno na busca de um novo perfil profissional, de uma identidade com as classes trabalhadoras (SILVA, 2007). O Projeto construído a partir da perspectiva da Intenção de Ruptura se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8.662/93) e na Proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social.

O trabalho de análise revelou que existem fatores que comprometem negativamente a atuação do profissional do serviço social no Projeto, sendo que os mesmos podem ser considerados de duas naturezas: a) elementos de origem externa e; b) elementos de origem interna.

Entre os elementos de origem externa destacam-se a sobrecarga de trabalho do Assistente Social (por motivos externos ao Projeto) e as parcerias externas que comprometem o desenvolvimento do trabalho do Assistente Social.

Como já apresentado, é importante destacar que há uma sobrecarga de trabalho devido ao atendimento de demandas externas de outros órgãos/setores, públicos municipais ou não. Quanto às parcerias externas e que se colocam como frágeis, Isso contribui para atrapalhar o desenvolvimento do trabalho da Assistente Social, uma vez que ela depende das mesmas para o bom desempenho de suas ações profissional. Assim, se esses parceiros não dão uma resposta rápida às demandas apresentadas pela assistente social, seu trabalho não se desenvolve a contento e com a urgência necessária.

Entre os fatores internos estão a) a atitude, desempenho e exercício profissional do Assistente Social; b) problemas estruturais /gerenciais do Projeto e; c) desconhecimento do trabalho do Assistente Social por parte do empregador público/gestor do Projeto.

Os fatores que comprometem o trabalho da assistente social no Projeto Novo Horizonte são em sua ampla maioria de origem interna (82,0%) ao próprio local de trabalho, sendo que os elementos de ordem externa que comprometem o desenvolvimento do trabalho da Assistente Social no Projeto Novo Horizonte dizem respeito a 18,0% das temáticas. Essa diferença de 64,0% sinaliza que os entraves estão postos no próprio local de trabalho.

As hipóteses apresentadas são ratificadas quando, a partir da análise do conteúdo da entrevista da assistente social, observa-se que esta expõe que o desconhecimento das reais funções de sua atuação profissional por parte de gestores e contratantes (9,2%) tem favorecido à ocorrência de falta de autonomia em suas ações profissionais (9,2%). Os dois itens apresentados devem ser vistos como **inter-relacionados** visto que o segundo está diretamente implicado no primeiro e vice-versa. Assim considerando, pode-se afirmar que essa situação corresponde a 18,4% dos temas abordados pela entrevistada, o que confirma a ocorrência da primeira hipótese (O profissional de Serviço Social do Projeto Novo Horizonte tem sua autonomia limitada no desenvolvimento de seu trabalho, devido à falta de conhecimento sobre suas funções específicas por parte dos demais profissionais do Projeto).

Em relação à segunda hipótese apresentada para investigação (A sobrecarga de trabalho sobre o assistente social do Projeto Novo Horizonte interfere no desempenho laboral do respectivo profissional no referido Projeto), é possível observar que a assistente social entrevistada deixa bastante evidente em sua fala que a sobrecarga de trabalho, devido ao atendimento de demandas externas de outros órgãos/setores, públicos municipais ou não, apresenta-se como um dos principais fatores comprometedores do desenvolvimento de seu trabalho no Projeto Novo Horizonte. Em termos percentuais, a menção que ela faz a essa temática em sua fala corresponde a 13,5% do total de temáticas abordadas na entrevista.

Em síntese, podemos afirmar que existem fatores que interferem no desenvolvimento das ações do profissional do serviço social junto aos usuários do Projeto Novo Horizonte, sendo que os de origem interna constituem a imensa maioria, quer em termos quantitativos (11 temáticas que representam 82,0% do total apresentado), quanto em termos de diversidade de

assuntos (trabalho realizado pelo assistente social; atitude de resignação do assistente social; desconhecimento do trabalho do assistente social por contratantes e gestores; falta de autonomia no desempenho da profissão; insuficiência de instalações físicas no Projeto; quadro incompleto de funcionários; falta de uma comunicação interna eficiente; falta de equipamentos/recursos materiais; falta de registros – arquivos – das ações até então realizadas no Projeto – registros das crianças e adolescentes então atendidos; falta de um trabalho coletivo/colaborativo entre os profissionais do Projeto). Os problemas apontados têm contribuído para obliterar o trabalho da assistente social no Projeto.

A contribuição do Serviço Social, para a efetiva consolidação das políticas sociais, implica não apenas o acesso da população a bens e serviços, mas a construção de mecanismos de democratização para a definição de quais bens e serviços são necessários para serem implementados, compreendendo a dinâmica societária e estabelecendo novos mecanismos de sociabilidade e política, ou seja, como tais questões podem se materializar em novos procedimentos de ação (SARMENTO, 1999).

O Serviço Social do Projeto Novo Horizonte deverá se qualificar para novas competências, buscar novas legitimidades, indo além da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho. Segundo Guerra (1999),

o enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas, pode antecipá-las. E habilitado no manejo do instrumental técnico, sabe colocar-se em seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional), ainda que reconhecendo a dimensão política da profissão. E, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

Torna-se necessário o fortalecimento da ação política dos vários segmentos populacionais destituídos de direitos, tornando a necessidade um sentimento consciente, que mobilize intenções e impulse ações, além de possibilitar a superação da alienação, produzidas pelas próprias condições socioeconômicas e transformando-as em direitos reconhecidos e legitimados socialmente. Constituindo assim, o pressuposto para a democracia, justiça e liberdade, como horizonte possível a ser construído com a contribuição dos profissionais de Serviço Social e anunciado em seu compromisso ético-político (SARMENTO, 1999).

De acordo com Silva (2007) uma categoria que afirma a defesa da classe trabalhadora não pode estar alheia aos movimentos sociais e nem tampouco à construção de uma nova ordem societária. Segundo ela,

[...] O assistente social não deve ficar alheio ao processo de luta que se desenvolve na sociedade, mas deve contribuir efetivamente para os movimentos populares, onde o seu papel não deve ser o de benfeitor, nem o de líder autoritário, ou meramente o de cumpridor de tarefas, mas de sujeito envolvido na dinâmica das relações capitalistas e, dessa forma, preocupado com a construção de um projeto político de cunho transformador. Nessa perspectiva, a participação do assistente social se coloca no nível do desenvolvimento de ações dentro e fora do âmbito institucional, orientado no sentido de criar alternativas que não sejam manipuladoras, mas que contribuam para que os setores populares se libertem da dominação ideológica, da estagnação, da fragmentação em que se encontram, para se transformar em forças sociais com condições de estimular o movimento popular autêntico (SILVA, 2007, p.168).

Além de todos estes pontos, também, se coloca como desafio para a intervenção profissional o processo de desmonte do Estado, o que afeta não somente os Assistentes Sociais, mas sim toda a sociedade.

As conclusões apresentadas sinalizam para um quadro que inspira seriedade e preocupação em relação ao desenvolvimento do trabalho do profissional do serviço social no Projeto Novo Horizonte. No entanto, ao mesmo tempo, esse fato deve ser encarado como uma grande possibilidade, uma vez que a resolução da maior parte dos problemas apontados quanto ao desempenho da função do profissional do Serviço Social no Projeto coloca-se como de responsabilidade do próprio coletivo do Projeto em resolver.

Enfim, ao finalizar este estudo, espera-se que ele contribua para fomentar debates, estimular críticas e sugestões e que favoreça o surgimento de outros estudos que se proponham a discutir sobre a atuação do profissional do serviço social, sobretudo nos projetos e programas que atendem crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

4 REFERÊNCIAS

1. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
2. BRASIL. Lei Nº 8 742, de 07 de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. In: _____. Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções. Conselho Regional de Serviço Social – 7º Região – Rio de Janeiro, 2007.
3. DALL’ORTO, Marcilene Campo. O trabalho do assistente social no Brasil: o “estado da arte” e perspectivas de investigação. **Universo do Serviço Social**. Nova Venécia, v. 01, n. 1, p. 36 – 53. jan./jun. 2010.
4. FALEIROS, Vicente de Paula. **Serviço Social nas instituições** – hegemonia e prática. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo ano VI, n. 17, abril de 1985.
5. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
6. _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
7. GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: Cead, 1999.
8. LOPES, J. da S. et al. **Fugindo da pseudoconcreticidade rumo à poesia** : análise da intervenção do serviço social nos Centros de Referência de Assistência Social de Vitória, ES. 2008. 250 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento Serviço Social. 2008.
9. NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
10. OLIVEIRA, Eliana et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Diálogo educacional**. Curitiba, v. 4, n. 9, p. 11 – 27, maio/ago. 2003.

11. SARMENTO, H. B de M. **Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: Cead, 1999.
12. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular:** resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2007.
13. VASCONCELLOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social:** cotidiano, formação e alternativas na área de saúde. São Paulo: Cortez, 2007.
14. WEISSHAUPT, Jean Robert. **As funções socioinstitucionais do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1988.

O SIGNIFICADO DE SER UMA CHEFE DE FAMÍLIA: ANÁLISE VIVIDA POR MULHERES POBRES¹

Mônica Reis da Cunha²

RESUMO

O presente artigo é o relato de uma pesquisa exploratória que buscou investigar o significado que as mulheres usuárias do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) atribuem sobre a chefia familiar. A coleta de dados se fez por entrevistas com mulheres, mães, que mantinham sozinhas o sustento familiar. As entrevistas foram analisadas por meio da análise de dados num estudo qualitativo. Os resultados apontam que a compreensão do significado de ser uma chefe de família ora é visto como um peso e muita sobrecarga de responsabilidade; ora é visto como um processo de independência, de autonomia feminina sendo assim atravessadas por suas vivências pessoais e pelas experiências que marcaram sua trajetória familiar, contemplando noções acerca da dificuldade enfrentada por elas em meio aos padrões patriarcais impregnados na sociedade.

Palavras-chave: Mulheres. Família. Chefes de família.

ABSTRACT

The present work is the story of a research that it searched to investigate the meaning that the using women in the Program of Integral Attention to the Family attribute on command familiar. The collection of data if made for interviews with women, mothers, who kept alone the familiar sustenance. The interviews had been analyzed by means of the content analysis. Results point that the understanding of the meaning of being a family head however is seen as one weight and much overload of responsibility; however it is seen as a process of independence, of feminine autonomy being thus crossed for its personal experiences and the experiences that had marked its familiar trajectory, contemplating slight knowledge concerning the difficulty faced for them in way to the impregnated patriarcais standards in the society.

Word-key: women; family; family heads.

¹ Este artigo é parte da monografia dirigida ao curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Faculdade Metodista do ES no segundo semestre do ano de 2008.

² Especialista em Políticas Sociais, a autora é Professora de Serviço Social da Faculdade Univen/ES e atua como Assistente Social na Prefeitura Municipal de Mucurici/ES. E-mail para contato: rcmonica10@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O foco na questão família é algo que desperta interesse na sociedade como um todo, pois subentende-se que a família possui elementos fundamentais no processo de humanização do indivíduo. Focalizando a questão família, aprofunda-se então, dentre seus inúmeros arranjos, um tema central para uma pesquisa aprofundada, que se discorre pelo tema: “Mulheres Chefes de Família”, mais especificadamente a análise das famílias inseridas no Programa de Atenção Integral à Família³ (PAIF) no Centro de Referência da Assistência Social⁴ (CRAS) da Região Continental do Município de Vitória/ES.

Objetiva-se com o presente artigo conhecer o significado de ser chefe de família para as mulheres usuárias do PAIF no CRAS Continental. Para tanto, foi necessário conhecer as razões que levaram as usuárias do PAIF no CRAS Continental a serem chefes de família.

Pode-se sintetizar a problematização da temática **Mulher Chefe de Família** na seguinte indagação: Qual o significado de ser Chefe de Família para as mulheres usuárias do PAIF no CRAS Continental? O que leva também, a buscar entender como esse fenômeno é encarado por essas mulheres e quais razões levaram nas a ocuparem a posição de Chefes de Família? É no âmbito dessa problematização que se reivindica o estudo da profissão para uma ação profissional mais qualificada e eficaz visto que com essa compreensão preencheremos as lacunas e somaremos forças para o enfrentamento da questão social emergente.

Inicia-se este artigo contextualizando o processo de transformação da família, realizando uma abordagem sobre as transformações ocorridas no âmbito feminino, temas estes que norteiam o foco da presente pesquisa. Este tópico aborda sobre a família monoparental feminina; a inserção da mulher no mercado de trabalho; o movimento feminista, suas lutas, conquistas e entraves; e, por último, é ressaltado sobre o lado subjetivo de ser uma chefe de família.

Para finalizar a pesquisa, utiliza-se o estudo qualitativo por meio de entrevista como um meio comprobatório desse fenômeno. Foram entrevistadas uma amostra de usuárias do programa que se identificam enquanto chefe de seus lares e analisados os dados coletados. A entrevista organizou-se a partir de um roteiro.

2 MULHER CHEFE DE FAMILIA

2.1 Família monoparental feminina

A partir da Constituição Federal de 1988 no Art. 226 §4º, a família passou a ser entendida como comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. Assim sendo, “os lares monoparentais são aqueles em que vive um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos” (VITALE, 2002, p. 46).

³ O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é um programa desenvolvido por uma equipe técnica qualificada (Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos) dentro do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

⁴ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social. O CRAS é dividido por região ao qual a pesquisa de campo do presente trabalho foi realizada no CRAS da região Continental onde este se localiza no Bairro Sólton Borges – Vitória/ES.

Baseado na análise da autora Márcia dos Santos Macêdo (2001, p. 58), os fatores que propiciam tal fenômeno podem ser:

- a) A independência da mulher, aliada aos movimentos feministas e pela entrada desta no mercado de trabalho. O que contribui para o aumento do número de divórcios, separações e produções independentes;
- b) A questão demográfica da sobremortalidade masculina, que faz com que ocorra uma ausência do mercado matrimonial, diminuindo as chances de recasamento feminino e aumentando o número de viúvas;
- c) As crises econômicas, que provocam movimentos migratórios e levam os homens a se deslocarem em busca de trabalho, transformando as mulheres nas únicas responsáveis por suas famílias, tudo isso somado às situações onde a precariedade das condições de vida tendem a gerar instabilidade familiar e ruptura nas relações pessoais;
- d) O crescimento nas camadas médias onde acaba interferindo ideologicamente na representação familiar;
- e) Por fim, o aumento de pessoas desprotegidas e em situação de pauperismo extremo acarretando na dissociação do matrimônio.

Seguindo o último fator apresentado, Vitale (2002) destaca algumas implicações da monoparentalidade em relação ao gênero e a pobreza. Ela cita a abordagem que a autora Lefaucher faz em relação à origem dessas famílias, onde esta pontua que:

Foram as sociólogas feministas que importaram dos países anglo-saxões – na metade dos anos sessenta – a noção de “famílias monoparentais”. Essas se opunham as abordagens dominantes na França, desde várias décadas, da maternidade fora do casamento e da dissociação familiar em termos de “problemas psicossociais” e de famílias de “riscos”. Elas viam na utilização desta noção um meio de elevar os lares, nos quais o chefe de família era uma mulher, à condição de “verdadeiras famílias”, um tipo sociológico por certo particular, mas também nobre, uma vez que mais “moderno” que a “família conjugal tradicional” (LEFAUCHER, apud VITALE, 2002, p. 48).

Já no Brasil, foi a partir da década de 70 que as famílias chefiadas por mulheres passaram a ser estudadas e somente na década de 80 que a categoria chefe de família chefiada por homem ou mulher foi apontada no Censo Demográfico.

É bem certo que a maioria das famílias monoparentais é chefiada por mulheres, porém, famílias monoparentais não são necessariamente dirigidas por estas, contudo estudos apontam que as famílias monoparentais femininas têm crescido progressivamente em relação às monoparentais masculinas.

No Brasil, em 1992, eram estimadas em 21,9% e em 1999 este grupo representava 26% segundo o Censo 2000. O critério utilizado pela população recenseada, de maneira geral, para definir o responsável pelo domicílio é quem tem a maior remuneração. As famílias chefiadas por mulheres correspondem a 11,1 milhões de famílias. Uma em cada quatro famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Nesse universo, a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental. Os dados do censo 2000 revelam que enquanto cresce a proporção das famílias monoparentais femininas – de 15,1 em 1992 para 17,1% em 1999 - diminui a proporção daquelas compostas apenas pelo casal com filhos. Há, por certo, um contingente de filhos, enteados, netos e bisnetos, agregados que vivem sob os cuidados e a responsabilidade da mulher. As famílias monoparentais

masculinas são significativamente menores que as femininas (VITALE, 2002, p. 49).

A noção de monoparentalidade está ligada não só ao sexo como também à pobreza. “O Censo 2000 aponta que a média da renda dos homens chefes de família é de R\$827,00, enquanto a das mulheres é R\$591,00. Mas para 5,5 milhões de mulheres chefes de família o rendimento mensal não ultrapassa R\$276,00” (VITALE, 2002, p. 50-51).

[...] as famílias chefiadas por mulheres estão em situação estruturalmente mais precárias, mais independentes de variações conjugais, quando comparadas com situações das famílias pobres, equivalentes no ciclo de vida familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho (VITALE, 2002, p 50-51).

Essa associação entre monoparentalidade feminina e pobreza, apontada nos dados do Censo, nos leva a perceber, por um lado, o estigma que é construído de que “[...] as mulheres são menos capazes para cuidar de suas famílias, ou para administrá-la sem um homem” (VITALE, 2002, p. 51). Por outro lado, esses dados também vêm nos mostrar que “[...] as mulheres, hoje, ganharam maior independência e, portanto, podem assumir suas famílias” (VITALE, 2002, p. 51).

No âmbito dessa inquietude, nos próximos itens serão destacados alguns entraves e avanços no universo familiar feminino. No início, relata-se a inserção da mulher no mercado de trabalho e na sequência serão discorridos sobre a busca dessa categoria por espaços, deveres e direitos por meio do movimento feminista a partir da década de 70, e por último será apresentado uma reflexão sobre o lado subjetivo de ser uma chefe de família.

2.2 A mulher no mercado de trabalho

A inserção da mulher no mercado de trabalho começou de fato com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais respectivamente. Isso por que os homens, chefes de suas famílias, saíram para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios do lar, além, de ocuparem a posição dos homens no mercado de trabalho. É o que assinala Saffioti (1976, p. 84):

Nos primeiros momentos da transição do feudalismo para o capitalismo, o papel da mulher de mãe, esposa e dona de casa ainda perdurava, até que com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais elas foram empurradas para a produção.

As mulheres passaram a assumir funções até então ditas masculinas, contudo, sem tornarem independentes afetivamente e socialmente de seus maridos que, mesmo distantes, ausentes e até mesmo mortos mantinham a simbologia do poder familiar.

A Revolução Industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho fora do lar, sendo este último considerado efetivamente trabalho, enquanto o primeiro representava somente uma tarefa naturalmente obrigatória por parte da mulher. Em fases de ampliação da produção se incorporava a mão-de-obra feminina à masculina, nas fases de crise substituía-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, sendo que, também, um dos motivos é pelo fato do trabalho da mulher ser mais barato, que traduz-se como mal remunerado e explorado.

Esse incremento da força produtiva do trabalho é apontado por Antunes (2007) como uma estratégia do capital para dificultar a consciência de classe daqueles que vivem do trabalho, tornando mais diversificada, heterogêinizada e complexificada as relações de trabalho. Além disso, cultiva-se a tendência da individualização, ou seja, nota-se o trabalhador como seres particulares possuindo assim, personalidades individuais.

A seguir vejamos como Antunes (2007, p.54) relaciona o mundo capitalista com a questão do trabalho feminino:

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogêinidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, tornaram ainda mais agudas na era contemporânea. A classe que vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher.

Nota-se, também, que uma das consequências dessa mudança na estrutura produtiva é o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres. Na maioria das vezes estas trabalham em tempo parcial e ocupam postos de trabalhos ditos “domésticos”, isto é, secundários e precarizados, que são subordinados a lógica da flexibilização do mundo capitalista. Verifica-se também, dentro dessa conjuntura, o trabalho temporário, a subcontratação e a terceirização que marca a sociedade atual no capitalismo avançado (ANTUNES, 2007).

A partir do momento em que a mulher se inseriu no mercado de trabalho lhes foram atribuídas cursos de ocupações tidas como feminina (cabeleireira, costureira, enfermeira, camareira, professora entre outras) reforçando sua posição marginal e secundária no mercado de trabalho. Neste contexto Saffioti (1976) aponta que se valorizava muito mais a educação da agulha do que da instrução.

Verifica-se que a mulher se lança no mercado não apenas como condição da força de trabalho, mas também na de mulher estigmatizada e vítima de relações desumanas na esfera privada. Até mesmo a sua iniciação no trabalho remunerado que se deu a uma necessidade do capital de ampliar o seu consumo, ocorreu de forma desigual, pois, quando a mão-de-obra feminina tornou-se necessária ao processo de industrialização ocorre que são atribuídas funções que não necessariamente contribuía para seu crescimento intelectual.

O ingresso feminino na força de produção mantém-se como o fator mais importante relacionado a essas mudanças ocorridas na sociedade e nas relações familiares. Apesar das sucessivas criações da força de trabalho feminina, ao contrário, as mulheres estão entrando e permanecendo cada vez mais no mercado, contudo, ampliou-se também o desemprego feminino, assim como o masculino. As causas do desemprego feminino se referem à continuidade do crescimento da oferta de mão-de-obra e ao declínio da ocupação, enquanto, para os homens, decorrem exclusivamente do nível ocupacional, visto que, neste caso, a taxa de participação manteve-se em declínio.

Verifica-se que ao ser incorporada ao mundo do trabalho a mulher passa a ter uma dupla jornada. A ela, cabe, a partir de então, cuidar da prole e dos afazeres domésticos conciliando com seu trabalho remunerado.

Sabe-se que as mulheres se apresentam como uma das principais responsáveis pelas atividades do lar e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, e se torna na maioria das situações chefes da sua família. E, como já apontado no presente texto, essas mulheres, em muitos casos, estão inseridas no mercado de trabalho de forma precária o que reproduz uma série de implicações na sua vida familiar.

Assim, a queda do isolamento do lar e a participação da mulher no espaço público se deram por um processo de relações e conquistas que se arrasta até os dias de hoje. E é dentro desse quadro, de lutas de classes, que nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Já no século XIX havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito de voto. A seguir veremos como se deu esse processo de lutas e reivindicações e também de conquistas no universo feminino.

2.3 Movimento feminista: lutas, conquistas e entraves

É possível constatar que o histórico de submissão da mulher passa a ser visto por ela mesma como insuficiente nas suas relações familiares, assim começa a partir da década de 70 os movimentos feministas reivindicatórios, como uma tentativa de mostrar as desigualdades existentes entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 1976).

O feminismo na década de 70, segundo Dias (1992), objetiva defender os interesses da mulher por direitos sociais iguais aos dos homens. Através do movimento feminista,

[...] as mulheres passaram a pleitear oportunidades iguais de trabalho e sua emancipação sexual. Organizaram-se no intuito de modificar o modelo patriarcal e opressivo de família, reivindicando direitos iguais ao trabalho remunerado e ao exercício da sexualidade para homens, mulheres e jovens (DIAS, 1992, p. 61-62).

Portanto, a partir do século XX as mulheres começaram uma luta organizada em defesa de seus direitos. A luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas, denominada de feminismo, opunham-se aos valores morais impostos a estas durante muito tempo na sociedade que, por sua vez, dificultam a luta pelo direito de igualdade.

Essa luta é uma busca de construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. Assim sendo, o movimento feminista almeja a conquista da democracia, que deve nascer da igualdade entre todos os homens suprimindo as desigualdades de classe. “Nesse momento, as mulheres, condenando as relações patriarcais, exigem o direito ao voto, estudo, emprego e reconhecimento como cidadãs” (DIAS, 1992, p.85).

Algumas mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como “mal amadas” e discriminadas pelos homens e também pelas mulheres que aceitavam o seu papel de submissas na sociedade patriarcal, mas é obvio que toda alteração ou até mesmo a tentativa desta, gera conflitos na “simbólica” sociedade “padronizada”.

Contudo, ao longo das transformações históricas (industriais, elevação educacional, urbanização, entre outros) os papéis sociais desenvolvidos foram modificando e para tanto foram imprescindíveis às conquistas políticas asseguradas às mulheres nas legislações brasileiras, graças aos seus movimentos e manifestações na busca de melhores e maiores condições de vida.

Passaremos agora a nos ocupar, a partir daqui, das conquistas desta categoria de gênero que aos poucos deixaram de constituir-se como seres particulares e que passam então a se apropriar dos seus direitos enquanto seres humanos, efetivando de fato um mundo desalienado e determinado.

Uma das principais e fundamentais conquistas, além do direito conquistado ao voto, foi alcançada no plano jurídico nacional na Constituição Federal de 1988, onde esta significou um marco no tocante aos direitos humanos da mulher e ao reconhecimento de sua cidadania plena.

O movimento das mulheres agiu articuladamente e efetivamente participou do Congresso Nacional Constituinte, levando propostas e sugestões, o que permitiu que a Constituição Federal de 1988 acolhesse a igualdade de direito entre homens e mulheres como um de seus princípios básicos (COLBARI, 1995).

Para reforçar ainda mais, a Constituição de 1988 prevê como direito institucional a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, a igualdade de mulheres e homens em direitos e obrigações.

Essas conquistas se desdobram para inúmeras outras. Dentre elas está a igualdade de condições de trabalho ficando proibida a diferença de salário, de exercícios e funções, e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Também se pode apontar que essas conquistas trabalhistas culminaram com o direito a aposentadoria por tempo de serviços ou invalidez (COLBARI, 1995).

Outro direito assegurado é a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escola (COLBARI, 1995). Prevê, ainda, o direito das mulheres presidiárias de terem asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (CF, 1988).

No capítulo que trata da família, na Constituição de 1988, mais uma vez foi destacado que os direitos e deveres que devem ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher no casamento, o que o legislador reconheceu como igualdade na sociedade conjugal. A Constituição reconhece o dever do Estado de proteger a família, que pode ser formada pelo casamento; pela união estável; pela mãe e os filhos ou pelo pai e os filhos, assegurando a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram e criando mecanismos para coibir a violência no lar. E fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais para o exercício desse direito (CF, 1988).

Aliada a esta conquista também contribuiu para este fenômeno a emancipação feminina, conquistada as duras lutas, no que tange a liberação sexual e divulgação de métodos contraceptivos que proporcionou à mulher maior poder de decisão dentro do relacionamento conjugal (COLBARI, 1995).

Por outro lado, atrelada a essas conquistas, Dias (1992, p. 61-62) aponta que “aumenta o número de separações de casais, mudando a concepção de casamento como um local indissolúvel”. Podemos considerar tal fator como um entrave no universo feminino? As conquistas que, de fato, geraram dependência das mulheres podem ser consideradas como um movimento contraditório? Isso por que, a partir de então a mulher foi chamada a ocupar postos de trabalho, até então masculinos, porém, não abandonando suas atividades do lar, e assim, passam a acumular uma dupla responsabilidade ao assumir o cuidado de casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes (VITALE, 2002).

Dessa forma as transformações ocorridas ao longo da história junto às conquistas femininas possibilitaram às mulheres mudanças no desempenho de papéis sociais dentro e fora do lar. Seus objetivos de vida hoje vêm acompanhados de uma certa “tendência individualista”. Fazem-se planos no âmbito familiar, porém, simultaneamente, pesa-se num futuro particularista.

A seguir no próximo item, vejamos na finalização deste capítulo, o lado subjetivo da mulher chefe de família na atualidade no que tange o objetivo de vida destas no seio intrafamiliar, visto que esta abrangência é de crucial importância para a compreensão do significado de ser uma chefe de família.

2.4 Seu, meu, nosso objetivo de vida: o lado subjetivo de ser uma chefe de família

De acordo com os dados apresentados constata-se que a mulher vem assumindo, papéis que antes eram exercidos pelos homens, inclusive o de ser chefe de família. Verifica-se que a mulher, dentro do seu contexto histórico e por diversas razões, estava sempre em segundo plano no âmbito privado, ou seja, a mesma era reconhecida somente como geradora, procriadora e dócil figura feminina, responsável pelo cuidado do lar e da sua prole. Para exemplificar esse fato, recorreremos a Nader (2001, p.110).

Para a menina, ser “bonitinha” significa ser dócil e obediente, pois ela é treinada para atender aos desejos dos outros e não ao seu próprio. E esse comportamento segue a mulher na vida adulta, quando deve deixar de atender aos desejos do pai para atender aos do marido. Muitas mulheres incorporam tanto esse comportamento que, em caso extremo, quando não realiza os desejos dos outros, chegam a sentir um forte sentimento de culpa, que toma conta de sua personalidade, passando a sentir a sensação de aniquilamento, diminuição da autoestima, descredibilidade.

Esse sentimento de inferioridade da mulher também se encontra em seu porte físico, “A explicação para o tratamento diferenciado dos sexos remonta aos tempos em que a hipótese da superioridade biológica masculina era predominantemente, enquanto força física e inteligência” (NADER, 2001, p.111).

A autora analisa algumas obras literárias do fim do século XVIII que abordam sobre a temática do papel masculino e feminino, onde há uma comparação do físico e da moral da mulher e do homem, vejamos:

Hunt diz que Pierre Roussel, em 1775, no seu tratado “Do Sistema Físico e Moral da Mulher”, confirma haver uma diferença nítida de papéis entre os sexos e que essa diferença estende-se, principalmente, à capacidade física e intelectual de cada um, com invariável desvantagem, para a mulher. Para Roussel, o homem é identificado

por seu espírito e energia, uma vez que é biologicamente mais forte, o que o faz mais audacioso e dinâmico (NADER, 2001, p. 111.).

Nesta linha de análise, mais uma vez reforça-se a idéia de que para muitas mulheres sua vida se resume, ou se resumia, no âmbito do privado. Talvez seja por isso que quando se tem como objeto de estudo a mulher, verifica-se que esta possui uma estreita relação com a família.

[...] todos os modos de registros femininos estão ligados à família. A sua memória do privado, da vida íntima à qual foi atrelada e trabalhada por uma educação que levava à aceitação de sua vida no interior do domicílio, sem reclamar e, de modo geral, sem perceber que também fazia parte da história. Por isso, tornou-se por muito tempo, difícil, psicológica e emocionalmente, admitir o fato de que a vida da mulher se transformaria na força que causou dramática virada na história dos homens (NADER, 2001, p.111).

Essa visão da mulher já não pode ser tida como hegemônica, mesmo que ainda existam muitas pessoas que concordem com essa afirmação. Os novos papéis assumidos pela mulher hoje são bem diferenciados da visão rousseleana “[...] só a maternidade e a vida em família não preencheram os projetos de vida feminina.” (NADER, 2001, p.121).

Na mesma direção, a autora aponta que tais mudanças decorrem das transformações do contexto político, econômico e ideológico na sociedade ocidental. No contexto político, o ser humano passa a ter seus direitos ampliados, reconhecido então, como cidadão dotado de direitos; podemos destacar aqui, as lutas operárias em busca de justiça no meio das relações de produção e de representação partidária, muitas delas alcançaram conquistas trabalhistas jamais vistas na sociedade. Já no contexto econômico, podemos destacar a necessidade de expansão profissional da mulher o que fez com que ela rompesse com os limites impostos pela atitude psicológica e cultural, que atribuíam à supremacia física, moral e intelectual e conferiam o poder político, social e econômica somente aos homens. Por fim, no contexto ideológico, as mulheres passaram a participar efetivamente do processo histórico e social da humanidade através de um movimento que desafiou as diretrizes patriarcais exercidos por elas dentro da família, o que provocou uma profunda mudança na mentalidade da sociedade ocidental (NADER, 2001).

Lopes (1994, p. 09), vai além desses fatores contextuais citados acima, considera que houve um “[...] afastamento do romantismo e difusão de uma ‘reflexividade institucional’ relativa à sexualidade e às uniões amorosas, gerando novos padrões de entendimento e avaliação dos relacionamentos sexo-afetivo e familiares”. Tal afirmação nos leva a compreender que a mulher passou a buscar novos modelos de relacionamento causando oposição masculina e instalando um quadro conflituoso de expressões e práticas no interior da família. Ocorre, conseqüentemente, uma crescente mudança nas relações conjugais operadas pela vida pública feminina e os questionamentos à idéia de mãe, maternidade, matrimônio, tempo e espaço da mulher nos contextos sociais diversificados.

Nader (2001), ainda destaca que a situação da mulher, que passou a colaborar no sustento da unidade doméstica, proporcionou a eliminação de sua vida do processo de aceitação e conformismo diante das diferenças sexuais. As relações de poder que existiam no nível da relação marido e esposa passaram a ser questionadas no interior da casa. A resistência, ou mesmo a indiferença masculina diante das solicitações femininas, tendeu a levar a uma situação de conflito dentro do domicílio e, posteriormente, ao rompimento da relação conjugal.

As mudanças aliadas à regulamentação do divórcio no país, em 1977, desfiaram os componentes básicos do papel exercido pelas mulheres no interior das unidades domésticas, uma vez que as diferenças de renda e a instabilidade afetiva e econômica não são estimulantes para que os laços conjugais permaneçam estáveis, o que levou milhares de laços conjugais conflituosos a se desfazerem.

Para Alencar (2006), devido à crise no mundo do trabalho, famílias inteiras se encontram abaladas pelo desemprego estrutural o processo de estagnação econômica, recessão e inflação repercutiram nos níveis de renda e emprego, verificando-se um aumento da proporção de famílias com renda *per capita* abaixo da linha da pobreza, muitos homens perdem os seus empregos e não o recuperam já as mulheres, voltam ao mercado de trabalho, não mais com a figura de complementação salarial, mas como principais responsáveis pelo sustento de suas famílias.

De acordo com Pereira (2006), a ampla participação da mulher no mercado de trabalho e na chefia da casa tem contribuído para que muitos domicílios não contem sequer com a presença do homem como fonte de sustento e apoio moral.

Assumir essa responsabilidade pela família é uma dinâmica intensa, que “[...] demanda de seus integrantes um constante exercício de repensar o presente e o futuro, o que os leva a reorganizar continuamente suas estratégias de sobrevivência na sociedade contemporânea” (ROMANELLI, 2003, p. 76).

Com essas alterações na sociedade brasileira, pode-se notar outro fenômeno, o de rompimento com o padrão adotado no Brasil na colonização européia. Ocorre então que a função de provedor não está somente associada ao homem, mas também à mulher que se insere no mercado de trabalho tornando, em muitos casos chefe de família. Infelizmente, a mulher ainda não é reconhecida e muitas vezes não se deixa reconhecer como chefe pelo fato de o homem estar presente no lar, mesmo que não contribuindo financeiramente

Embora essas mudanças indiquem avanços emancipatórios no mundo feminino, principalmente na crescente participação feminina no mercado de trabalho e do aumento do número de mulheres chefes de família, há uma situação desfavorável para as mulheres. O homem chefe de família dispõe quase sempre da gestão do domicílio compartilhada com o cônjuge. Já a mulher chefe, além de não desfrutar dessa divisão de responsabilidades, lida com um mercado de trabalho discriminado em relação ao sexo feminino.

Outro aspecto perverso desse fenômeno é que as chefes de domicílio são, em grande parte, de uma geração em que muitas não haviam sido preparadas para assumir os múltiplos papéis que essa posição exige. Elas possuem um perfil mais maduro e baixa escolaridade em face às demais mulheres e os chefes do sexo masculino.

O quadro atual possibilita que a questão do sexo feminino na chefia do domicílio esteja inversamente correlacionada com o rendimento domiciliar. Nos 25% dos domicílios mais pobres, pouco menos da metade são chefiados por mulheres, revelando as dificuldades vividas por essas famílias. Barroso (1982), afirma que a maior parte das famílias monoparentais são chefiadas por mulheres pertencentes à camada mais carente da sociedade, e que este fenômeno é característico do mundo urbano, isso devido às condições trabalhistas do campo serem precárias e nas grandes cidades a chances de emprego serem maiores.

Nota-se a dificuldade em que as mulheres chefes de família, que são mães, sendo elas a maioria pobre, têm de oferecer uma vida melhor ou até mesmo adequada para seus filhos. Vitale (2002), narra em seu artigo dois depoimentos de mães chefe de família: “Eu espero oferecer uma vida melhor para meus filhos, enquanto trabalhar, eu tenho essa esperança” (mulher pobre, 30 anos, três filhos); “A vida é tão difícil, para criar os filhos, que é melhor nem pensar” (mulher pobre, dois filhos pequenos); (VITALE, 2002, p. 50). Tais depoimentos transmitem uma inquietação ao retratar a problemática de mães que levam esse fenômeno de chefes do lar com dificuldades e sobre cargos na sua figura de mãe e provedora.

Pode-se assinalar então, apesar das conquistas das últimas décadas, que as mulheres além de ganharem menos que os homens ocupam lugares menos privilegiados na economia e tem condições de trabalho mais precárias. Em todas as situações, para atingir o ganho salarial masculino, precisam estudar mais. Há ainda uma tendência feminina em escolher áreas de trabalho nas quais possam conciliar as atividades domésticas e a escolha de profissões consideradas “apropriadas à mulher”, e esta percepção parece estar relacionada a essa socialização feminina, realizada por meio de diversos agentes como a família e a escola.

Quando retratada as famílias pobres Sarti (2003, p.65) faz a seguinte análise:

As famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobre tudo pela frase de criação dos filhos, sem ruptura o que implica alterações muito freqüentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal. Diante de uniões estáveis e empregos incertos, levam a desencadear arranjos, que envolvem a rede de parentesco como um todo para viabilizar a existência da família.

A vulnerabilidade da família pobre, quando centrado no pai provedor, ajuda a explicar a freqüência de ruptura conjugal diante de tantas expectativas não cumpridas, para o homem, que se sente fracassado, para a mulher, que se vê rolar por águas abaixo suas chances de ter algo melhor materialmente através do casamento.

Sarti (2003) retrata que para a sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres chefes de família é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas. Nesse deslocamento filho mais velho se desloca como aquele que cumpre o papel de chefe de família. Tal como ocorre o deslocamento dos papéis masculinos, os papéis femininos, na impossibilidade de serem exercidas pela mãe-esposa donas-de-casa, são igualmente transferidos para outras mulheres da família de fora da unidade doméstica. O exercício dos papéis sexuais, nos casos em que se desfaz a relação conjugal, passa para a rede familiar mais ampla, mantendo o princípio da complementaridade de papéis transferidos para fora do núcleo conjugal.

Conclui-se que as dificuldades cotidianas que muitas mulheres enfrentam hoje para conciliar as atividades da vida pública com as inerentes ao espaço doméstico dão visibilidade a outra mudança no comportamento feminino que repercute na família. Diversamente ao passado, no qual as mulheres constituíam pelo casamento e maternidade os seus projetos de vida, hoje é cada vez maior o número de mulheres que querem construir projetos de vida mais amplos, que incluam o bem-estar do grupo familiar, mas também, outros que simbolizam o espaço em que elaboram sua independência, lutando por seu reconhecimento pessoal.

Por fim, pode-se considerar que a família é uma fonte primária de bem estar social, assim,

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando (KALOUSTIAN, 2005, p.11-12).

Considerando-se a presente pesquisa, a família monoparental chefiada por mulher, que é reconhecida como parte desses novos arranjos familiares inflige que esta necessita de processos de atenção para se trabalhar as singularidades da questão social que apresenta, dando ênfase as políticas sociais presentes no Brasil contemporâneo que focalizam a família como uma potencialidade e sustentabilidade primordial para o desenvolvimento do indivíduo.

3 METODOLOGIA

Utiliza-se agora o estudo qualitativo realizado no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Região Continental no município de Vitória, ES. Utilizou-se a pesquisa exploratória por entender que a mesma proporciona uma visão geral, de tipo aproximativo, tendo a finalidade de esclarecer e modificar idéias pré-estabelecidas (GIL, 1999).

Os sujeitos da pesquisa foram identificados de forma intencional, considerando o critério da família que tem a mulher como chefe do lar. As informantes da pesquisa foram cinco mulheres mães, responsáveis pelo sustento de seus filhos, e reconhecidas como mulheres chefes de família. Estas informantes se caracterizaram também pela ausência de coabitação com cônjuge e/ou companheiro. A ausência de coabitação com cônjuge caracterizou-se por se tratar de informantes viúvas, separadas ou solteiras. As informantes que participaram da pesquisa possuíam idade dentre 24 a 49 anos, escolaridade mínima de primeiro e segundo grau incompleto e pelo menos um filho.

As mulheres consentiram em sua participação na pesquisa por meio de um termo de consentimento informado para utilização dos dados, antes de iniciarmos a aplicação da entrevista.

Foi analisada a questão Mulher Chefe de Família dentro de um contexto familiar, social e econômico ao qual está inserida. Utilizados para esse fim o método dialético por favorecer as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade (GIL, 1999). O meio da presente pesquisa qualitativa realiza-se em três momentos distintos, porém, complementares.

No primeiro momento, utilizou-se o método de pesquisa de campo. Realizou-se mediante visitas ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da Região Continental com a finalidade de obter a identificação cinco mulheres usuárias do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) que assumem a função de Chefes de Família para que, assim, déssemos continuidade ao momento seguinte de nossa pesquisa.

O segundo momento deu-se por meio da elaboração e aplicação do formulário de entrevista com uma amostra de cinco usuárias chefes de família que estão inseridas no PAIF. Por meio deste método foram levantados os dados fundamentais que destina descrever quais foram as razões que levaram essas mulheres a assumiram tal papel no seu contexto familiar e buscar entender o significado de ser uma Chefe de Família e como que esse fenômeno é encarado por essas mulheres.

No terceiro e último momento, fez-se assim, uma contextualização das análises extraídas dos dados dos formulários de entrevista, discutindo por meio de fundamentação teórica as questões que abrangem nossa pesquisa.

3.1 Análise de dados: mulheres pobres e chefes de família - algumas implicações sobre seu significado

Como já exposto no presente trabalho, ao longo das últimas décadas podemos constatar que devido o fato da história ser passível a mudanças, a industrialização, a urbanização e a revolução tecnológica, ocorre à chamada reestruturação dos papéis familiares. A sociedade ver-se então obrigada a aderir aos novos padrões, e a encará-los como necessários, pois uma vez que o pai “provedor” não cumpre mais seu papel, as mulheres acumulam outra responsabilidade, a de prover, além de cuidar dos filhos.

São diversas as razões que levam as mulheres a assumir a chefia familiar. Podem ser por fatores econômicos, geográficos, sociais, dentre outros. Quando entrevistadas cinco usuárias do PAIF do CRAS Continental buscou-se compreender em qual dessas razões as usuárias se enquadram.

Na entrevista, uma das informantes relata que, por sua vez, ser chefe de família não foi uma escolha desta, mas sim uma fatalidade da vida como relata na entrevista ao afirmar que:

Me tornei chefe de família foi porque Deus quis, quando resolveu levar meu marido para perto dele. Lutamos muito, mas, não teve jeito [...], hoje eu luto pra criar minhas filhas, mas tenho fé em Deus que vou vencer (Mulher viúva, 33 anos, três filhas).

Outra entrevistada, nessa mesma direção, nos conta que

Eu morava com minha mãe, daí moça... ela morreu por causa da cachaça, bebia muito depois que o pai foi embora. Daí eu fiquei sozinha no mundo com meu filho. Depois arrumei outra criança, mas não casei porque o pai não prestava. Tive outra criança de um namorado que me largou quando sobe. Daí moça, tive que ser a chefe da casa né [...] (Mulher solteira, 26 anos, três filhos).

Além de razões causais por falecimento do membro referência da família que acaba acarretando a responsabilidade a outro membro, nesses casos as mulheres de maior idade, outras razões poderão ser consideradas. A seguir constata-se por meio de duas entrevistadas que as mudanças aliadas à regulamentação do divórcio contribuem fortemente para que o papel exercido pelas mulheres no interior da família venha a mudar, sabendo-se que as diferenças e a instabilidade afetiva e econômica não são estimulantes para que os laços conjugais permaneçam estáveis, acarretando para que os laços conjugais se desfaçam.

[...] fui casada muitos anos, naquela época eu acho que era até feliz. Meu marido deu uma “doideira” e resolveu ir embora de casa, queria separação. Abandonou o lar e criei meus filhos sozinha. [...]. Hoje sou eu que tomo conta de tudo [...] (Mulher separada, 49 anos, dois filhos).

[...] há ele (o marido) começou beber demais, já não trazia nada pra dentro de casa. Mandei embora. Antes só do que mal acompanhada (Mulher separada, 34 anos, dois filhos).

Mas a questão da independência, fruto de reflexos individualistas da sociedade, também foi constatada em uma das entrevistas. A seguir, vejamos o relato de uma mulher solteira que, segundo a mesma, optou em ser chefe de família:

Eu tinha dezoito anos quando fui morar sozinha, meus pais moravam no interior e lá não tinha emprego. Quando cheguei aqui sofri muito, meus amigos me ajudaram no começo e depois me virei sozinha mesmo. Tive uma menina de um namorado que eu tinha, mas, eu não quis casar não, era muito nova. Aí foi assim né [...] ta bom assim, não precisa de homem em casa não, agente dá um jeitinho (Mulher solteira, 24 anos, uma filha).

Assim, neste sentido, recuperando um pouco das histórias de vidas das entrevistadas, nota-se a diversidade de fatores que determinam por favorecer a condição de chefe de família. Portanto, a proposta até este ponto foi de apresentação de uma análise que dê conta da pluralidade de caminhos que levaram as mulheres da pesquisa à chefia de sua família, seja como solteira, separada ou viúva.

A tentativa fundamental desta pesquisa é conhecer o significado de ser uma chefe de família para essas mulheres pobres. E o aspecto mais fortemente destacado pelas mulheres no significado de ser chefe de suas famílias, principalmente por possuírem renda inferior a um salário mínimo, refere-se ao peso da responsabilidade que a situação acarreta.

Para três das entrevistadas, ser chefe de família representa uma duplicação de responsabilidade que a vida lhe impôs,

É muito duro, e só não é mais porque recebo muita ajuda das mulheres que faço faxina, elas tem dó de mim e também recebo a “cesta” e o bolsa família. Eu queria ter um marido pra ajudar a criar minhas filhas pra dividir as tarefas, mas como não tenho eu vou procurando fazer o melhor que posso (Mulher viúva, 33 anos, três filhas).

Você tem que se dobrar, ser tudo dentro de casa [...] eu acho ruim as vezes porque é muita responsabilidade pra criar os filhos [...] ninguém ta preparado (Mulher separada, 34 anos, dois filhos)

Significa pra mim, ter muita responsabilidade, fazer tudo pra dar uma vida melhor pra eles e uma vida honesta também né. Você tem que trabalhar e procurar ficar de olho dentro de casa pra ver se ta tudo certo, se falta alguma coisa né [...] fazer o quê, agente não escolhe (Mulher separada, 49 anos, dois filhos).

Para essas mulheres, as situações que envolvem ruptura do vínculo conjugal, seja por separação ou falecimento do cônjuge, são retratadas como momento de grande dificuldade.

Contudo, mesmo tendo que assumir tamanha responsabilidade não deixam de expressar sua afeição pelos membros familiares, principalmente quando se fala em filhos:

Pra mim significa que agente tem que tomar conta com amor das crianças e tentar se virar pra não faltar nada, pra ter sempre comida em casa para as crianças. [...] agente sabe que eles não tiveram culpa de nascer, então moça, quando você é a única pessoa pra eles você tem que fazer o melhor, nossa [...] meus filhos são tudo que tenho (Mulher solteira, 26 anos, 3 filhos).

Uma das entrevistadas, ao ser indagada sobre o significado de ser uma chefe de família, relata que “[...] é coisa muito importante, é muito bom [...] tem que ter cabeça também né, que é pesado [...]” (Mulher solteira, 24 anos, uma filha, uma irmã, dois sobrinhos) tal depoimento constata que na visão de algumas mulheres, ser chefe de família é também um processo de liberdade, de autonomia na condição de chefe de seu grupo familiar.

Entretanto, percebe-se também, nesse último depoimento que a entrevistada se expressou de forma confusa, ou seja, ao mesmo tempo em que considera ser muito bom ser chefe de família, carrega consigo o peso dos deveres devido à multiplicidade das responsabilidades da chefia solitária.

Conforme já retratado no decorrer do trabalho, a mulher se torna chefe de família de acordo com a realidade que vem se transformando ao longo da sua vida. São situações que aparecem de forma inesperada fazendo com que esta importante figura no âmbito familiar tome uma postura mais autêntica se tornando a chefe de família, mas existem aquelas também que não conseguem desempenhar esse papel devido à falta de responsabilidade e de apoio. Para as entrevistadas, algumas mulheres não assumem enfrentar a realidade gerando sérias conseqüências para a sociedade. Vejamos como estas se expressam em relação à chefia exercida por outras mulheres:

Não assumem a responsabilidade, por isso que os filhos ficam perdidos (Mulher solteira, 24 anos, uma filha);

Umás são como eu, fortes e procura encarar como um fato que devemos enfrentar e outras se sentem fracas e deixam o barco afundar (Mulher viúva, 33 anos, três filhas).

Muitas não têm responsabilidade e não dão atenção e os filhos viram marginais e acaba usando drogas (Mulher separada, 49 anos, dois filhos).

[...] tem um monte de amiga minha que acaba doando as crianças, fugindo pra não assumir a família, e os filhos ficam largados. Eu mesmo sozinha não tenho coragem. Eles são um pedacinho de mim, minha vida (Mulher solteira, 26 anos, 3 filhos).

Assim, em termos gerais, as falas das chefes entrevistadas refletem na difícil experiência de cuidar sozinha de seus filhos, não apenas em termos de sobrecargas de responsabilidades, mas também em relação a uma série de expectativas da sociedade.

Foram destacados nos relatos das informações concepções acerca da ausência do cônjuge e das dificuldades em assumir as responsabilidades que, antes eram conferidas a ele. A experiência de tomar para si funções concebidas próprias da figura paterna, por exemplo, é definida como algo que exige muita responsabilidade. Nesta mesma perspectiva, a resolução de problemas no espaço público e o encaminhamento de situações culturalmente caracterizadas como tarefas masculinas foram assumidos pelas mulheres na ausência do companheiro.

Porém, tampouco, destacam qualquer necessidade de ter, no contexto do lar, a presença de um pai para compartilhar responsabilidades. O compartilhamento de responsabilidades aparece no relato dessas mulheres como restrito à educação dos filhos em um contexto mais amplo. O espaço doméstico apresenta-se no imaginário dessas mulheres ainda como um território

predominantemente feminino, mesmo com a concepção de exigência do cuidado mútuo de homens e mulheres no cuidado aos filhos.

O universo das chefes entrevistadas, independente das diferenciadas condições de vida, gira em torno da relação com os filhos. Quando questionadas acerca do objetivo de vida, todas se dirigiram de maneira explícita para os filhos. Todas atrelam o êxito de suas vidas à possibilidade de uma vida melhor para sua família fazendo uma correlação com a possibilidade de atingirem a meta da formação dos estudos e da inserção favorável no mercado de trabalho. Demonstraremos a seguir tais depoimentos a respeito do objetivo de vida das entrevistadas:

Que meus filhos terminam os estudos e que nossa vida melhore (Mulher separada, 49 anos, dois filhos).

Quero conseguir um trabalho decente para dar o melhor para meus filhos (Mulher separada, 34 anos, dois filhos).

Pretendo estudar e fazer muita economia pra terminar minha casa para minha filha viver bem (Mulher solteira, 24 anos, uma filha).

[...] espero que Deus me ajude que minha vida vai melhorar. Espero um dia ter um emprego com carteira assinada né pra dar uma vida melhor pras crianças (Mulher viúva, 33 anos, três filhas).

Eu queria terminar os estudos, ainda sou nova, e depois conseguir um emprego melhor para dar uma vida melhor pros meus filhos (Mulher solteira, 26 anos, 3 filhos).

É necessário destacar que, conforme mencionado no segundo capítulo, hoje é cada vez maior o número de mulheres que querem construir projetos de vida mais amplos, que incluam o bem-estar do grupo familiar, mas também, outros que simbolizam o espaço em que elaboram sua independência, lutando por seu reconhecimento pessoal, fato esse comprovado nos três últimos depoimentos.

Por estarem incluídas no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) as entrevistadas recebem mensalmente cesta básica, todas declaram ser beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Relatam que são de tamanha importância esses programas para o complemento material e para o acolhimento familiar através dos cursos e reuniões motivacionais.

As cinco entrevistadas estão no momento em situação de desemprego. Quanto a esta questão, elas alegam dificuldades no mercado de trabalho por ser chefe de família. Assim, verifica-se ainda a forte presença da perspectiva patriarcal embasando o pré-julgamento. As múltiplas jornadas de trabalho, as estratégias para reconciliar as responsabilidades domésticas com a vida profissional, os diferentes níveis de exigência de produção no mercado, além das responsabilidades pelos cuidados aos filhos, foram dificuldades apontadas.

Outra dificuldade apontada foi a falta de escolarização dessas mulheres, sendo que, nenhuma delas conseguiu concluir o ensino médio. Os motivos apresentados levam a compreensão que não houve incentivo, informação e principalmente interesse próprio pela educação escolar. Entretanto, contata-se que todas as informações coletadas atribuem hoje, para seus filhos, grande relevância ao ensino escolar. Uma dessas mulheres recorre até ao fato de que “[...] se as crianças não estiverem na escola agente perde o bolsa [...]” (Mulher viúva, três filhas), aqui

ela se refere ao Programa Bolsa Família (PBF) onde uma das condicionalidades para a entrada e permanência no mesmo, é que os filhos freqüentem regularmente a escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos casos no estudo deste fenômeno nos permitiu inferir que as mulheres chefes de família, cujas práticas sociais se apresentam como contradição ao modelo tradicional, sofrem as conseqüências da multiplicidade de responsabilidade no contexto familiar. É inegável o peso que as construções sociais de gênero têm sobre a sociedade, especialmente no que tange ao "ser mulher" como detentora da responsabilidade pelos trabalhos domésticos e pela educação dos filhos.

Este estudo, de natureza qualitativa, permitiu uma aproximação da compreensão do significado de ser uma chefe de família. Ora visto como um peso e muita sobrecarga de responsabilidade; ora vista como um processo de independência, de autonomia feminina.

A pesquisa constatou que as informantes designam-se como responsáveis exclusivas pelo sustento de seus filhos, havendo, em todos os casos, suporte financeiro de redes sociais, como por exemplo, iniciativas como o PAIF e Programa Nossa Bolsa. Na maioria dos casos, elas permanecem responsáveis também pelo sustento dos filhos maiores de idade. As entrevistas evidenciam a responsabilidade exclusiva por parte destas mulheres no sustento de seus dependentes. Entretanto, os programas sociais, segundo as informantes entrevistadas auxiliam de modo a complementar esporadicamente o sustento, no que tange às necessidades dos filhos.

As mulheres chefes de família se reconhecem desempenhando concomitantemente funções de pai e de mãe em relação aos filhos, sendo que estas são funções diferenciadas por elas a partir das concepções de masculinidade e feminilidade legitimadas socialmente.

Enfim, o fenômeno estudado exige maior atenção e investigação, ao passo que no decorrer da pesquisa, verifica-se que muitas dessas mulheres chefes de família, apontam as dificuldades para a manutenção do lar, das despesas e da carga social (a figura do homem) que ainda é exigida pela sociedade.

Tendo em vista a análise da realidade vivida por mulheres chefe de família, nota-se que a sociedade tem uma grande parcela de contribuição para a superação de dificuldades encontradas por estas. Deve-se, todavia, valorizar a atuação destas mulheres no mercado de trabalho e do seu envolvimento na sociedade como um todo. Uma vez vendo que são capazes de desempenhar esse papel com responsabilidade, criatividade, qualidade e muita dedicação à família.

A situação das famílias monoparentais femininas coloca, de forma imediata, a importância do aumento do investimento público em creches e pré-escolas, não apenas pelo efeito sobre a educação infantil, mas também pelos efeitos sinérgicos na diminuição das desigualdades de gênero em face do mercado de trabalho.

O presente trabalho nos possibilita a pensar sobre o tema central – Mulheres Chefes de Família – fazendo uma análise crítica das demandas postas para o Serviço Social, dando

respostas significativas a essa categoria de usuários em confronto na sociedade brasileira contemporânea. Possibilita também, enquanto pesquisadores desmistificar um único modelo de família e compreendê-la não como uma estrutura pré-estabelecida, mas sim um espaço de qualidade nas inter-relações interfamiliares (SZYMANSKI, 2003), contribuindo assim, para com a formação acadêmica de estudantes e profissionais técnicos, de áreas afins, que possam vir a deparar, no seu campo de atuação, com Mulheres Chefes de Família.

Finalizando esta consideração, sem a intenção de esgotar a abordagem sobre o assunto, fica aqui a proposta de pesquisas que contribuam para o trabalho com as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, urgindo na realização de intervenções que deem conta desta questão, buscando remotivar essas mulheres no seu convívio social como parte constituinte da sociedade. Resta clara a importância de se compreender a diversidade das experiências na dinâmica da constituição das mulheres que são chefes de família.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCAR, M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). *Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
2. ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 12ª Ed. São Paulo: Cortez. 2007.
3. BARROSO, C. *Mulher, sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
4. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
5. COLBARI, A. L. *Ética do trabalho*. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
6. DIAS, M.L. *Vivendo em família: relações de afeto e conflito*. São Paulo: Moderna, 1992.
7. GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
8. KALOUSTIAN, Silvio Manoug. *Família brasileira a base de tudo*. 4. ed. São Paulo: Cortez/Unicef, 2005.
9. LOPES, J. R. Das famílias “desestruturadas” as famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 46, ano XV, 1994.
10. MACÊDO, M. S. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: PUC, 2001.
11. NADER, M. B. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed. Vitória: EDUFES, 2001.

12. PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo do bem-estar. In: SALES, M. A. (Org.). *Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
13. RIBEIRO, M. S. *A Questão da família na atualidade*. Florianópolis: LOES, 1999.
14. ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2003.
15. SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
16. SARTI, C. A. *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
17. SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
18. SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 71, ano XXIII, especial, 2002.
19. VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº.71. São Paulo: Cortez, 2002.

ALCOOLISMO E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Débora Sousa Charpinel¹
Jackeline Silva Souza²
Jacqueline Kelly Almeida Cunha³

RESUMO

Este artigo busca analisar as repercussões sociais geradas pelo alcoolismo dentro da dinâmica familiar, além de problematizar a realidade vivenciada por mulheres de alcoolistas vítimas de violência doméstica.

Palavras-chave: Alcoolismo. Violência doméstica. Repercussões sociais.

ABSTRACT

This paper examines the social impact generated by alcoholism inside the family life, and discuss the problem of the reality experienced by alcoholics wifes victims of domestic violence.

Keywords: Alcoholism. Domestic Violence. Social Repercussions.

1 INTRODUÇÃO

O termo família corresponde, de acordo com o dicionário Aurélio, a “pessoas aparentadas que vivem na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Pessoas do mesmo sangue”. Entretanto, não se pode atribuir o conceito de família simplesmente a àqueles que ocupam o mesmo espaço, visto que pode haver, em muitos casos, um papel marcante dentro da dinâmica familiar que pode ser desempenhado por um familiar que não mora na mesma casa (RAMOS, 1990).

Os sociólogos afirmam que a família consiste numa instituição social em que são passados as crianças os padrões comportamentais e papéis sociais que devem ser desempenhados, iniciando-se assim a socialização (KUNDER, 1986).

Nas sociedades modernas, novas formas de família surgem divergindo da tradicional, como a união livre, famílias monoparentais e recasamentos, e, por isso, muitos autores vêm preferindo utilizar a palavra famílias à apenas adotar um termo (NEDER, 2003).

¹ As autoras são assistentes sociais graduadas na Universidade Federal do Espírito Santo e acadêmicas do Curso de Especialização em Políticas Sociais, Gestão e Controle Social – Emescam.

² Coordenadora e Professora do curso de Serviço Social da UNISAM.

³ Coordenadora e Professora do curso de Serviço Social da UNIVEN.

A família, via de regra, é representada pela sua função de prover afeto, aprendizado, cuidado, entre outro. No entanto, tais expectativas são possibilidades, e não garantias, no ambiente familiar (CARVALHO, 2003). A Família assume, assim, uma relação contraditória entre a sua “função” de prover afetos e cuidados e a possibilidade de oprimir os seus membros.

O conflito na família pode surgir face as contradições presentes na sociedade que se está inserido ou ainda quando se depara com a ocorrência de uma doença em um de seus membros. Considerando as diferentes “doenças” possíveis de estudo e, sobre os diversos impactos que elas podem causar aos diferentes membros da família, tem-se o alcoolismo ou Síndrome de Dependência do Álcool (SDA), cujas repercussões afetam não somente o indivíduo alcoolista, mas todos aqueles que mantêm contato com ele (RAMOS, 1990).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o alcoolismo é uma síndrome decorrente do beber excessivo, caracterizada pela dependência, contínua ou periódica, e pela tolerância ao álcool, em que o bebedor perde a capacidade de controle sobre o uso e apresenta uma série de prejuízos, causando problemas entre si e para o contexto social em que no qual está inserido. Dessa forma, as complicações advindas do alcoolismo não se limitam àquele que bebe, mas traz repercussões sociais (RAMOS 1990).

As bebidas alcoólicas são substâncias psicoativas utilizadas há muitos séculos pelos homens e ainda hoje são usadas em larga escala por grande parte das sociedades contemporâneas (BERTOLOTE, 1997).

A valorização cultural da bebida alcoólica, a minimização de seus potenciais efeitos negativos via publicidade distorcida e as facilidades de acesso às situações de consumo, não são vistos como problema, como componentes de peso na instalação do alcoolismo, mas sim como parte de um processo que envolve uma prática de lazer prazerosa, relaxante, fortalecedora do desempenho em situações sociais, e em algumas condições até mesmo erótica, culta ou charmosa (BAIÓCO, 1999), o que tem contribuído para o aumento do consumo indevido do produto e, conseqüentemente, dos danos relacionados a ele.

O uso indevido de substâncias psicoativas constitui, na atualidade, um grave problema de saúde pública e vem requerendo ações não só de repressão à oferta quanto de redução da demanda, mas também de redução de danos. O consumo de drogas hoje inflige consideráveis prejuízos às nações do mundo inteiro, e não são detidas por fronteiras: avançam por todos os cantos da sociedade e por todos os espaços geográficos, afetando homens e mulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social, econômica ou mesmo idade (VAISSMAM, 2006).

Os problemas relativos ao consumo abusivo de álcool se exteriorizam em aspectos físicos, psicológicos e sociais. No que se refere aos danos físicos às problemáticas mais comuns são os traumas em acidentes de trânsito, lesões em brigas, morte por overdose, e complicações médicas agudas, como a cirrose, o câncer, pressão arterial alta, além de problemas cardíacos. Em relação aos problemas psicológicos os mais notáveis são os desequilíbrios do controle emocional, gerando a violência contra outras pessoas, auto-agressão intencional, suicídio, o comprometimento da memória em curto prazo e até

mesmo a demência (EDWARDS, 1994). As repercussões sociais do consumo de drogas incidem sobre o usuário, sua rede de relações e a sociedade como um todo. Um exemplo pode ser dado pelo impacto do consumo do álcool sobre a dinâmica familiar.

Talvez por desconhecimento do processo, a família é atingida a partir da 2ª fase da doença, quando surgem os problemas paralelos, como acidentes de trânsito, violência, perda de emprego, decadência social, financeira e moral e a síndrome da co-dependência, isto é, a família torna-se também dependente da substância álcool. É uma dependência neurótica, um alcoolismo seco que provoca sofrimento e inúmeros desajustes (VARELLA, 2007).

Os impactos do alcoolismo na família se caracterizam pela dificuldade em lidar com o problema, expressa tanto pela vivência de desejo de punição, quanto pela tentativa de “agir naturalmente”, pelo adoecimento da família, que fica desgastada em meio as oscilações entre os momentos de ingestão do álcool e de sobriedade, pela perda da conjugalidade, dentre outros (MOREIRA, 2004).

Partimos então do pressuposto que para estudar a violência relacionada ao consumo de álcool e outras drogas faz necessário conceituá-la, entendendo-a como uma relação hierárquica entre os sujeitos, com fins de dominação, de exploração e de opressão, além de uma ação que trata o outro como um objeto e não um sujeito (CHAUI, 1995).

É possível distinguir alguns tipos de violência: a estrutural, sistêmica e doméstica. Para Minayo (1998), a violência estrutural “caracteriza-se pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utiliza de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural”. A violência sistêmica brota da prática do autoritarismo, profundamente enraizada, apesar das garantias democráticas tão claramente expressas na Constituição de 1988. Suas raízes, no Brasil, encontram-se no passado colonial. Ainda hoje, as manifestações da violência sistêmica são inúmeras, e o Estado tem se mostrado bastante ineficaz no combate à tortura legal e aos maus-tratos aos presos, bem como à ação dos grupos de extermínio.

É preciso ressaltar que a violência doméstica é um problema que atinge milhares de crianças, adolescentes e mulheres, a qual que não costuma obedecer algum nível sociocultural específico. Sua importância é relevante sob dois aspectos; primeiro, devido ao sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas, muitas vezes silenciosas, em segundo, porque, comprovadamente, a violência doméstica, incluindo aí a Negligência Precoce e o Abuso Sexual pode impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima.

O UNICEF estima que diariamente 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os acidentes e as violências domésticas provocam 64,4% das mortes de crianças e adolescentes no País, segundo dados de 1997. Essa violência é resultado de agressão física ao companheiro ou companheira. A vítima dessa violência, geralmente possui pouca auto-estima e se encontra atada na relação com quem agride, seja por dependência emocional ou material. O agressor geralmente acusa a vítima de ser responsável pela agressão, a qual acaba sofrendo uma grande culpa e vergonha. A vítima também se sente violada e traída, já que o agressor promete, depois do ato

agressor, que nunca mais vai repetir este tipo de comportamento, para depois repeti-lo (BALLONE, ORTOLANI, _____).

Dentre os tipos de violência doméstica citados, a que apresenta maior repercussão social no Brasil é a violência contra a mulher. Caracteriza-se como um problema que não costuma obedecer algum nível sociocultural específico, como se pode pensar. Sua importância é relevante devido ao sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas, muitas vezes silenciosas (BALLONE, ORTOLANI, _____).

Um fator condicionante para a propagação da violência contra a mulher, e que não se limita àquela em que o alcoolismo se faz presente, é a cultura “machista” de algumas sociedades, que garante ao homem a posse sobre a mulher e o direito de decidir sobre sua vida (OLIVERIA, et al, 1984), o que torna a mulher ainda mais passiva frente às agressões sofridas.

Impedir ou diminuir a incidência desse tipo de violência implica um refazer de mentalidades e costumes, a descoberta de um respeito novo entre homens e mulheres (OLIVEIRA et al, 1984).

Manter a imagem da harmonia familiar, de felicidade no lar, é uma das obrigações da mulher e se ela falha, se as dificuldades conjugais aparecem a nu, é como se ela, e somente ela, tivesse fracassado. Quando um conflito explode as mulheres se sentem culpadas e, por isso, escondem o fracasso. Escondem, também, porque a humilhação é tão dolorosa que se torna insuportável se outros souberem (OLIVERIA, et al, 1984).

Vergonha, medo do abandono, da solidão, da falta de recursos para sobreviver sozinha, quaisquer que sejam as razões, o fato é que, por medo das conseqüências, mas também por ignorância dos seus direitos, as mulheres não reagem a violência quando ela se exerce dentro de casa. Na maioria dos casos, ignoram seus direitos e, por isso, admitem que o costume familiar se substitua a própria lei (OLIVERIA, et al, 1984).

Os tipos de violência contra a mulher, que mais comumente ocorrem na vida familiar são: destruição ou sonegação dos documentos; ameaças; impedimento de exercer direitos; agressão física; injúria; difamação; homicídio; indução ao suicídio e estupro (OLIVERIA, et al, 1984).

Todas essas violências destacadas são consideradas crimes pelo Código Penal Brasileiro, que é a lei que define os crimes e as suas correspondentes punições.

Quando um homem espanca uma mulher, mas do que o seu corpo, o que ele espanca são ilusões, sonhos, projetos investidos na relação. Quanto mais frágil, quanto mais desprotegida e sem recursos é a mulher, mas ela conta com o marido como protetor, mais importância ela atribui a casa como um lugar seguro. Quando essa “ordem natural das coisas” se rompe e o perigo passa a vir de dentro de casa, pelas mãos do protetor, instala-se na mulher o pânico como se o chão lhe fugisse debaixo dos pés. Sem protetor, sendo agredida, só lhe resta enfrentar sua própria situação, esquecer os heróis novelescos que prolongam os príncipes encantados da infância e enfrentar a vida real (OLIVERIA, et al, 1984).

Segundo a OMS (2002), quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. A violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo. Em alguns países, até

69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada.

Dentre este universo de violência contra a mulher o alcoolismo se faz presente de forma significativa. O uso de substâncias psicoativas (pelo perpetrador, pela vítima ou por ambos) está envolvido em até 92% dos episódios notificados de violência doméstica. O álcool frequentemente atua como um desinibidor, facilitando a violência (BLUME, ZILBERMAN, 2005).

Em relação ao ponto de discussão, vários estudiosos têm concluído que o álcool é a substância mais ligada às mudanças de comportamento provocadas por efeitos psicofarmacológicos que têm como resultante a violência (MINAYO; DESLANDES, 1998).

Segundo Minayo e Deslandes (1998), o uso dessas substâncias aponta para existência muitas vezes de desculpas para a prática da violência, para minimização da responsabilidade pessoal.

Apesar de grande parte das mulheres vítimas de violência viverem na omissão, observa-se que no que se refere a sua associação com o alcoolismo, muitas delas tem buscado superação através de grupos de mútua-ajuda.

Na maioria das comunidades existe uma rede informal de indivíduos e grupos que se ajudam mutuamente para melhor lidarem com uma variedade de problemas de vida. Eles constituem os grupos de apoio diferentes e separados dos sistemas institucional de ajuda profissional (SASSAKI, R.K. _____).

O grupo de Mútua ajuda mais conhecido entre os familiares de alcoolista, alternativa para mulheres vitimas de violência, é o Al-Anon. O Al-Anon iniciou suas atividades em New York, EUA, em 1951, atingindo hoje mais de 100 países e milhares de grupos pelo mundo. No Brasil, com mais de 1000 grupos, o Al-Anon existe desde 1966 e tem sua sede em São Paulo.

Os familiares que já tiveram ou tem algum contato com o Al-Anon, entendem melhor o problema do outro, mas passam a cuidar de si mesmos e não exclusivamente do alcoolista.

Faz-se necessário, então, no processo de tratamento do alcoolista, analisar o impacto do alcoolismo sobre a dinâmica familiar, onde não somente um é afetado (a), mas todos aqueles que convivem diariamente com ele (a). “[...] Focalizar apenas um ator é perder a visão da peça como um todo” (GRIFFITH, 1987, p. 51).

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o contexto apresentado, é importante destacar o caráter fragmentário das políticas públicas destinadas a trabalhar com tal questão. Ao não se articularem aos vários serviços fundamentais, deixa-se de oferecer o recurso necessário para o rompimento dessa relação (SAFFIOTI, 1994). Paralelo a conjuntura um Estado mínimo, que não responde as questões sociais que lhe são cabíveis, no que tange a garantir e assegurar os serviços de proteção a qual lhe compete. Logo, a família não pode ser

caracterizada pelos atos violentos de seus membros, já que não se encontra isolada do mundo, mas configurada como parte deste (RIBEIRO, ROSA, GARCIA, 2006).

A violência nos lares, como uma das manifestações da questão social, necessita de um olhar especial capaz de captar para além das aparências o fenômeno numa prática corriqueira e “natural”. Para tanto, torna-se necessária a desmistificação da família com uma instituição sagrada, pois tal concepção pode esconder conflitos. Além disso, é preciso que as políticas de intervenção na família não sejam dissociadas das políticas macrossociais, pois as intervenções somente no âmbito familiar não dão conta de perceber a totalidade e suas ações remetem a ações mais voltadas para aparência do fenômeno posto, do que a raiz da questão (RIBEIRO, ROSA, GARCIA, 2006).

Pesquisas recentes têm aumentado o entendimento sobre a violência doméstica e suas conexões com o uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, dando-nos a oportunidade de utilizar tal entendimento para melhorar a atenção a essa questão, a nível de prevenção, promoção e combate, por meio da criação de políticas públicas. O rastreamento é essencial e quando os problemas são identificados, as intervenções devem ser direcionadas tanto para violência doméstica como para abuso de substâncias psicoativas, de forma a reduzir vitimizações posteriores e seu impacto na saúde das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

1. BAIOCO, M. **Concepções sobre alcoolismo entre estudantes de áreas de conhecimento distintas em uma universidade pública.** 1999.
2. BALLONE, G. J. ORTOLANI. I. V. **Vários tipos de Violência contra a mulher.**
3. BERTOLOTE, J. M. Problemas sociais relacionados ao consumo de bebidas. In: RAMOS, S. P; BERTOLOTE, J. M. **Alcoolismo hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. cap. 8, p. 131-138.
4. BLUME, S. B., ZILBERMAN, M. L. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. **Revista Brasileira de Psiquiatria.** 2005; 27.
5. CARVALHO, M. do C. B. de. O lugar da Família na Política Social. In:_____. **A Família contemporânea em debate.** 5ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003, p. 15-22.
6. CHAÚÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Cardoso, R. et al (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher** Rio de Janeiro: Zahar Editores A.S, 1985. p.23-62.
7. EDWARDS, G [et al] **A Política do Álcool e o Bem Comum.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

8. GRIFFITH, Edwards. **O tratamento do Alcoolista**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
9. KUNDER, John. **Sociologia Geral**. Rio de Janeiro: Macgril, 1986.
10. MINAYO, M. C. de S; DESLANDES, F. S. **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.35-42, 1998.
11. MOREIRA, H. D. **O Impacto do Alcoolismo sobre a Dinâmica Familiar**. Vitória: 2004.
12. NEDER, G. **Ajustando o foco das lentes: novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**. In: Família brasileira, base de tudo. Kalouftian, S. M. (org). São Paulo: Cortez, 6.ed, Brasília, DF: UNICEF, 2004.
13. OLIVEIRA, R.D. et al. **A Violência Doméstica**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1ª ed., 1984.
14. OMS. **Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002**, disponível em http://www.who.int/violence_injury_prevention.
15. RAMOS, Sérgio de Paula et al. **Alcoolismo Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2.ed, 1990.
16. RIBEIRO, D. B; ROSA, E.M.; GARCIA, M. L. T. **Alcoolismo e violência em família: fugindo das armadilhas da simplificação**. In: Revista Emancipação, 2006, p.189-204.
17. SAFFIOTI, H. I.B. **Violência de gênero no Brasil Contemporâneo**. In: Saffioti, H. I. B.; VARGAS, M. M. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p.151-185
18. SASSAKI Romeu Kazumi. **Sinopse-Adaptação**. Disponível em <http://br.answers.yahoo.com>. Acesso em 27 de março de 2007.
19. VAISSMAM, M. **Beber, fumar e se drogar, é possível reduzir danos?** Disponível em: < www.psiqweb.com.br>. Acesso em: 24 de julho de 2006
20. VARELLA, Drauzio. Disponível em www.alcoolismo.com.br. Acesso em 05 de abril de 2007.

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E SUA INCLUSÃO NA SOCIEDADE. ESTUDO DE CASO: CENTRO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE, NO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA-ES.¹

Ana Paula dos Santos Costa²
Andréia dos Santos¹
Cleuzenir Ribeiro Vieira¹
Ieda Baptista¹
Valdirene Partelli¹
Maria das Graças Santana Fernandes³

RESUMO

A reflexão acerca da questão do Adolescente Conflito com a lei é de fundamental importância para entender as razões dos atos infracionais cometidos por jovens. Medidas cada vez mais severas são por vezes exigidas às autoridades, contudo não se atua desta forma no tocante a questão. Preocupados em a inserção desses adolescentes na sociedade e conseqüentemente no mercado de trabalho, muitas ações tem sido desenvolvidas para minimizar o constrangimento desses adolescentes ao buscarem um espaço junto às organizações. Para realização deste artigo utilizou-se a pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa proporcionou como resultado que o Programa é de fundamental importância para a ressocialização dos adolescentes, entretanto ainda existem várias dificuldades que precisam ser sanadas. No tocante as medidas socioeducativas tem sido forte instrumento usado para conscientizar e alertar os adolescentes, sobre a prática de comportamento anti-social, oferecendo a estes a oportunidade de se reeducar, e assim obter maior integração junto à sociedade o que é muito importante para sua formação. Quanto a inserção dos adolescentes dentro da comunidade na qual estar inserido, e oferecer a ele meios até então negados em função do seu desenvolvimento a possibilidade de sucesso será maior, o que será benéfico para todos os envolvidos, adolescentes, família, sociedade e Estado.

Palavras-Chave: Família. Questão Social. Medida socioeducativa. Ressocialização.

ABSTRACT

A reflection about the delinquent teenagers is basically important to understand the reasons for the high rate of infractions practiced by the youth. Harder and harder, measures are sometimes demanded from the authorities, however they do not act accordingly. Worried about the insertion of these adolescents into the society and , consequently , in the working market , many actions have been developed to minimize the constraint these adolescents have when looking for an opportunity in the organizations. A study of case, a descriptive, bibliographical and exploratory search was

¹ Artigo realizado por alunas do curso de Serviço Social da UNIVEN na disciplina de Metodologia de Pesquisa em 2010/1 a partir das orientações da docente Maria das Graças Santana Fernandes.

² Alunas do Curso Superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (turma 2009/1)

³ Graduada em Administração de Empresas, Pós-/graduada em Didática no Ensino Superior pela UNIVEN e professora da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

used to accomplish this article. The search showed that the program has an essential importance to resocialize the adolescents. However, there still are many difficulties that need to be removed. Regarding to that, the social and educational measures have been an effective tool used to advice and alert the adolescents about the anti-social behavior practice , offering them the opportunity to reeducate and thus to achieve a better integration with the society , which is very important for their development. Concerning the insertion of adolescents into their community and to offer them means once denied due their development, their possibility to succeed will increase, which will be something good for the ones who are involved, that is, adolescents, family, society and the State.

Key words: Family. Social matter. Social and educational measures. Resocialization.

1 INTRODUÇÃO

Com as constantes matérias veiculadas sobre o adolescente em conflito com a lei, muito tem se preocupado em buscar alternativas que venha minimizar tal situação. Com base na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º em que define que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde , à alimentação, à educação ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Alicerçado neste parâmetro que dá o artigo 4º do ECA, fica visível a necessidade da, o envolvimento de todos, principalmente a sociedade do século XXI, buscarem conhecer os fatores que levam os adolescentes a trilhar pelos caminhos da criminalidade. Considerando que esses são rotulados pelo Estado somente como adolescente em conflito com a lei, ficando despercebidos que esses necessitam de seus direitos assegurados pela família, sociedade e o poder público, de forma preventiva.

Diante dessa realidade o interesse dessa pesquisa se deu pelo fato de constatar dificuldades na inserção junto ao mercado de trabalho, sendo que a preferência é de pessoas que possuem experiências, cursos profissionalizantes ou nível superior. Deste modo as oportunidades do adolescente são menores, sobretudo o adolescente que em algum momento esteve em conflito com a lei, sua chance de inserção neste mercado são quase nulas, pois a concorrência é grande e a preferência é daquele que possuem um currículo sem antecedentes criminais, ou melhor, sem “manchas”. Sendo assim é necessário oferecer essa chance a ele, pois o mesmo pode se tornar um cidadão de bem, buscando realizar os seus sonhos e uma melhor qualificação e experiência profissional.

Considerando ainda, que estes são os cidadãos que irão representar à sociedade para o bem ou para o mal no futuro, faz-se necessário que esta juntamente com o Estado ofereça meios para que estes indivíduos que estão em conflitos com a lei possam se ressocializar e voltar a ser inseridos junto à sociedade e ao mercado de trabalho para assim concorrer com os demais em condições de igualdade.

Diante do exposto é que se justifica a escolha do tema proposto, o adolescente em conflito com a lei e sua inclusão na sociedade.

O estudo para este artigo deu-se no Centro de Atendimento ao Adolescente, no município de Nova Venécia-ES.

Com base nas dificuldades que são impostas pela sociedade e conseqüentemente o mercado de trabalho para as pessoas marginalizadas, tem-se como problematização: Como ressocializar o adolescente em conflito com a lei junto à sociedade? Para responder tal questionamento o objetivo geral busca identificar, a eficácia dos métodos empregados na ressocialização do adolescente em conflito com a lei dentro do programa oferecido pelo município, e se há interação junto à sociedade. E como objetivos específicos: a) Identificar a eficácia do projeto na ressocialização dos adolescentes atendidos pelo programa; b) Identificar possíveis causas que levam os adolescentes a infringirem as leis; c) Identificar as dificuldades na inserção do adolescente junto ao mercado de trabalho.

Assim espera-se que ao final deste artigo tenha-se a seguinte compreensão que para obter resultado positivo na busca de ressocializar o adolescente é necessário não só um trabalho de conscientização, mas também o envolvimento e participação de todos os órgãos que compõe à sociedade visto que este é o dever de todos, segundo o ECAD. Tem se observado que o número de adolescentes em conflito com a lei tem aumentado, acredita-se que estes acréscimos tenham ocorrido em face da má distribuição de renda e até mesmo por falta de estrutura familiar, não que estas sejam a causa determinante. Através deste contexto, é possível observar a necessidade de estratégias e ações que possa viabilizar a criação de centros onde ofereça não só a oportunidade de emprego, mas lazer, educação entre outros benefícios, de modo que todos venham ter ganhos, tanto o jovem, a família, a sociedade e o Estado.

Para a realização desse trabalho foram utilizadas com base ao seu objetivo, pesquisa exploratória e descritiva. Conforme Selltiz et al., (apud GIL, 2002, p.42) "pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipótese". Quanto a ser descritiva o mesmo autor menciona que esta "têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]". Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Segundo Andrade (2003) caracteriza a pesquisa bibliográfica por ser baseada na consulta de todo as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para realização do artigo de forma que se possa fundamentar em autores renomados. Já o "Estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento." (GIL, 2002, p. 54), face a delimitação da área e o aprofundamento sobre o assunto pesquisado.

As fontes utilizadas para coleta de dados foram, primárias e secundárias: primárias, através da entrevista com Assistente Social, Coordenadora do Centro de Atendimento ao Adolescente, e com adolescentes que foi e esta sendo atendidos pelo programa e adolescente egresso. E fontes secundária, advindas da pesquisa bibliográfica junto a livros e revista, como o ECAD entre outros. Todas a informações obtidas foram selecionados e analisados de forma a adquirir maior compreensão do problema em questão, e assim formular medidas preventivas para que este fenômeno não cresça.

2 SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Adolescente

A adolescência compreende uma fase de transição, física, psicológica e social, onde o indivíduo esta em busca de espaço para sua formação, no entanto algumas vezes esses espaços lhes são fechados, levando o mesmo a buscar meios ilícitos para se firmar diante da sociedade.

Segundo o ECAD, é considerado adolescentes pessoas entre 12 a 18 anos de idade e estes gozam por lei de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana sem prejuízos, priorizando e efetivando sua proteção, seja na saúde, educação, dignidade, entre outros.

Segundo Trassi (2006, p.213):

A adolescência como uma etapa da vida deve ser compreendida também como uma variante da condição social de classe. Isto é sua duração e vivências ocorrem diferentemente dependendo da origem social dos sujeitos. Para aqueles que dependem de estratégias de ganho para garantir a própria sobrevivência, falamos de adultização precoce; [...].

Fica evidente que o estudo realizado mostra essa realidade mencionada pelos autores, visto que, o que fora relatado através das entrevistas, junto aos profissionais e também pelos adolescentes.

2.2 Adolescente em Conflito com a Lei

É o indivíduo que em algum momento de sua adolescência pratica crime ou contravenção penal, sendo que estes não são punidos como adultos, mas lhes são aplicadas medidas socioeducativa.

Simões (2009, p.235) diz que:

A conceituação legal dessa conduta, excluindo-a de sua configuração como crime ou contravenção, decorre do reconhecimento do ECAD de que o adolescente é inimputável, isto é, sua conduta, mesmo que corresponda à tipificação do Código Penal ou da Lei das Contravenções Penais, não se caracteriza como tal. [...]. Os fundamentos do ECAD consistem em que o ser humano, em regra, até aos dezoito anos de idade, não tem, ainda, esse discernimento completo, porque não se lhes atribui direitos e não lhes exige deveres próprios dos adultos. Por isso que em decorrência da prática de um ato infracional, também não podem ser tratados como tal.

Para Muniz (2008) o ato infracional é a conduta praticada pelo adolescente que corresponde, no Código Penal a Crime ou Contravenção. Logo, não receberá o adolescente uma pena e sim uma medida socioeducativa. Dentre as medidas socioeducativas, está a de internação em estabelecimento educacional, que não deixa nada a desejar aos estabelecimentos prisionais para maiores, em que pese o discurso de

proteção ao adolescente. Tal medida é aplicada quando o adolescente comete um ato infracional, considerado de maior potencial ofensivo.

Com a realização deste artigo, foi possível constatar junto ao Centro objeto de estudo, que o sistema oferece um tratamento aos adolescentes não de internação, mas de ressocialização, sendo esses encaminhados ao Programa pelo Juiz de Direito.

2.3 Medidas socioeducativas

São medidas adotadas e aplicadas em decorrência de atos infracionários efetivados por adolescentes conforme sua gravidade, que são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços a comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação.

Conforme Simões (2009, p. 245):

[...] as medidas restritivas da liberdade são a semiliberdade e a internação. As demais, a saber, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e medidas específicas, salvo abrigo e colocação em família substituta (art.101), exigem a comprovação da autoria e a materialidade do ato infracional [...].

O que fora mencionado por Simões (2009), confirma o relato da Assistente Social quando abordada se as medidas sócias educativa são mais eficazes que o processo de internação, respondendo que com certeza, sem sombra de duvidas. Por que o meio aberto garante uma convivência familiar e comunitária assim como o fortalecimento dos vínculos sociais, garante a ele e a família um atendimento especializado nas suas principais demanda. Quando executada favorece o resgate tanto do adolescente como da família, ele passa a ter acesso a informação, acesso as políticas básicas para estar suprindo as principais demanda, passa a contar com um acompanhamento e um olhar diferenciado acreditando na potencialidade dele e da família. Rompendo com o determinismo, pois ele vai descobrir que existem outros caminhos para ele.

2.4 O assistente social

O Assistente Social é aquele profissional que tem como meta de trabalho o bem-estar coletivo e a integração do indivíduo na sociedade. Sua atuação é ampla atendendo onde for necessário, orientando, planejando e promovendo uma vida mais saudável para os indivíduos em todos os sentidos. Como descreve Yamamoto (2007, p. 28), “os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos na saúde, na assistência social pública, [...]”.

Enquanto que Guindani (2001, p. 43), destaca que,

O Assistente Social, por meio de suas múltiplas intervenções, pode conquistar um espaço fundamental, ao desenvolver o fortalecimento das relações entre sujeitos estigmatizados e despertar a comunidade para a necessidade de mudar o rumo das proporções assumidas pela violência/criminalidade.

Analisando o que fora definido pelo autor, pode-se observar que o mesmo descreve a importância do trabalho do Assistente Social e destaca o espaço que este profissional está e ainda vai ocupar em meio ao trabalho no seio da sociedade.

Ainda segundo Iamamoto (2007, p. 28), afirma que na questão social, podem-se compreender as desigualdades é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.

Sendo o Assistente Social um profissional que trabalha com a realidade social, realidade essa que pode ser vista no relato da profissional Assistente Social, ao mencionar que sua atribuição dentro do programa estudado é o de desenvolver todas as atividades relacionadas ao programa socioeducativo do adolescente conforme suas demandas pessoais e familiares. Atender os adolescentes encaminhados pelo juiz da vara da infância e juventude aos quais foram aplicadas medidas sócias educativa em meio aberto que é a liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade.

2.5 Mercado de trabalho

O mercado de trabalho esta sempre em movimento. De um lado, estão as empresas que buscam encontrar um profissional completo, com todas as competências necessárias para desenvolver o trabalho; de outro estão os candidatos, que devem ter atitude, persistência, capacidade, conhecimento e habilidade e acima de tudo moral, por isso torna-se de suma importância preocupar-se com o futuro dos adolescentes em conflito com a lei, quanto a sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

Chiavenato (1998, p. 169) define:

O mercado de trabalho ou mercado de emprego é constituído pelas ofertas de trabalho ou de emprego oferecidas pelas organizações e suas oportunidades de emprego. [...] o mercado de trabalho pode ser segmentado por setores de atividades ou por categorias [...] por tamanhos [...], ou ainda por regiões.

Falar de mercado de trabalho já um fator difícil, diante das inúmeras exigências que são feitas, principalmente quando esse é para pessoas que tenha cometidas algum tipo de infração.

Sabe-se que um dos pontos mais complexos é a chamada experiência, que muito tem constrangido os jovens, uma vez que esses buscam se preparar para o mercado, porém para isso precisam de uma oportunidade e quando essa aparece, são frustrados pela exigência da experiência, desperdiçando assim vários talentos, de forma mais diretiva são para aqueles jovens que tiveram a infeliz sorte de ter cometido algum tipo de infração, esses a sociedade os vê de forma diferente, dificultando cada vez mais a sua inserção no mercado de trabalho e dentro da própria sociedade que o exclui.

3 ESTUDO DE CASO

O Centro de Atendimento Sócio Educativo é resultado da ação conjunto entre os setores organizados da sociedade civil, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança

e do Adolescente, Conselho Tutelar, Poder Público, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude e IASES – Instituto de Atendimento Sócio educativo do Espírito Santo, através de um seminário realizado em 22 de Agosto de 1996 no município buscando alternativas de atendimento para adolescentes em conflito com a lei.

Em 2000 tal proposta se efetivou através da implantação do Centro de Atendimento ao Adolescente “Des. Lúcio Vasconcellos de Oliveira”.

O Centro de Atendimento Sócio educativo ao Adolescente Desembargador Lúcio Vasconcellos de Oliveira tem sua ação direcionada a adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos, incompletos em conflito com a Lei; responsabilizados pelo Juizado da Infância e da Juventude a cumprirem Medida Socioeducativa em Meio Aberto, Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida, previstas no art. 117, 118 e 119 da Lei 8069/90 - ECRID. Contando com equipe interdisciplinar o Centro tem capacidade de atendimento para 20 adolescentes.

Em Fevereiro de 2007 o CAA estende o seu atendimento, através da implantação de oficinas pedagógicas nos bairros, buscando contribuir com o processo de inclusão social a partir de espaços de convivência comunitária objetivando o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais com recurso da União; atendendo 100 adolescentes entre aqueles em cumprimento de medida e aqueles em situação de risco social.

3.1 Apresentação dos dados

3.1.1 Entrevista com a coordenadora do programa

Ao perguntar qual o objetivo do programa? Foi respondido que este busca atender adolescentes encaminhados pelo juiz da vara da infância e juventude, aos quais foram aplicadas medidas socioeducativa em meio aberto que são, liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade atendemos adolescentes de ambos os sexos entre 12 e 18 anos incompletos. Outro objetivo é recuperar e ressocializar o adolescente tanto em meio a família como na sociedade.

Sobre a dificuldade enquanto profissional para conscientizar os adolescentes sobre a necessidade de mudança de atitudes em relação às infrações cometidas? Informou que é quando ele faz tráfico, pois adquiri dinheiro “fácil”, pais ausentes, falta de autoridade por parte da família, pois a maioria sabe da situação do filho.

Ao perguntar quais as limitações e dificuldades encontradas na implantação do projeto? Foi imediata que é a falta de consciência da sociedade, pois esta vê o adolescente como bandido e não como vítima. Talvez se a sociedade ajudasse a família ou até mesmo o próprio jovem talvez houvesse maior possibilidade de sucesso.

Ao indagar quais as técnicas, instrumentos e ferramentas de trabalho usado na efetuação do programa? Respondeu que primeiro conscientizar os pais de que eles são responsáveis e precisam ter domínio sobre o adolescente. Por exemplo, o filho chega em casa entre 03:00 e 04:00 hs da manhã ou deixa de ir a escola os pais devem procurar saber qual foi o motivo.

Outro ponto relevante foi quanto perguntado no seu ponto de vista em relação à contribuição do Estado e da sociedade na ressocialização do adolescente? Destacou que acredita que faz muito pouco, poderia ter muito mais profissional capacitado. Imagino que poderia investir mais na educação e na qualificação dos profissionais para atender a demanda.

Ao abordar se as medidas adotadas pelo programa tem sido suficientes ou se há necessidades de mudanças, quais seriam? Respondeu que as medidas são suficiente sim. Inclusive o ano passado teve 44 adolescentes atendidos sem reincidência.

Quando perguntado como é feito o processo de acolhimento desses adolescentes pelo programa e por quanto tempo trabalho a ressocialização? Informa que o jovem chega com o ofício do juiz achando que vai encontrar aqui um monstro mais ai o acolhemos, o deixamos a vontade para depois preencher a ficha. E que o tempo é determinado pelo juiz, isso depende do ato infracional, se há reincidência. As medidas podem variar entre 06 meses a 02 anos.

Há trabalhos multiprofissionais dentro do programa? Destaca que sim. É feito um trabalho personalizado, temos uma equipe técnica formada por psicólogo, assistente social, pedagogo e advogado, para atender a demanda do adolescente e da família.

Ao perguntar como é visto o trabalho do Assistente Social dentro do programa? Evidencia que é importante. Porém o assistente social tem que está atualizado sobre os programas, para saber encaminhar o adolescente e a família de acordo com a sua demanda.

3.1.2 Entrevista com a Assistente Social

Perguntado qual é o seu papel dentro do programa? Informou que é o de desenvolver todas as atividades relacionadas ao programa socioeducativo do adolescente conforme suas demandas pessoais e familiares, atender os adolescentes encaminhados pelo juiz da vara da infância e juventude aos quais foram aplicadas medidas socioeducativas em meio aberto que é a liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade.

Quais as dificuldades encontradas na execução do projeto? Foi respondido que é na execução do município; ausência de uma vara especializada na vara de infância e juventude, essa vara é de família, órfãos e sucessões. A questão de contar com equipe técnica completa que são pedagogos, psicólogos e assistência jurídica com carga horária integral, outra dificuldade esta na articulação do sistema de garantia de direito, trabalhar de forma integrada sistema de justiça, sistema educacional, sistema de saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Ao abordar se as medidas adotadas pelo programa tem sido suficientes ou há necessidades de mudanças, quais seriam? Informou que quem aplica as medidas é o juiz, enquanto a ser suficiente não cabe a nós, porém caso haja necessidade pode ser solicitado alteração de medida que venha favorecer o adolescente.

Ao perguntar sobre a relação e contribuição do Estado e da sociedade na ressocialização do adolescentes? Respondeu que considera que existe um compromisso com a execução das medidas. Isso é acompanhado com uma ação da sociedade civil, um exemplo é o CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no qual tem o apoio da União na formação do Conselho do ministério e da Sociedade Civil (são paritários) o compromisso na elaboração do SINASE – Sistema Nacional Sócio Educativo que regulamentou os artigos 117 e 118 do Estatuto, que regulamentou as medidas socioeducativas em meio aberto e privativa de liberdade.

Ao indagar qual a dificuldade enquanto profissional para conscientizar esses adolescentes sobre a necessidade de mudança de atitudes em relação às infrações cometidas? Manifestou-se que a adolescência é um período em que fortalece os valores, o que aprendeu na infância, ou seja, é fundamental na formação positiva, a intervenção maior é oferecer meios para que esse adolescente possa esta fazendo um projeto de vida como protagonista, que venha a ser um bom cidadão.

Vale destacar ainda que ao perguntar se após a conclusão do tratamento continuam tendo algum tipo de vínculo com o adolescente? Respondeu que procuram incluir esses na rede de atendimento. Egresso é aquele que já cumpriu a medida socioeducativa, mas ainda precisa de um acompanhamento para fortalecer o vínculo com os serviços e programas que ele demanda. Após o cumprimento da medida é feito um desligamento do programa via relatório técnico.

Quando abordado sobre o método mais usado na ressocialização do adolescente? Respondeu a metodologia de trabalho esta ligada a coleta de dados, avaliação e planejamento de intervenção com base nos indicadores sociais. Todos da equipe trabalham de forma integrada e articulada no âmbito do próprio atendimento e com a rede.

Quanto ao tipo de encaminhamento usado de forma a contribuir na inserção do adolescente junto ao mercado de trabalho. Foi informado que são encaminhados dependendo do grau de maturidade. Acima dos 14 anos procura-se inseri-los no Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE na condição de aprendiz, encaminha-se ainda para cursos de qualificação profissional pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, tanto o adolescente quanto sua família.

3.1.3 Entrevista com adolescente egresso

Ao perguntar qual foi sua dificuldade em relação à entrada no mercado de trabalho, foi respondido ser muito difícil por causa dos crimes cometidos. Quanto ao apoio da família ou de outras pessoas em seu tratamento, foi mencionado que houve sim, dos dois lados.

Quando abordado sobre a maior dificuldade encontrada durante o tratamento e se sofreu algum tipo de preconceito devido sua situação, foi respondido que não teve nenhuma dificuldade, já quanto aos preconceitos houve vários, devidos aos roubos que fora cometidos.

Quando perguntado o que o levou a praticar atos contrários as leis, o jovem respondeu que imagina ser devido estar sobre efeito de drogas.

O entrevistado ao falar do programa entende que o mesmo é muito bom e não vê necessidade de nenhuma mudança em relação do programa desenvolvido no Centro.

Um ponto relevante a destacar é que ao perguntar o que motivou sua mudança de comportamento em relação ao caminho até então trilhado, foi respondido que estava cansado de viver assim e também por causa dos julgamentos das pessoas.

A abordar sobre a sua expectativa quanto ao futuro da sociedade, foi respondido que espera que a sociedade venha ser mais justa e igualitária, que ofereça mais oportunidades para todos.

3.1.4 Entrevista com adolescente sob medida socioeducativa

Ao perguntar como é visto o Assistente Social em seu processo de ressocialização, foi respondido que considera bom, pois orienta quando tem alguma dúvida esclarece, ajuda a colocar nos programas.

Quando perguntado como a família reagiu ao saber da situação, respondeu que todos ficaram surpresos, mais estão apoiando para a minha recuperação.

Ao abordar se o projeto pode ajudar preparação para o mercado de trabalho, destaca que sim.

Sobre o que pretende fazer após o cumprimento da medida socioeducativa, foi respondido que quer arrumar um emprego para poder ajudar a mãe, ter um dinheiro honesto.

Outro ponto importante, que ao perguntar se jovem culpa alguém pelo o seu envolvimento em situação infracional, foi respondido que culpa a si mesmo. E que acredita que tudo que está vivenciando dentro do programa irá contribuir de forma positiva em seu futuro.

3.2 Análise dos dados

Alicerçados dos dados advindos das entrevistas realizadas, pode-se constar vários pontos que merece destacar como:

Ao perguntar a Coordenadora do programa sobre a eficácia do mesmo e ela respondeu que há sim, inclusive dos adolescentes atendido no ano anterior até agora não houve reincidência o que ela considera uma vitória, em questão de sua visão quanto a participação do governo e sociedade na ressocialização do adolescente, ela acredita que pode melhorar, o governo poderia investir mais em recursos humanos, ou seja, oferecer mais profissionais com capacitação para atender a demanda, o que coincide com a opinião da Assistente Social. Segundo a Coordenadora os casos mais difícil de tratar é o adolescente envolvido com o tráfico e a prostituição, pois ambos possibilitam dinheiro

fácil, alega ainda que a sociedade “rejeita” o adolescente o que dificulta sua inserção no meio social e no mercado de trabalho.

Para a Assistente Social perguntou-se sobre os métodos usados para inserir o adolescente junto ao mercado de trabalho, ela nos informou que este depende do grau de maturidade do adolescente, sendo que alguns são encaminhados para curso de profissionalização oferecido pelo CRAS, o adolescente entre 14 anos e 16 anos eles buscam inseri-lo junto ao CIEE na condição de aprendiz, porém existem dificuldades devido à demanda. Quanto sua visão sobre a aplicação das medidas socioeducativa acredita serem boas devido à oportunidade da convivência familiar e comunitária o que garante o fortalecimento dos vínculos, permite ainda o adolescente acreditar em sua potencialidade como protagonista de sua história.

Quanto ao adolescente sob medida este acredita que o programa esta oferecendo a ele a oportunidade de esta sendo inserido junto ao mercado de trabalho, inclusive está confiante quanto à possibilidade de conseguir emprego em breve. Em questão a dificuldade encontrada este reforça a visão da Assistente Social sobre discriminação em estar inserido em um projeto de ressocialização.

Durante a entrevista com o adolescente sob medida notou-se o desejo deste em ajudar a mãe, o que acredita ser possível com seu ingresso junto ao mercado de trabalho o que vem a reforçar o que diz Trassi (2006) “A adolescência como uma etapa da vida deve ser compreendida também como uma variante da condição social de classe”.

Referente ao adolescente egresso notou-se dificuldades quanto sua entrada no mercado de trabalho e ainda se sente discriminado devido os atos praticados, ainda que este tenha cumprido as medidas aplicadas. Pode-se observar ainda o desejo de formar sua própria família e de ser aceito dentro da sociedade.

Perguntou-se aos adolescentes quanto aos métodos usados no programa o que eles achavam e ambos disseram que estes são bons, quanto a possíveis causas que os motivaram a infringirem as leis, estes não soube determinar a não ser o egresso que disse ser possível estar sobre efeito de drogas, fato que nos leva a questionar os efeitos da liberação das drogas sobre o adolescente e sociedade.

A visão dos profissionais entrevistados quanto ao ato infracional praticado por adolescente estão de acordo com Simões (2009), ao mencionar que “Os fundamentos do ECAD consistem em que o ser humano, em regra, até aos dezoito anos de idade, não tem, ainda, esse discernimento completo, porque não se lhes atribui direitos e não lhes exige deveres próprios dos adultos”. Sendo assim o adolescente como um ser em formação social e psicológica deve ter seus direitos assegurados assim como rege o Estatuto.

Quanto ao mercado de trabalho todos possuem a mesma visão, pois os consideram competitivo e exigente quanto à qualificação profissional, sendo assim as chances são daqueles que já possuem um nível maior de experiência, portanto o adolescente fica em desvantagem em relação sua entrada no mercado de trabalho.

Chiavenato (1998) menciona que “o mercado de trabalho ou mercado de emprego é constituído pelas ofertas de trabalho ou de emprego oferecidas pelas organizações”, segundo a visão dos entrevistados à disponibilidade dessas ofertas são mínimas em

relação ao adolescente, o que muitas das vezes servem de justificativa para cometerem o ato infracional.

4 CONCLUSÃO

Ao realizar a pesquisa constatou-se que, embora o programa esteja empenhado na ressocialização do adolescente, este tem encontrado alguns entraves em seu remanejamento, tanto por parte do município, quanto por parte da sociedade o que deixa uma lacuna sobre as dificuldades encontradas pelos profissionais no tocante ao processo de ressocialização dos adolescentes.

Nota-se que as medidas socioeducativas tem sido forte instrumento usado para conscientizar e alertar os adolescentes, sobre a prática de comportamento anti-social, oferecendo a estes a oportunidade de se reeducar, e assim obter maior integração junto à sociedade o que é muito importante para sua formação.

Por fim acredita-se que ao reforçar o empenho na inserção do adolescente dentro da comunidade na qual ele esta inserido, e oferecer a ele meios até então negados em função do seu desenvolvimento a possibilidade de sucesso será maior, o que favorecerá a todos.

De acordo com as hipóteses levantadas concluiu-se que esta corresponde em parte com os resultados obtidos o que vem a confirmar os efeitos que estas podem causar durante a formação pessoal dos adolescentes embora estes não sejam fatos determinantes para os mesmos praticarem atos infracionais. Quanto à observação sobre a necessidade de criação de projetos que viabilizam a formação de centros de apoio ao adolescente e ofereça a ele não só a oportunidade de emprego, mas lazer, educação entre outros benefícios estes poderão de fato ajudá-los em sua formação pessoal, social e psicológica.

5 REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
2. BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA). Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Vitória-ES, 1999.
3. CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998
4. FERRÃO, Romário Gava. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa**: Unilinhares, 2003.
5. GUINDANI, Míriam Krenzinger A. **Tratamento penal**: a dialética do instituto e do instituinte. Temas sócio-jurídicos. São Paulo: Cortez, 2001.

6. IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social da contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
7. MUNIZ, Adriano Sampaio. **O adolescente infrator**. 2008. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3987/O-adolescente-infrator>>. Acesso em: 01 fev. 2011.
8. SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3. ed. v. 3. São Paulo: Cortez, 2009.
9. TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência violência desperdício de vida**. São Paulo: Cortez, 2006.